



**NOVA FCSH**

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**A imprensa portuguesa e a integração  
europeia de Portugal: como evoluiu a relação entre  
o poder político e os jornalistas no âmbito dos assuntos  
europeus, desde a adesão à CEE aos anos da *troika*?**  
A perspetiva dos jornalistas portugueses

**João Francisco Gonçalves Gomes**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política  
e Relações Internacionais — Estudos Europeus**

**Versão corrigida e melhorada após defesa pública**

**Fevereiro, 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais — Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Madalena Meyer Resende

*Aos meus pais,  
Fernanda e João,  
pelo apoio incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Fernanda e João, pelo apoio incondicional durante todo o meu percurso académico. Esta dissertação é o culminar de cerca de duas décadas de formação, da pré-primária à faculdade, que eles sempre se empenharam, não sem sacrifícios, em garantir-me. Obrigado.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação, dos primeiros nas três escolas de Vieira de Leiria que frequentei aos que me ensinaram nas duas universidades de Lisboa em que estudei. Todos contribuíram para o que sou e sei hoje.

Agradeço em especial à professora Madalena, que aceitou com toda a amabilidade e disponibilidade orientar esta dissertação. Mesmo conhecendo desde o início todos os condicionalismos de fazer uma dissertação nos poucos tempos livres que sobram numa imprevisível vida de jornalista, a professora Madalena aceitou com entusiasmo ajudar-me nesta longa mas muito gratificante jornada, na qual me ensinou muito.

Agradeço aos nove jornalistas e profissionais da comunicação que entrevistei para este trabalho e que, por partilharem histórias e memórias maioritariamente ainda pouco conhecidas fora do círculo mediático especializado, tornam esta dissertação num trabalho que pode ser um verdadeiro contributo para o estudo da história comunitária de Portugal na perspectiva dos *media*: Francisco Sarsfield Cabral, Jorge Wemans, José da Silva Pinto, José Amaral, Isabel Arriaga e Cunha, Eva Gaspar, Paulo de Almeida Sande, Fernando Paula Brito e Susana Frexes.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, jornalistas experientes, que me ajudaram a contactar algumas destas pessoas, me contaram histórias sobre a Europa e contribuíram para criar em mim a vontade de estudar a União Europeia sem deixar o jornalismo de lado.

Agradeço aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa, onde passei várias horas mergulhado em jornais de outros tempos, que me ajudaram a encontrar os títulos e as datas certas e acederam a todos os meus pedidos, transportando dezenas de pesados volumes entre o arquivo e a sala de consultas para que eu pudesse ler centenas de artigos publicados em perto de uma dezena de jornais ao longo de várias décadas. Não

estão todos aqui citados, porque seria impossível fazê-lo, mas serviram para construir a narrativa aqui contada.

Agradeço a todos os meus familiares, amigos e colegas que, durante este tempo todo, me apoiaram na realização deste trabalho.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2019

João Francisco Gomes

**A imprensa portuguesa e a integração europeia de Portugal: como evoluiu a relação entre o poder político e os jornalistas no âmbito dos assuntos europeus, desde a adesão à CEE aos anos da *troika*? A perspetiva dos jornalistas portugueses**

**João Francisco Gonçalves Gomes**

**RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** União Europeia; CEE; Portugal; *media*; jornalistas; poder político; opinião pública; escrutínio mediático; democracia; integração europeia.

É possível uma democracia sem imprensa livre? A história ensina-nos que os jornais têm tido um papel definidor em momentos críticos para os sistemas democráticos, chamando os atores políticos à responsabilidade perante os cidadãos que neles votam. Mas há perguntas sem respostas claras. Que papel concreto tem a imprensa num sistema democrático? Que lugar ocupou (e vai ocupando) na integração europeia de Portugal? Muitas questões, para as quais os estudos de comunicação e os estudos políticos vão procurando respostas, contribuíram para o lançamento da presente dissertação, que se propõe tentar entender como evoluiu a relação entre o poder político e os jornalistas portugueses no âmbito dos assuntos europeus, desde que o país se juntou à CEE até aos dias de hoje, marcados pela euro-crise.

O argumento aqui apresentado e desenvolvido é que esta relação evoluiu num sentido positivo. Por um lado, os jornalistas estão hoje mais bem preparados do que quando Portugal entrou na CEE para cobrir os assuntos europeus e para estabelecerem relações com os atores políticos que lhes permitam fazer um escrutínio mais eficaz. Por outro lado, também a esfera política melhorou as suas políticas de transparência, abrindo-se mais ao escrutínio mediático. A proposta é sustentada num modelo de análise da relação entre os *media* e a esfera política que vai buscar inspirações a trabalhos recentes dos estudos políticos e dos estudos dos *media*. Analisam-se a especialização, profissionalização e recursos dos *media*; as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e a opinião pública portuguesa face à União Europeia, para concluir que a

evolução do estado das coisas nestes três fatores conduziu a uma evolução muito concreta da relação entre as duas esferas.

O original deste trabalho assenta, essencialmente, na recolha dos testemunhos, na sua maioria inéditos, de vários dos protagonistas da cobertura mediática da integração europeia de Portugal. São jornalistas ou profissionais da comunicação social que, em várias fases da história contemporânea de Portugal (para o trabalho foram escolhidos três momentos: o processo de adesão à CEE, a negociação da moeda única e os anos da *troika*), se dedicaram ou dedicam a acompanhar nos meios de comunicação social a dimensão comunitária de Portugal. Por registar histórias e memórias de várias gerações de jornalistas ligados aos assuntos europeus, a dissertação apresenta-se também como um contributo para a historiografia contemporânea de Portugal, podendo os testemunhos apresentados nas próximas páginas estimular o estudo de outras dimensões da história comunitária do país.

**Portuguese press and the European integration of Portugal: how did the relation between political power and journalists regarding European affairs evolve, since Portugal joined the EEC until the troika days? The perspective of Portuguese journalists**

**João Francisco Gonçalves Gomes**

**ABSTRACT**

**KEYWORDS:** European Union; EEC; Portugal; media; journalists; political power; public opinion; media scrutiny; democracy; European integration.

Is democracy possible without free press? History teaches us that newspapers have played a defining role at critical moments for democratic systems, holding political actors accountable before the citizens who voted for them. But there are questions without clear answers. What is the concrete role of the press in a democratic system? What was (and is) its place in the process of the European integration of Portugal? Many questions, to which media and political studies are seeking answers, have contributed to launch this dissertation, which proposes to try to understand how the relation between political power and Portuguese journalists has developed regarding European affairs, since the country has joined the EEC to this day, marked by the Euro-crisis.

The argument presented and developed in this dissertation is that this relationship has evolved in a positive direction. On the one hand, journalists today are better prepared to cover European affairs and to establish relations with political actors that enables them to conduct more effective scrutiny than they were when Portugal joined the EEC. On the other hand, the political sphere has also improved its transparency policies, becoming more opened to media scrutiny. The proposal is based on a model of analysis of the media-political sphere relationship which draws inspiration from recent works both in the political studies and in the media studies. We analyze the specialization, professionalism and resources of the media; the democratic practices and transparency policies of the political sphere, and the Portuguese public opinion towards the EU, to conclude that the



evolution of the state of affairs in these three factors led to a very concrete evolution of the relationship between the two spheres.

The original part of this work is based essentially on the collection of testimonies, mostly unpublished, of several people that had a central role in the coverage done by Portuguese media of the European integration of the country. They are journalists or media professionals who, at various stages in the contemporary history of Portugal (for the work, three moments were chosen: joining the EEC, negotiating the single currency and the troika years), dedicated, or dedicate, themselves to the media coverage of the European face of Portugal. Because it is an archive of stories and memoirs of different generations of Portuguese journalists linked to European affairs, this dissertation is also a contribution to the contemporary historiography of Portugal, and the testimonies presented in the next pages can stimulate the study of other dimensions of the European history of the country.

# ÍNDICE

Lista de abreviaturas.....	xi
INTRODUÇÃO .....	1
A proposta deste trabalho .....	5
A metodologia .....	6
Os objetivos .....	9
O período estudado.....	9
A organização deste trabalho .....	10
PRIMEIRA PARTE .....	11
Os contributos do modelo de Hallin e Mancini .....	11
A opinião pública.....	25
Síntese .....	31
SEGUNDA PARTE.....	32
I. As negociações para a adesão de Portugal à CEE (1977-1985) .....	32
Da EFTA à CEE, a “Europa Connosco” .....	32
A imprensa portuguesa no pós-25 de Abril .....	35
A cobertura das negociações para a adesão de Portugal à CEE .....	37
1. Especialização, profissionalização e recursos dos <i>media</i> .....	41
2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política .....	49
3. A opinião pública portuguesa face à UE.....	55
Síntese .....	60
II. A adesão de Portugal à moeda única (1992-2002) .....	62
Aprofundamento, o contexto histórico da criação do Euro .....	62
A imprensa portuguesa na década de 90 .....	67
A cobertura jornalística da adesão de Portugal à moeda única .....	69
1. Especialização, profissionalização e recursos dos <i>media</i> .....	73
2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política .....	77
3. A opinião pública portuguesa face à UE.....	81

Síntese .....	86
III. A crise e os anos da <i>troika</i> (2011-2014) .....	88
Que crise é esta? .....	88
A imprensa portuguesa de hoje .....	91
A cobertura jornalística dos anos da <i>troika</i> em Portugal .....	94
1. Especialização, profissionalização e recursos dos <i>media</i> .....	98
2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política .....	102
3. A opinião pública portuguesa face à UE.....	106
Síntese .....	109
CONCLUSÃO .....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	120

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANOP	Agência Noticiosa Portuguesa
AUE	Ato Único Europeu
BCE	Banco Central Europeu
CCPJ	Comissão da Carteira Profissional de Jornalista
CDS	Centro Democrático Social
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIE	Comissão para a Integração Europeia
CIG	Conferência Intergovernamental
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DN	Diário de Notícias
Ecofin	Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros (configuração do Conselho da União Europeia)
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
Euratom	Comunidade Europeia da Energia Atómica
FMI	Fundo Monetário Internacional
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP	Partido Comunista Português
PE	Parlamento Europeu
PEC IV	Plano de Estabilidade e Crescimento IV
PIB	Produto Interno Bruto
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SIE	Secretariado para a Integração Europeia
SJ	Sindicato dos Jornalistas
SME	Sistema Monetário Europeu
TVI	Televisão Independente
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária

## INTRODUÇÃO

É frequente que as conversas informais entre jornalistas se debrucem sobre o papel e a influência do seu trabalho na sociedade, embora raramente conduzam a conclusões que acrescentem algo de significativo a uma das mais antigas discussões da academia no que toca aos estudos da comunicação: o poder dos *media*. Ainda assim, num setor que vai enfrentando profundas dificuldades, como a queda das receitas publicitárias, o declínio das vendas e um depauperamento generalizado das redações, uma certeza parece acalantar a esperança e a motivação dos jornalistas: a de que não há democracia sem imprensa livre e de que os meios de comunicação cumprem um papel essencial de escrutínio público do poder político que complementa o sistema de *checks and balances* assegurado pela separação de poderes. Não é de estranhar, portanto, que as ditaduras empenhem tantos recursos no controlo dos meios de comunicação. Casos de grande dimensão como os americanos *Pentagon Papers* e *Watergate* (que acabou na demissão do presidente Richard Nixon) ajudam a construir a narrativa em torno do poder dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em Portugal, exemplos recentes como a investigação da revista Visão<sup>1</sup> que revelou o desvio de fundos destinados à reconstrução das casas ardidas em Pedrógão Grande ou as notícias em vários meios de comunicação que deram conta das “presenças-fantasma” de deputados no Parlamento mostram como a imprensa cumpre este papel de chamar os agentes políticos a prestar contas perante os eleitores. Já este ano, o caso à volta do assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi, crítico do príncipe herdeiro da Arábia Saudita e do regime daquele país, é um bom exemplo de como o jornalismo pode questionar o poder político ao ponto de se tornar num incómodo.

É evidente que os meios de comunicação social tradicionais têm um lugar de destaque no espaço público — que, é certo, vão cada vez mais partilhando com os novos *media*, como as redes sociais. Afinal, ainda são os jornalistas os intermediários entre o poder político e os cidadãos. São eles que fazem as perguntas e publicam as respostas, são eles que divulgam as notícias a que, de outra forma, os eleitores não teriam acesso.

---

<sup>1</sup> Octávio Lousada Oliveira e Diana Tinoco, «Donativos para Pedrógão Grande: 500 mil euros desviados para obras que não eram urgentes», *Visão*, 18 de Julho de 2018, <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2018-07-18-Donativos-para-Pedrogao-Grande-500-mil-euros-desviados-para-obras-que-nao-eram-urgentes>.

Em comum, jornalistas e políticos têm o facto de atuarem na esfera pública, com os primeiros a terem como uma das principais missões o escrutínio público da atividade dos segundos, cabendo-lhes informar os cidadãos sobre a atividade dos políticos nos quais votaram, chamando-os à responsabilidade perante os eleitores. O escrutínio jornalístico é tanto mais eficaz quanto mais informados estiverem os cidadãos nacionais no momento de eleger os representantes políticos. Embora a academia não seja consensual relativamente ao lugar que os *media* ocupam e ao poder que efetivamente têm, é unânime que eles, de uma ou de outra forma, mais ou menos controlados pelos atores políticos, estão lá. Assim, fará sentido esquecer os meios de comunicação em qualquer trabalho que se proponha analisar um sistema político? Parece-nos que não — e é desta premissa que partimos para este trabalho. Como os *media* são uma parte inegável da estrutura onde se desenvolve a atividade política (a esfera pública), e porque, embora empenhado numa dissertação em ciência política e relações internacionais com especialização na área dos estudos europeus, o autor se vê na impossibilidade — ou incapacidade — de despir a pele de repórter, este trabalho propõe-se analisar a relação entre a esfera política portuguesa e os meios de comunicação social nacionais no que diz respeito aos assuntos de política europeia nas últimas décadas.

Antes, parece-nos relevante convocar brevemente algumas noções, emprestadas dos estudos de comunicação, que serão úteis para compreender o que nos propomos analisar aqui. Obra fundamental no estudo dos efeitos dos *media* é *Teoria da Comunicação de Massas*, na qual se adverte para a falta de acordo entre os estudiosos da área: “Todo o estudo da comunicação de massas assenta na premissa de que os *media* têm efeitos significativos, apesar de existir pouco consenso sobre a sua natureza e extensão”<sup>2</sup>. Continuam os autores: “Vestimo-nos de acordo com o boletim meteorológico, compramos qualquer coisa por causa de um anúncio, vamos a um cinema mencionado num jornal, reagimos de inúmeras maneiras às notícias, a filmes, à música na rádio, etc. (...) As nossas mentes estão repletas de informação e de impressões derivadas dos *media*. Vivemos num mundo saturado por sons e imagens mediáticas, onde políticos, governo e empresários operam com a premissa de que sabemos o que ocorre no mundo”<sup>3</sup>. Ainda

---

<sup>2</sup> Denis McQuail, Carlos de Jesus e Cristina Ponte, *Teoria da comunicação de massas*, 2003, 422.

<sup>3</sup> McQuail, de Jesus, e Ponte, 422.

assim, permanecem as incertezas sobre quais os reais efeitos que os *media* têm sobre os destinatários da mensagem<sup>4</sup>.

De um modo geral, segundo McQuail, de Jesus e Ponte, o entendimento da academia sobre os efeitos alterou-se significativamente ao longo do tempo, podendo ser identificados quatro momentos<sup>5</sup>, que aqui se procura resumir:

1. Entre o início do século XX e a década de 1930, os *media* eram vistos como todo-poderosos, sendo entendido que tinham uma enorme capacidade para moldar a opinião pública. Nesta altura, popularizavam-se os novos *media*, como o cinema e a rádio, que foram usados para propaganda durante a I Guerra Mundial e outros conflitos. Neste período, o entendimento era o dos efeitos ilimitados dos *media*;
2. A partir da década de 1930 e até meados da década de 1960, a evolução da investigação fez mudar o paradigma e os *media* passaram a ser entendidos não como tendo um poder ilimitado, mas, sim, como tendo um lugar modesto no espaço público. Já não eram o único elemento formador da opinião pública, mas um dos fatores que, num contexto social e cultural específico, contribuíam para esse processo. Os efeitos dos *media*, neste período, eram entendidos como mínimos ou limitados;
3. Depois, durante as décadas de 60 e 70, o aparecimento da televisão (um meio com maior capacidade de mobilizar a atenção das pessoas) e uma mudança de paradigma no estudo dos efeitos, que passou a focar-se mais no impacto dos *media* a longo prazo do que na relação entre o estímulo e o efeito imediato, trouxeram de volta as teorias dos efeitos fortes;
4. Mais recentemente, a partir do final da década de 70, a academia voltou-se para um quadro teórico em que os efeitos dos *media* resultam de uma negociação com o público. Como cada recetor tem o seu contexto específico, este quadro teórico rejeita que os *media* tenham, *per se*, muito ou pouco poder. Os *media* constroem imagens da realidade que o público pode usar ou não na sua própria construção de significado.

---

<sup>4</sup> Aqui não são tidos em conta apenas os meios jornalísticos, mas toda a comunicação de massas, incluindo, por exemplo, a publicidade.

<sup>5</sup> McQuail, de Jesus, e Ponte, *Teoria da comunicação de massas*, 423–28.

É neste quadro teórico que o estudo do poder dos *media* tem sido enquadrado nas últimas décadas pela academia: com pouco consenso sobre a relação com as audiências e o poder que efetivamente têm sobre elas, mas com a certeza de que algum efeito existe. Aliás, a evolução do pensamento sobre os efeitos dos *media* não pode, de modo algum, ser dissociada da evolução do pensamento político. Historicamente, os atores políticos têm visto nos *media* um instrumento essencial para passar a mensagem aos eleitores e interessa-lhes, genericamente, uma imprensa que junte uma forte capacidade de formar a opinião pública a uma menor tendência para questionar o poder.

Claro que diferentes tipos de regimes políticos estabelecem diferentes relações com os meios de comunicação social. Como bem lembram José Santana Pereira e Pedro Diniz de Sousa num artigo de 2017 dedicado aos *media* na Europa do Sul, “durante décadas, a conceptualização da relação entre a política e os *media* foi muito influenciada pela obra *Four Theories of the Press*”, de Fred Siebert, Theodore Bernard Peterson, Theodore Peterson e Wilbur Schramm<sup>6</sup>. Nessa obra, os autores argumentam que “a imprensa assume sempre a forma e a cor das estruturas sociais e políticas dentro das quais opera”<sup>7</sup> e apresentam duas teorias, cada uma com uma variante, que José Santana Pereira e Pedro Diniz de Sousa resumem de forma exemplar no seu artigo:

“(U)ma teoria autoritária, característica das ditaduras, em que a imprensa serve o Estado numa relação *top-down* e que tem como variante uma segunda teoria, relativa ao modelo soviético, e, opostamente, uma teoria libertária, em que a imprensa é livre da tutela do Estado e age como parceira na busca da verdade numa sociedade de cidadãos racionais, esta tendo como variante a teoria da responsabilidade social, que concebe a imprensa como serviço público, prevendo assim a sua regulação.”<sup>8</sup>

O pensamento sobre a relação entre os meios de comunicação e os sistemas políticos evoluiu depois para se tornar menos polarizado, menos dividido entre estes dois extremos, também porque a investigação acerca do assunto começou a olhar para cada vez mais países. Um importante contributo para este trabalho foi o de Daniel Hallin e Paolo Mancini, em 2004, sobre o qual falaremos com mais detalhe à frente, por ser fundamental para a construção do modelo utilizado nesta dissertação.

---

<sup>6</sup> José Santana Pereira e Pedro Diniz de Sousa, «Media e política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado?», em *Variedades de Democracia na Europa o Sul 1968-2016*, por Tiago Fernandes, 1ª (Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017), 197.

<sup>7</sup> Fred Siebert, Theodore Bernard Peterson, e Wilbur Schramm, *Four theories of the press: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do* (University of Illinois press, 1956), 1. Tradução do original inglês pelo autor.

<sup>8</sup> Pereira e de Sousa, «Media e política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado?», 197.



O que nos diz, então, tudo isto? Em primeiro lugar, que o lugar dos *media* no espaço público, bem como o seu poder e capacidade de influência sobre os cidadãos, não é ainda uma questão fechada para a academia. Depois, que, não obstante as várias perspetivas que existem sobre os reais efeitos dos *media*, a verdade é que os meios de comunicação, em especial os jornalistas, são um canal privilegiado para a disseminação de mensagens para o público, pelo que são um instrumento essencial para os atores políticos, que nunca serão alheios a este mundo da comunicação social. Por fim, que os sistemas políticos se relacionam de formas muito distintas com a imprensa, desde o controlo absoluto em regimes autoritários até à liberdade de imprensa generalizada nas democracias. Este brevíssimo olhar para a literatura (ao longo do trabalho serão convocados os contributos úteis e necessários para o enquadramento do desenvolvimento da investigação no plano teórico e histórico em jogo) assegura-nos, pelo menos, de que os meios de comunicação social não devem ser esquecidos neste esforço de tentar perceber os sistemas políticos dos nossos dias.

### **A proposta deste trabalho**

É neste contexto, partindo da premissa de que não faz sentido deixar a imprensa de fora de uma análise do sistema político, que este trabalho se propõe dar um contributo para o aprofundamento do estudo da pertença de Portugal à União Europeia sob o ponto de vista da relação com a imprensa. Este é um assunto, essencialmente, ainda por estudar em Portugal. Há alguma literatura sobre a história da imprensa portuguesa, nomeadamente a produzida por José Manuel Tengarrinha em 1962<sup>9</sup> e em 2013<sup>10</sup> — mas pouco existe estudado sobre a história mais recente do jornalismo português. Estrela Serrano já escreveu sobre o jornalismo político em Portugal, analisando a cobertura das eleições presidenciais na imprensa e na televisão entre 1976 e 2001<sup>11</sup>. Manuel Pinto investigou no campo da relação entre jornalistas e fontes de informação<sup>12</sup>, notando já em 2000 a escassa investigação nesta área em Portugal e noutros países<sup>13</sup>. Há ainda investigação sobre a informação televisiva em Portugal desde o aparecimento dos canais

---

<sup>9</sup> José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, vol. 3 (Portugália, 1962).

<sup>10</sup> José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865* (Temas e debates, 2013).

<sup>11</sup> Estrela Serrano, *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)* (Colibri, 2006).

<sup>12</sup> Manuel Pinto, «Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo», *Comunicação e sociedade*, Série Comunicação, 14, n. 1–2 (2000): 277–94.

<sup>13</sup> Pinto, 281.

privados<sup>14</sup> e sobre a relação do Estado Novo com este meio de comunicação<sup>15</sup>. É também pouca a investigação sobre a relação entre os jornalistas e o poder político nas décadas recentes em Portugal. É ainda menos — para não dizer inexistente — aquela que se debruça em especial sobre os assuntos europeus.

Assim, esta dissertação pretende dar resposta à pergunta: *como evoluiu a relação entre o poder político e os jornalistas no âmbito dos assuntos europeus entre a adesão à CEE e os anos da troika?* Para isso, propomo-nos explicar como os jornalistas portugueses trabalharam os assuntos europeus em diversos momentos da história comunitária de Portugal, de que forma se relacionaram com a esfera política, como os atores políticos pensaram a operacionalizaram a comunicação e de que forma tudo isso influenciou a capacidade dos jornalistas de escrutinarem o poder político.

Na proposta que desenvolvemos nas próximas páginas, argumenta-se que esta relação entre *media* e esfera política evoluiu no sentido positivo. Por um lado, os jornalistas tornaram-se mais bem preparados para cobrir os assuntos europeus e para se relacionarem diretamente com os atores políticos. Por outro lado, estes últimos melhoraram significativamente as suas políticas de transparência e de abertura ao escrutínio mediático. Argumentamos aqui que esta evolução pode ser sustentada em mudanças concretas em três dimensões: (1) a especialização, profissionalização e recursos dos media; (2) as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e (3) a opinião pública portuguesa face à União Europeia. Na primeira parte do trabalho, são explicados os fundamentos teóricos na origem deste modelo composto por três dimensões, que nos permite concluir que, embora com algumas nuances que iremos aprofundar ao longo do texto, os dois lados (esfera mediática e esfera política) se desenvolveram no sentido de cimentarem uma relação funcional mais eficaz ao longo das últimas quatro décadas.

## **A metodologia**

A metodologia seguida neste trabalho passa primordialmente pela recolha e tratamento de testemunhos em primeira mão, complementados posteriormente com

---

<sup>14</sup> Felisbela Lopes, «Uma Década de Televisão em Portugal (1993-2003) Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas» (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 2005).

<sup>15</sup> Francisco Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*, vol. 7 (Editorial Presença, 1996).

exemplos extraídos da análise da imprensa portuguesa respeitantes aos períodos em análise. A escolha desta metodologia prende-se com dois motivos:

- Por um lado, estando o estudo da história comunitária portuguesa na sua relação com os *media* numa fase ainda muito inicial, um dos primeiros passos a dar é, necessariamente, a recolha da informação junto de quem viveu estes períodos e protagonizou a cobertura jornalística do fenómeno europeu em Portugal desde a década de 1970 até aos dias de hoje;
- Ao mesmo tempo, a preservação da memória viva dos protagonistas da História é obrigação a que a academia e as gerações mais jovens não se podem furtar, pelo que este trabalho procura também dar um contributo para essa meta comum.

Nesse sentido este trabalho baseia-se nos testemunhos diretos obtidos em nove entrevistas (oito presenciais e uma por correio eletrónico). Evidentemente, o estudo deste assunto requer que a recolha direta de informação continue junto de muito mais pessoas. A seleção aqui feita procurou cobrir várias gerações de jornalistas e profissionais da comunicação que acompanharam, em Lisboa e em Bruxelas, diferentes períodos da história comunitária de Portugal. As entrevistas foram todas realizadas pelo autor e são, segundo se conclui através de uma extensa pesquisa e também pelas conversas mantidas com cada entrevistado, inéditas. Exceptuam-se os casos de Francisco Sarsfield Cabral e de José Amaral, que em 2016 foram incluídos no projeto “Memórias da Adesão”, organizado por João Rosa Lã e Alice Cunha, que se dedicaram a recolher testemunhos de vários intervenientes no processo de adesão de Portugal à CEE — maioritariamente atores políticos, mas também alguns jornalistas. Os testemunhos foram depois publicados em livro<sup>16</sup> e consultados pelo autor antes das entrevistas, nas quais se procurou desenvolver e aprofundar esses depoimentos. Assim, as entrevistas incluídas neste trabalho são as seguintes:

- **Francisco Sarsfield Cabral.** Foi jornalista do Diário Popular e da RTP durante o processo de negociação da adesão de Portugal à CEE, tendo-se depois tornado assessor do ministro dos Negócios Estrangeiros em 1985. Mais tarde, viria a ser diretor do gabinete da Comissão Europeia em Portugal.

---

<sup>16</sup> João Rosa Lã e Alice Cunha, *Memórias da Adesão. À Mesa das Negociações*, 1ª (Book Builders, 2016).

- **Jorge Wemans.** Foi coordenador de Economia do Expresso durante o período das negociações para a adesão à CEE. Jornalista desde 1979, é hoje provedor do telespectador da RTP.
- **José Amaral.** Foi o primeiro correspondente português em Bruxelas, tendo dado início à delegação da ANOP (antecessora da Agência Lusa) em 1980. Hoje é administrador do BPI.
- **José Silva Pinto.** Foi diretor do semanário O Jornal (antecessor da revista Visão) entre 1976 e 1993.
- **Eva Gaspar.** Foi correspondente do Diário Económico em Bruxelas entre 1994 e 2002; e jornalista do Jornal de Negócios, em Lisboa, entre 2003 e 2017. Hoje é assessora de imprensa do Provedor de Justiça.
- **Fernando Paula Brito.** Foi correspondente do Semanário Económico em Bruxelas entre 1988 e 1993, da TVI entre 1993 e 1999, da Renascença entre 1991 e 1999, e chefe da delegação da Lusa em Bruxelas entre 1999 e 2011. Hoje é delegado da Agência Lusa em Madrid.
- **Isabel Arriaga e Cunha.** Foi correspondente do Público em Bruxelas entre 1990 e 2014. Antes, trabalhou no Parlamento Europeu em Bruxelas. Hoje é assessora de imprensa.
- **Paulo de Almeida Sande.** Foi responsável pelo setor português de informação do Parlamento Europeu no Luxemburgo entre 1986 e 1988; administrador do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal entre 1988 e 2000; diretor do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal entre 2004 e 2012, e responsável por implementar projetos de envolvimento das instituições europeias com a imprensa. Hoje é professor universitário e assessor do Presidente da República.
- **Susana Frexes.** Jornalista da SIC desde 2004, correspondente em Bruxelas desde 2014.

As entrevistas foram gravadas presencialmente, à exceção da de Fernando Paula Brito, que foi realizada por correio eletrónico devido ao facto de o entrevistado se encontrar em Madrid, Espanha, e não ter sido possível agendar um encontro pessoal em tempo útil. As entrevistas gravadas foram transcritas e editadas pelo autor e analisadas no sentido de encontrar elementos comuns e padrões que permitissem caracterizar cada um dos momentos. Depois, foram utilizados exemplos de conteúdos da imprensa portuguesa

para ilustrar, na medida do possível, esses elementos. Para recolher os exemplos da imprensa recorreu-se a duas fontes: o arquivo das publicações periódicas portuguesas, consultado na Hemeroteca Municipal de Lisboa; e as páginas dos órgãos de comunicação social portugueses na Internet.

## **Os objetivos**

Contam-se entre os objetivos específicos deste trabalho os seguintes:

- Recolher e tratar os testemunhos de alguns dos protagonistas da cobertura mediática dos principais momentos da história comunitária de Portugal, de modo a contribuir para a preservação da memória e para a historiografia da imprensa portuguesa, da União Europeia e de Portugal;
- Descrever a forma como os *media* portugueses cobriram o fenómeno da CEE/UE desde que Portugal se propôs aderir à comunidade;
- Entender como a esfera política portuguesa percebeu o papel dos jornalistas e agiu perante eles durante momentos fundamentais da relação entre Portugal e os parceiros europeus;
- Analisar a evolução da opinião pública portuguesa sobre a pertença comunitária ao longo das quatro décadas de Portugal na CEE/UE;
- Tirar conclusões sobre a evolução da relação entre os *media* portugueses e o sistema político nacional e europeu no âmbito dos assuntos de política europeia em Portugal, bem como da capacidade, condições e recursos dos jornalistas para escrutinarem o poder político.

## **O período estudado**

Este trabalho pretende dar uma visão geral sobre a história comunitária de Portugal, que conta já com mais de quatro décadas. Apesar de a adesão de Portugal à CEE ter sido formalizada em 1985 e entrado em vigor em 1986, o processo começou bem antes, logo após a revolução de 25 de abril de 1974, com a candidatura e as negociações que culminaram na adesão. Porque mais de quarenta anos já é um período suficientemente extenso para não poder ser analisado ao detalhe num trabalho de tempo e espaço limitado como este, optou-se pela escolha de três momentos que representam os focos de atividade

política mais significativa neste campo. Para cada um dos três períodos foram analisadas as três dimensões (especialização, profissionalização e recursos dos *media*; práticas democráticas e de transparência da esfera política, e opinião pública portuguesa face à UE) da relação entre *media* e atores político:

- Negociações para a adesão de Portugal à CEE (1977-1985);
- Discussão sobre a moeda única e adesão de Portugal ao Euro (1992-2002);
- Crise e intervenção da *troika* em Portugal (2011-2014).

### **A organização deste trabalho**

A próxima centena de páginas está organizada em duas partes. A primeira continua e aprofunda algumas ideias afluídas na introdução, apresentando o modelo que vai ser usado para analisar a relação entre os *media* e a esfera política neste trabalho, sustentando-o na investigação já existente na área da ciência política, das relações internacionais e nos estudos de opinião pública. A segunda parte, que corresponde ao grosso do trabalho original desta dissertação, está dividida em três capítulos, um por cada momento histórico analisado. Dentro de cada um desses capítulos, é feito um enquadramento histórico do momento em estudo, uma apresentação da realidade jornalística do país no período em apreço e uma descrição da cobertura mediática dada à atividade política de âmbito europeu naquele período. De seguida, com base nas entrevistas e nos excertos da imprensa, é analisada a relação entre *media* e esfera política em cada uma das três dimensões estudadas. No fim de cada capítulo, são reunidas as principais conclusões. No final da segunda parte, são apresentadas as conclusões finais do trabalho, que resultam de um olhar de conjunto para as conclusões de cada um dos capítulos da segunda parte, vistos à luz do modelo explicado na primeira parte.

## PRIMEIRA PARTE

Nesta primeira parte do trabalho, antes de nos aventurarmos na análise dos testemunhos recolhidos, que constituem o grosso da investigação, dedicamo-nos a uma breve revisão da literatura que nos permite construir o modelo de avaliação da relação entre os media e a esfera política no âmbito dos assuntos europeus ao longo da história comunitária de Portugal que usaremos nessa segunda parte. Como já indicámos na introdução, o modelo de análise desta relação baseia-se em três dimensões: (1) a especialização, profissionalização e recursos dos media; (2) as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e (3) a opinião pública portuguesa face à UE. Nesta secção, é explanado o background teórico que nos permitiu chegar a este modelo, ao mesmo tempo que são apresentados dados e reflexões que enquadram as realidades portuguesa e comunitária em cada uma destas dimensões. Com efeito, apenas a partir de um sólido modelo teórico que esteja, ao mesmo tempo, bem ancorado na realidade aqui em estudo (a de Portugal no contexto da União Europeia) é que podemos depois partir para a auscultação dos testemunhos — muitos deles inéditos — que nos permitirão, em conjugação com os dados aqui fornecidos, avaliar a evolução da relação entre as duas esferas ao longo das últimas quatro décadas.

### *Os contributos do modelo de Hallin e Mancini*

Em 2004, Daniel C. Hallin e Paolo Mancini apresentaram<sup>17</sup> um estudo inovador sobre os sistemas mediáticos de 18 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça). Neste estudo, os autores propuseram “quatro grandes dimensões segundo as quais os sistemas mediáticos na Europa Ocidental e na América do Norte podem ser comparados de forma útil”. São elas: (1) o desenvolvimento da indústria mediática; (2) o paralelismo político, ou seja, “em que medida o sistema mediático reflete as grandes divisões políticas na sociedade”, designadamente através da proximidade entre os meios de comunicação social e os partidos políticos; (3) a profissionalização da classe jornalística, e (4) o grau de

---

<sup>17</sup> Daniel C. Hallin e Paolo Mancini, *Comparing media systems: Three models of media and politics* (Cambridge university press, 2004).

intervenção do Estado no sistema mediático<sup>18</sup>. Com base nestes quatro parâmetros, Hallin e Mancini concluíram que na Europa Ocidental e nos Estados Unidos podem ser identificados três modelos distintos de sistemas mediáticos. O primeiro é o modelo mediterrâneo, também denominado como modelo pluralista polarizado, identificado em Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália. Nestes países, os autores concluíram que a indústria mediática está pouco desenvolvida, com os jornais a apresentarem uma circulação muito baixa e orientados sobretudo para as elites. No que toca ao paralelismo político, nestes países é elevado, havendo um grande espaço para o comentário político. Já a profissionalização da classe jornalística é ainda incipiente e a intervenção do Estado é considerável. Este modelo contrasta com o modelo da Europa Central e do Norte, a que os autores chamaram modelo corporativista democrático, e que caracteriza os sistemas mediáticos da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, da Dinamarca, da Finlândia, dos Países Baixos, da Noruega, da Suécia e da Suíça. Aqui, a realidade inverte-se: os jornais têm grande circulação, a imprensa é mais plural, a profissionalização da classe jornalística é muito avançada e o Estado, intervindo, privilegia a liberdade de imprensa. Um terceiro modelo, o modelo liberal, é identificado no Atlântico Norte, designadamente no Canadá, no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Irlanda. Este modelo pode ser entendido como uma situação intermédia entre os outros dois no que toca a todos os parâmetros exceto no que toca à intervenção estatal, que é diminuta, estando a imprensa nas mãos do mercado<sup>19</sup>.

As conclusões de Hallin e Mancini são duplamente úteis para este trabalho. Por um lado, tratando-se este de um dos modelos de análise mais consensuais na academia para a avaliação dos sistemas mediáticos em dialética com a esfera política, dá-nos elementos que contribuem diretamente para a criação de um modelo concreto para a análise que aqui se pretende levar a cabo — por outras palavras, faz sentido seguir, aqui, um caminho semelhante. Ao mesmo tempo, o resultado do trabalho de Hallin e Mancini fornece-nos informações concretas sobre como posicionar Portugal face aos restantes países europeus no que diz respeito ao grau de desenvolvimento da indústria mediática e à relação da esfera mediática com o Estado. No entender de Hallin e Mancini, a transição mais tardia dos países do Sul da Europa para a democracia está na origem das diferenças no sistema mediático e na relação deste com a esfera política: “Os meios de comunicação de massas nos países mediterrâneos estavam intimamente envolvidos nos conflitos

---

<sup>18</sup> Hallin e Mancini, 21.

<sup>19</sup> Hallin e Mancini, 89–248.



políticos que marcam a história desta região, e há uma forte tradição de olhar para eles como meios de expressão ideológica e de mobilização política”, escrevem Hallin e Mancini, que acrescentam que nestes países o desenvolvimento do mercado publicitário foi “relativamente fraco, deixando os meios de comunicação frequentemente dependentes do Estado, dos partidos políticos, da Igreja ou de mecenas privados ricos, e inibindo a profissionalização e o desenvolvimento dos media enquanto instituições autónomas”<sup>20</sup>.

Nos países do Norte da Europa e da Europa Central, pelo contrário, o desenvolvimento mais rápido da burguesia e dos mercados conduziu a uma democratização muito mais veloz dos meios de comunicação, levando a imprensa a muito mais cidadãos. Essa tendência marcou profundamente o desenvolvimento dos sistemas mediáticos ao longo da história e, nos tempos atuais, ainda é visível, como mostram os dados compilados por Hallin e Mancini na mesma obra sobre a circulação média de jornais em cada um dos países analisados no estudo: na Noruega, a circulação era, no ano 2000, de 719,7 jornais por cada mil cidadãos; na Finlândia, 545,2 por cada mil; na Suécia, 541,1 por mil; na Suíça, de 453,7 por mil; no Reino Unido, de 408,5 por mil; e na Alemanha, de 375,2 por mil. No extremo oposto da tabela, encontra-se a Grécia, com apenas 77,5 jornais vendidos por cada mil cidadãos, seguida de Portugal, com 82,7 jornais por mil cidadãos, Itália, com 121,4 por mil, e Espanha, com 129,4 por mil<sup>21</sup>. São números reveladores que nos dizem muito sobre como cada país se relaciona com a imprensa e que temos de ter em conta quando partimos para uma análise da relação entre a esfera mediática e a esfera política nestes países. Os autores sublinham ainda como “os jornais nos países do Mediterrâneo (...) foram direcionados, na maior parte das vezes, para uma elite educada e interessada no mundo político”<sup>22</sup>. Tudo isto coloca os países do Sul em grande contraste com os países da Europa Central e do Norte, que, como sublinham Hallin e Mancini, “foram pioneiros no desenvolvimento da liberdade de imprensa”<sup>23</sup>.

Neste trabalho, o que está em análise é a relação entre a esfera mediática e a esfera política no que toca aos assuntos europeus durante os principais marcos da história comunitária de Portugal. Por outras palavras, tentaremos perceber de que forma evoluiu a relação entre os jornalistas portugueses e os atores políticos durante a cobertura das questões relacionadas com a União Europeia, desde a adesão de Portugal à CEE, em 1986,

---

<sup>20</sup> Hallin e Mancini, 89–90.

<sup>21</sup> Hallin e Mancini, 23.

<sup>22</sup> Hallin e Mancini, 95.

<sup>23</sup> Hallin e Mancini, 146.

aos anos da crise e da intervenção da *troika* no país, entre 2011 e 2014. Ora, esta relação desenvolve-se em diversas vertentes e este trabalho não tem — nem podia ter — a ambição de as analisar a todas, até porque a relação entre jornalistas e fontes é um assunto complexo e repleto de nuances. Porém, e tratando-se este de um trabalho de carácter introdutório ao assunto — uma vez que não há ainda na academia trabalhos de fundo sobre a relação entre jornalistas e atores políticos em Portugal no contexto europeu — interessa-nos contar uma primeira história desta relação, recorrendo aos testemunhos de quem a viveu e fazendo uma análise da referida relação segundo parâmetros de âmbito relativamente geral.

Nesse sentido, optou-se por partir do modelo de Hallin e Mancini e extrair dali duas dimensões para esta análise, que reforçam a natureza dual da relação entre as duas esferas. À primeira chamou-se “Especialização, profissionalização e recursos dos *media*”, pretendendo-se incluir aqui a análise do lado dos meios de comunicação — se quisermos, coincide de certa forma (não sendo um alinhamento perfeito) com os três primeiros parâmetros do modelo de Hallin e Mancini. Na segunda dimensão, far-se-á a análise a partir da perspectiva oposta: Práticas democráticas e de transparência da esfera política. Aqui, analisa-se uma parte fundamental da relação entre os *media* e os atores políticos, porque, se a função dos meios de comunicação é escrutinar o poder político, uma das missões do poder político é ser transparente e deixar-se escrutinar pelos *media*. Aqui, cabe o quarto parâmetro do modelo de Hallin e Mancini, mas também outras dimensões, como o comportamento das fontes oficiais e não oficiais e as estratégias de comunicação utilizadas quer pelas fontes portuguesas (Governo português ou representantes nacionais em Bruxelas), quer pelas fontes comunitárias ou diplomáticas em Bruxelas.

Como explicado na introdução, o contributo central desta tese são as nove entrevistas (oito das quais a jornalistas que cobriram ou cobrem diretamente os assuntos europeus na imprensa portuguesa e muitas delas inéditas) a um conjunto de profissionais que viveram na primeira pessoa a evolução da cobertura mediática dos assuntos europeus em Portugal. Entre os entrevistados está, por exemplo, o primeiro correspondente português em Bruxelas, que enfrentou sozinho a máquina europeia que já estava em funcionamento quando lá chegou em 1980. As entrevistas foram feitas de acordo com os parâmetros aqui estabelecidos de forma a responder àquilo que se pretende neste trabalho: avaliar a evolução da relação entre poder político e jornalistas no âmbito das questões europeias — na perspectiva dos jornalistas que protagonizaram essa cobertura mediática.

E é precisamente através dos testemunhos escutados que se tiram as principais conclusões deste trabalho. Antes, contudo, será útil fazer uma reflexão — partindo de dados concretos — sobre o que está em causa em cada uma destas duas dimensões de análise, de modo a situar num contexto concreto os testemunhos que compõem o centro do trabalho.

No que diz respeito à primeira dimensão de análise, a Especialização, profissionalização e recursos dos *media*, estão aqui em causa diferentes aspetos da atividade jornalística que contribuem para dar uma visão de conjunto sobre o lado dos *media* nesta relação entre esfera mediática e esfera política. Importa olhar, por um lado, para a cobertura mediática propriamente dita em cada um dos momentos analisados. É por isso que, em cada um dos três capítulos que compõem a segunda parte deste trabalho, é incluída uma secção dedicada à descrição da cobertura mediática do momento em questão. Nas entrevistas, procurou-se perceber o que caracterizou a cobertura jornalística da adesão de Portugal à CEE, das negociações para a moeda única e da intervenção da *troika* em Portugal: se foi uma cobertura mais ou menos descritiva, questionadora ou crítica das ações dos atores políticos, mais ou menos próxima de uma determinada posição, mais ou menos especializada no grau de análise dos temas, mais ou menos próxima do centro dos acontecimentos e dos agentes do poder. A comparação destas dimensões da cobertura — que nos são dadas por quem a protagonizou por dentro em conjugação com a análise de alguns recortes de jornais exemplificativos — ao longo dos três períodos é fundamental para perceber como evoluiu a relação entre as duas esferas. No que diz respeito à questão da especialização dos *media*, já vimos anteriormente, a partir do trabalho de Hallin e Mancini, onde é que Portugal se situa face a outros países: possui uma indústria mediática pouco desenvolvida quando comparada com os países da Europa Central e do Norte, uma classe jornalística pouco profissionalizada e uma relação por vezes promíscua com os interesses políticos e económicos — apesar de estudos posteriores, como o liderado por Michael Brüggemann em 2014<sup>24</sup>, mostrarem que Portugal se tem vindo a afastar dos outros países do Sul da Europa e a aproximar-se de sistemas mediáticos como o belga ou o holandês, num regime de menor intervenção do Estado e de maior profissionalização dos jornalistas, classificando Portugal como “mais liberal do que originalmente conceptualizado”<sup>25</sup>. Ao mesmo tempo, sabemos que a

---

<sup>24</sup> Michael Brüggemann et al., «Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of western media systems», *Journal of Communication* 64, n. 6 (2014): 1037–65.

<sup>25</sup> Brüggemann et al., 1056.

qualidade do trabalho jornalístico depende, não só da qualidade descritiva, analítica e crítica dos jornalistas e do seu posicionamento junto do centro das decisões, mas também dos recursos humanos e financeiros da esfera mediática.

Vale a pena, então, olhar para alguns números. Em 1977, ano em que se iniciaram as negociações para a adesão de Portugal à CEE, havia em Portugal 937 jornalistas. Em 2018, o número de carteiras profissionais ativas era de 5.492. O número é, atualmente, quase seis vezes maior do que era há quatro décadas. Mas uma análise mais fina permite identificar algumas nuances. Os dados — recolhidos diretamente junto do Sindicato dos Jornalistas (SJ), que tinha a responsabilidade de emitir carteiras profissionais até 1993, e da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), que entrou em funções em 1996 para substituir o sindicato nessa função — mostram como durante as décadas de 80 e 90 o número de jornalistas em Portugal cresceu de forma assinalável. Na viragem do século, em 2000, já eram 5.875 os jornalistas no ativo em Portugal. A tendência de crescimento manteve-se durante o início da década de 2000, tendo atingido o pico histórico de 7.165 jornalistas no ativo no ano de 2004. A partir daí, a profissão entrou numa tendência de gradual diminuição do número de jornalistas no ativo — o que se pode explicar pelos múltiplos despedimentos coletivos nas redações portuguesas, motivados pela crise financeira, a que voltaremos com mais detalhe na segunda parte deste trabalho.

### Jornalistas em Portugal

Número de carteiras profissionais entre 1977 e 2018

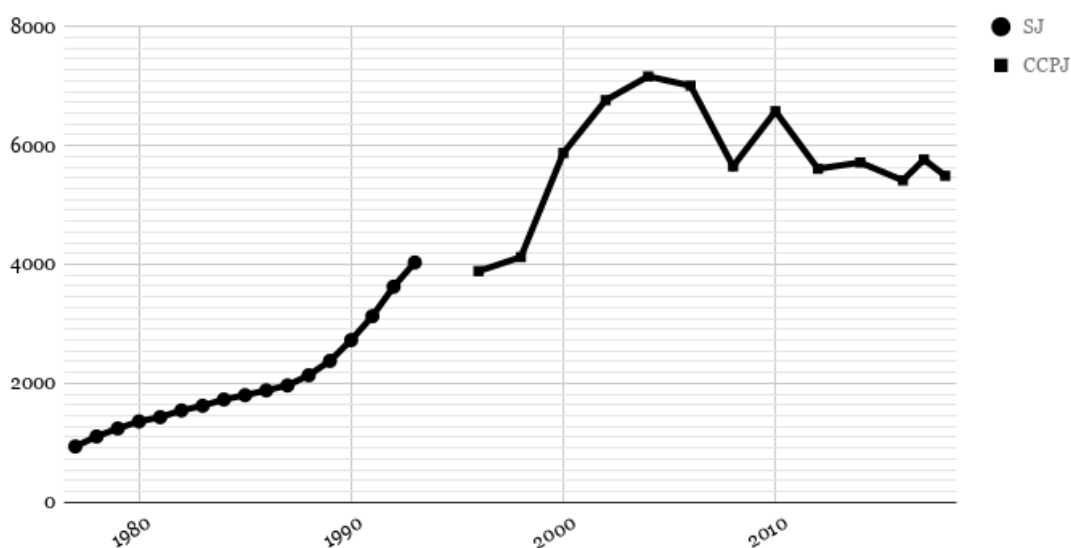


Figura 1. Número de jornalistas registados em Portugal entre 1977 e 2018. Gráfico pelo autor com dados recolhidos junto do Sindicato dos Jornalistas e da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista

Um olhar pelo número de publicações periódicas (de todo o tipo e incluindo todas as periodicidades) em Portugal entre 1977 e 2016 — cujos dados estão disponíveis no Pordata, portal de estatísticas sobre Portugal promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos — mostra uma tendência semelhante: o número de jornais e revistas publicados em Portugal cresceu assinalavelmente, passando de 1.065 em 1977 para 2.107 em 2002, praticamente duplicando. Porém, novamente, a tendência inverteu-se e a partir daquele ano o número de publicações impressas em Portugal entrou numa fase descendente, atingindo os 1.271 em 2016. Ao mesmo tempo, os números referentes à tiragem global da imprensa portuguesa confirmam a tendência. Relativamente à tiragem da imprensa portuguesa, os números, também retirados do portal Pordata, mostram uma tendência de crescimento que levou dos pouco mais de 300 mil exemplares impressos por edição em 1979 (no global de todas as publicações no país) aos 950 mil em 2017. Também neste indicador, os números mostram uma queda — e neste caso bastante abrupta — a partir de meados da primeira década do século XXI, situando-se a tiragem global da imprensa portuguesa pouco acima dos 420 mil.

### Número de publicações periódicas em Portugal

Entre 1977 e 2016



Figura 2. Número de publicações periódicas em Portugal entre 1977 e 2016. Gráfico pelo autor com dados recolhidos do portal Pordata

O derradeiro indicador, o número de exemplares vendidos, não deixa grande margem para dúvidas. Apesar de os números compilados no portal Pordata estarem

disponíveis a partir de 1994, eles mostram claramente a tendência de crescimento que se vinha a verificar na década de 90 e que a partir do ano 1999 entrou numa queda de que nunca mais recuperou. Em 2016, a imprensa portuguesa vendia, no seu conjunto global, menos de metade do que vendia em 1999. Estes números ajudam-nos a perceber que recursos tinham os meios de comunicação portugueses ao longo do período em análise. De um modo geral, os *media* portugueses viveram a partir da década de 70 um crescimento em termos de recursos que lhes permitiu aumentar o número de periódicos, contratar mais jornalistas, imprimir mais exemplares e vender mais nas bancas. A partir do início do século XXI, esta tendência inverteu-se. Os jornais começaram a vender menos nas bancas, muitos começaram a fechar, todos reduziram as tiragens e, eventualmente, muitos jornalistas foram ficando sem emprego. A década de 90 representa, assim, se quisermos, o período dourado para a imprensa portuguesa, tendo sido a época em que os media nacionais dispuseram de mais recursos financeiros (devido às grandes vendas) e humanos para realizarem o seu trabalho de escrutínio do poder político.

### Tiragem da imprensa portuguesa

Entre 1979 e 2016

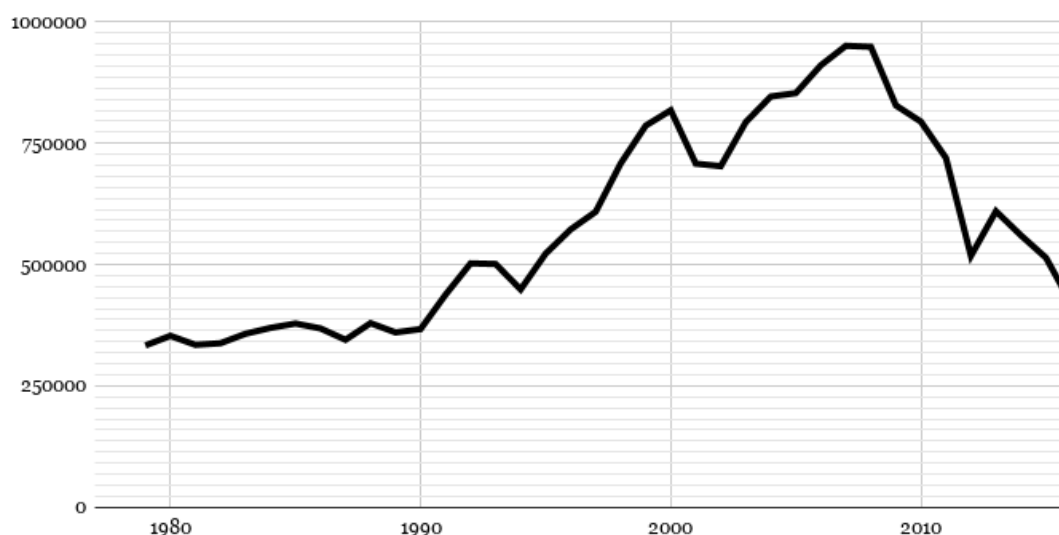


Figura 3. Tiragem total da imprensa portuguesa, em número de exemplares, entre 1979 e 2016. Gráfico pelo autor com dados recolhidos do portal Pordata

Resta saber, então, de que forma é que esta realidade, primeiro de crescimento e depois de queda, no que toca aos recursos dos meios de comunicação, se refletiu na

relação com a esfera política no âmbito dos assuntos europeus. A primeira vez que Portugal investiu no envio de um jornalista para Bruxelas como correspondente foi em 1980, seis anos antes da adesão à CEE, com o envio do repórter José Amaral para iniciar a delegação da ANOP (antecessora da Agência Lusa). Como o próprio explicou em declarações recolhidas para este trabalho — voltaremos ao assunto com detalhe na segunda parte da dissertação —, Amaral ficou sozinho até 1983. Outros jornalistas, residentes em capitais europeias como Paris ou Londres, colaboravam frequentemente com outros meios de comunicação nacionais com deslocações a Bruxelas, mas nenhum estava fixo em Bruxelas à exceção dele. A partir de 1984, o número de jornalistas portugueses em Bruxelas foi crescendo gradualmente, para dois ou três, mas a expansão deu-se verdadeiramente a partir da adesão, em 1986. O aparecimento das televisões privadas e de novos meios de comunicação durante a década de 90 contribuiu, naturalmente, para o aumento do número de profissionais com acreditação junto das instituições europeias (até porque não eram necessários apenas jornalistas, mas também elementos das equipas técnicas). No final da década de 90, segundo explicaram para este trabalho vários jornalistas que passaram pelo posto de correspondentes europeus, já se tinha cristalizado o número de jornalistas portugueses que ainda hoje trabalham a partir de Bruxelas — pouco mais de uma dezena. A Comissão Europeia só tem sistematizados os dados a partir do ano 2002 (ano em que havia 13 portugueses num total de 878 profissionais acreditados junto das instituições europeias). Em maio de 2018, havia 12 portugueses em 806. Em suma: a esfera jornalística portuguesa empenhou-se em mobilizar profissionais para cobrir a União Europeia a partir de Bruxelas logo desde os primeiros tempos, tendo esse investimento crescido até ao final da década de 90. A partir daí, a presença portuguesa na sala de imprensa de Bruxelas tem-se mantido estável.

## Número de exemplares vendidos na imprensa portuguesa

Entre 1994 e 2016

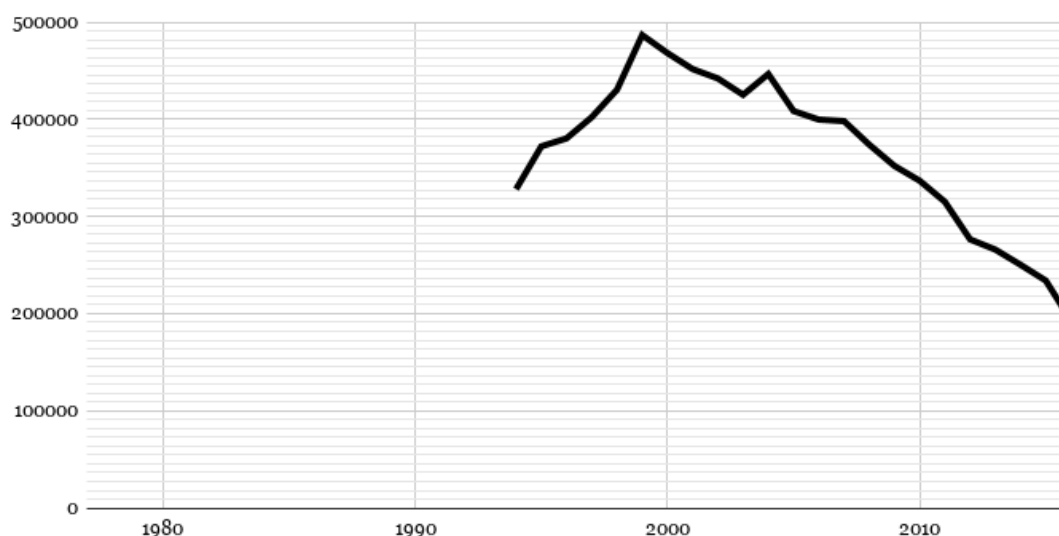


Figura 4. Número de exemplares vendidos pela imprensa portuguesa entre 1994 e 2016. Gráfico pelo autor com dados recolhidos do portal Pordata

Simultaneamente, no que diz respeito às Práticas democráticas e de transparência da esfera política, a segunda dimensão em estudo, importa perceber como é que os atores políticos lidam com o escrutínio mediático e em que condições partem para um relacionamento com os jornalistas que os escrutinam. Esta realidade difere entre contextos e não se pode dizer que o nível de transparência seja igual na esfera política europeia (leia-se as instituições europeias) e na esfera política portuguesa. Façamos, então, uma breve análise às práticas de transparência nas duas realidades. Para limitar esta análise, olhamos apenas para as três grandes instituições políticas europeias — Comissão, Parlamento e Conselho — e para os três órgãos de soberania políticos portugueses — Presidente da República, Parlamento e Governo —, deixando de fora outras instituições como os tribunais ou os partidos políticos. No que diz respeito à realidade europeia, as instituições procuram, pelo menos, assumir uma imagem de transparência. As três instituições — Comissão, Parlamento e Conselho — possuem atualmente páginas na Internet que promovem precisamente a transparência e o acesso livre a todas as informações e documentos produzidos. A página da Comissão Europeia, por exemplo, apresenta uma mensagem em que defende que “os cidadãos europeus têm o direito de saber como são tomadas as decisões nas instituições europeias, quem participa nesse processo e que documentos são elaborados no contexto da preparação e adoção de atos



jurídicos, bem como o direito de solicitar o acesso a esses documentos e de se pronunciarem sobre os mesmos”, e na qual argumenta, em jeito de máxima, que “a transparência é fundamental para incentivar a participação dos cidadãos europeus na vida democrática da UE”<sup>26</sup>. Em consonância com esta mensagem, a página apresenta várias secções com ligações que permitem aceder a documentos, legislação, listas de beneficiários de financiamento comunitário, consultas públicas, normas e procedimentos legislativos, registos de conflitos de interesse dos vários intervenientes nos processos políticos e a outros documentos de relevo.

Já na página que o Parlamento Europeu dedica à “ética e transparência” lê-se que “os cidadãos europeus têm o direito de seguir de perto as atividades dos deputados que elegeram, certificando-se de que estes cumprem com as mais rigorosas regras de conduta e mantêm uma forma de relacionamento apropriada com os representantes de grupos de interesse”<sup>27</sup>. A página remete para o artigo 15.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia<sup>28</sup>, cuja revisão foi assinada em Lisboa em 2007, no qual se lê, no primeiro número, que, “a fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a atuação das instituições, órgãos e organismos da União pauta-se pelo maior respeito possível do princípio da abertura”. O mesmo artigo, no terceiro número, assegura que “todos os cidadãos da União e todas as pessoas singulares ou coletivas que residam ou tenham a sua sede estatutária num Estado-Membro têm direito de acesso aos documentos das instituições, órgãos e organismos da União”. À semelhança da Comissão Europeia, também o Parlamento Europeu apresenta uma extensa lista de ligações que dão acesso a uma série de documentação que permite a qualquer cidadão, jornalista ou não, aceder aos registos da atividade daquele organismo. Ao mesmo tempo, também o Jornal Oficial da União Europeia, no qual é publicada toda a legislação europeia, é de acesso público através da Internet<sup>29</sup>, dispondo de vários mecanismos de pesquisa facilitada. Também o Conselho dispõe de uma página dedicada à “transparência e acesso aos

---

<sup>26</sup> «Transparência», Comissão Europeia, acedido em 5 de Janeiro de 2019, [https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/service-standards-and-principles/transparency\\_pt](https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/service-standards-and-principles/transparency_pt).

<sup>27</sup> «Transparência», Parlamento Europeu, acedido em 5 de Janeiro de 2019, <http://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/transparency>.

<sup>28</sup> «Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia» (2012), <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12012E%2FTXT>.

<sup>29</sup> «Access to the Official Journal - EUR-Lex», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://eur-lex.europa.eu/oj/direct-access.html>.

documentos”<sup>30</sup>, onde se destaca que “a atividade legislativa dos ministros no Conselho é pública e os cidadãos têm direito de solicitar o acesso aos documentos do Conselho”. Esta página inclui ligações para conteúdos tão distintos como a emissão em direto das sessões públicas do Conselho, às ordens do dia e ao calendário das reuniões, às atas das reuniões públicas e aos resultados das votações e à pesquisa por documentos. Também estão disponíveis os arquivos completos do Conselho respeitantes a dossiês encerrados há mais de 30 anos.

Além destas políticas de transparência, que têm vindo a ser aprofundadas ao longo das décadas e que hoje em dia se encontram num nível muito avançado nas instituições europeias, há procedimentos de transparência específicos da relação das instituições com os jornalistas. A Representação da Comissão Europeia em Portugal tem um documento intitulado “Guia para Jornalistas”<sup>31</sup>, que distribui aos profissionais da comunicação social, no qual destaca que “é missão da Comissão Europeia facilitar o acesso e esclarecimento de informação aos órgãos de comunicação social, imprescindíveis na comunicação com os cidadãos”. O documento inclui uma lista de pessoas que podem ser contactadas, bem como os seus endereços de correio eletrónico e números de telefone, para falar em nome da Comissão Europeia em Portugal, mas também um conjunto de contactos em Bruxelas. Além dos contactos, são elencados no guia uma série de detalhes sobre o funcionamento da sala de imprensa de Bruxelas, a forma como devem ser feitas as creditações para aceder às instituições europeias, os locais onde podem ser encontrados os comunicados de imprensa, os contactos para o acesso a conteúdos audiovisuais e até sobre como se candidatar a um prémio de jornalismo europeu.

No que diz respeito à esfera política nacional, não se pode afirmar que as políticas de transparência sejam tão explícitas e organizadas como na esfera europeia — o que também não significa que não existam ou que sejam menos evoluídas. Existem iniciativas de transparência que possibilitam um escrutínio eficiente do poder político e existem práticas de transparência habituais nos vários órgãos de soberania. Um exemplo de excelência é o Portal Base<sup>32</sup>, um portal na Internet onde estão publicitados, de forma simples e acessível a todos os cidadãos, os detalhes de todos os contratos públicos em

---

<sup>30</sup> «Transparência e acesso aos documentos - Consilium», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.consilium.europa.eu/pt/general-secretariat/corporate-policies/transparency/>.

<sup>31</sup> Representação da Comissão Europeia em Portugal, «Guia para Jornalistas» (Representação da Comissão Europeia em Portugal, sem data).

<sup>32</sup> «BASE:contratos públicos online», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>.

Portugal. O portal foi previsto pela primeira vez no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, cujo artigo 4.º prevê a criação de um “portal único da Internet dedicado aos contratos públicos”<sup>33</sup>, e regulado pela Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de julho, que destaca a necessidade de “transparência num setor onde a mesma constitui um valor da maior importância”<sup>34</sup>. As informações disponibilizadas neste portal têm, aliás, estado na origem de muitas investigações jornalísticas que têm posto em causa figuras relevantes de sucessivos governos. Em novembro de 2017, no final de um ano que ficou marcado pela tragédia dos incêndios em Portugal, o jornal Público revelou<sup>35</sup> que o Governo português tinha, havia dois anos, um software para controlar o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal — que terá falhado diversas vezes durante o combate aos fogos — mas que nunca o tinha utilizado. A informação da aquisição de parte desse *software* estava registada no Portal Base. Em setembro de 2017, o jornal i publicava uma notícia<sup>36</sup> dando conta de que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, havia adjudicado obras de 5,5 milhões de euros a uma empresa de construção civil após ter adquirido um imóvel da família dona daquela empresa. Os contratos de adjudicação, novamente, estavam todos disponíveis no Portal Base. Os exemplos deste tipo de notícias na imprensa portuguesa são muitos e quase todos colocam em causa os agentes do poder político, o que permite concluir que esta é uma ferramenta de transparência eficaz.

Em relação aos órgãos de soberania, é possível identificar algumas marcas que indicam um esforço por uma maior transparência. O mais assinalável é o *site* da Assembleia da República<sup>37</sup>, que tem vindo sucessivamente a ser modernizado e que inclui uma página de abertura que disponibiliza um acesso fácil à agenda parlamentar, à agenda do presidente da Assembleia da República, às ordens de trabalhos das comissões e do plenário, à emissão em direto de todos os trabalhos parlamentares e, ainda, a um conjunto de notas de imprensa. O Diário da Assembleia da República, onde são publicadas todas

---

<sup>33</sup> «Decreto-Lei n.º 18/2008», Pub. L. No. 18/2008 (2008), <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/18/2008/01/29/p/dre/pt/html>.

<sup>34</sup> «Portaria n.º 701-F/2008», Pub. L. No. 701-F/2008 (2008), <https://data.dre.pt/eli/port/701-f/2008/07/29/p/dre/pt/html>.

<sup>35</sup> Liliana Valente, «Governo tem “software” há dois anos para controlar SIRESP e nunca o usou», *PÚBLICO*, 7 de Novembro de 2017, <https://www.publico.pt/2017/11/07/politica/noticia/mai-tem-software-para-controlar-siresp-ha-dois-anos-que-nunca-usou-1791539>.

<sup>36</sup> Marta F. Reis, «Medina adjudicou obras de 5,5 ME à TD depois de comprar casa da família», *ionline*, 13 de Setembro de 2017, <http://ionline.sapo.pt/580269>.

<sup>37</sup> «Assembleia da República», Assembleia da República, acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.parlamento.pt/>.

as atividades do Parlamento, também é de acesso público. Todos os deputados têm também um e-mail profissional que é público e habitualmente monitorizado, tal como é também possível contactar os grupos parlamentares e os serviços da Assembleia da República através da página da Internet. O *site* do Governo<sup>38</sup> também tem uma área dedicada à comunicação, na qual são publicados comunicados de imprensa e documentos, nomeadamente as decisões do Conselho de Ministros. As subpáginas dedicadas a cada ministério permitem contactar, através de formulários próprios para o efeito, os gabinetes do ministro e dos respetivos secretários de Estado. Finalmente, o *site* da Presidência da República<sup>39</sup> apresenta, logo na página inicial, os comunicados e mensagens assinados pelo Presidente que habitualmente são citados pela comunicação social, incluindo as promulgações, os vetos, as nomeações e outros tipos de decisões, que aparecem ao público pela primeira vez ali. A secção “Escreva ao Presidente” permite contactar o chefe de Estado através de um formulário, mas não é claro que o serviço seja eficaz, uma vez que não são indicados contactos concretos a não ser um endereço de correio eletrónico geral. Ao mesmo tempo, não há nas páginas dos três órgãos de soberania uma secção que permita aos órgãos de comunicação social aceder a informação detalhada ou contactar profissionais dedicados à relação com a imprensa — ao contrário do que sucede com as instituições europeias, que disponibilizam aos jornalistas de todo o mundo contactos diretos (incluindo números de telemóvel) de dezenas de porta-vozes e assessores de imprensa responsáveis por cada setor de decisão política<sup>40</sup>.

Em suma, as políticas de transparência no que diz respeito à comunicação e à relação com a imprensa estão hoje bastante evoluídas quer nas instituições europeias quer nas instituições portuguesas. As instituições comunicam com os jornalistas, têm assessores de imprensa disponíveis para esse contacto e disponibilizam muita informação à generalidade do público. Ainda assim, há duas realidades a apontar. Por um lado, há ainda um grande diferencial nas políticas de transparência entre as instituições europeias e as portuguesas. Enquanto a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho divulgam, na Internet e de forma acessível e intuitiva, toda a informação que produzem, as instituições portuguesas ainda não o fazem de forma tão organizada. Simultaneamente,

---

<sup>38</sup> «XXI Governo - República Portuguesa», XXI Governo - República Portuguesa, acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21>.

<sup>39</sup> «Página Oficial da Presidência da República Portuguesa», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <http://www.presidencia.pt/>.

<sup>40</sup> «List of Press Contacts in EU Institutions and Bodies», Newsroom - European Commission, 23 de Março de 2016, [https://europa.eu/newsroom/press-contacts\\_en](https://europa.eu/newsroom/press-contacts_en).

os organismos da UE divulgam publicamente os contactos directos dos assessores de imprensa e porta-vozes que estão disponíveis para dialogar com os jornalistas, enquanto as instituições portuguesas não o fazem. Isto implica que os contactos entre as redações e os agentes políticos aconteçam num contexto em que os jornalistas já vão estabelecendo relações pessoais com os assessores desses agentes e coloca um entrave ao escrutínio por parte dos jornalistas que não têm esse tipo de relações mais próximas. Por exemplo, se um jornalista estrangeiro quisesse questionar o Governo português sobre um qualquer assunto, terá grande dificuldade em encontrar um contacto adequado para o efeito. Uma segunda realidade é que estas práticas de transparência têm sofrido uma evolução assinalável e não podem ser dissociadas da disseminação das tecnologias digitais. A Internet mudou radicalmente o prisma pelo qual os cidadãos olham para o poder político e aumentou a exigência do público face às instituições no que toca à transparência. Se é possível colocar os documentos, as informações e os contactos num *site* — onde, ainda para mais, não há limitações de espaço —, não se justifica que tal não seja feito, o que significa que a consulta de documentação deixou de implicar uma deslocação física ao local onde estão guardados papéis.

É neste contexto relativo aos meios de comunicação e aos agentes políticos que o processo de integração de Portugal na União Europeia se tem desenrolado, desde as negociações para a adesão à Comunidade Económica Europeia, na década de 70, aos dias de hoje, e é ele que tem moldado a relação entre poder político e meios de comunicação social, que procuraremos descrever com detalhe na segunda parte deste trabalho, com recurso aos testemunhos dos jornalistas que ao longo dos últimos quarenta anos protagonizaram a cobertura dos assuntos europeus nos *media* portugueses. A realidade aqui descrita é o ponto de partida para, após a recolha dos testemunhos, se retirarem conclusões no final do trabalho sobre a forma como essa relação evoluiu ao longo de quatro décadas.

### *A opinião pública*

A relação entre os meios de comunicação social e o poder político desenrola-se num ambiente muito específico: o da opinião pública. Com efeito, é a opinião pública que os agentes políticos procuram conquistar (para obterem bons resultados eleitorais ou para garantirem um ambiente de apoio às políticas seguidas, por exemplo) e é a opinião pública que os *media* informam, não raras vezes questionando ou colocando em causa os atos dos

políticos. Por isso, podemos argumentar que tanto o poder político como os meios de comunicação se dirigem à opinião pública. Os primeiros precisam dos segundos para fazerem chegar ao público a melhor imagem de si; os segundos escrutinam os atos dos primeiros para fazerem chegar ao público a melhor aproximação possível da verdade (pelo menos, na teoria). Ora, neste contexto, faz sentido questionar então que lugar tem a opinião pública neste processo. Sobretudo, que influência tem a opinião pública no trabalho dos jornalistas na sua relação de escrutínio com o poder político? Gamson e Modigliani<sup>41</sup> descrevem esta relação entre opinião pública e discurso mediático da seguinte forma: “O discurso dos *media* é parte do processo pelo qual os indivíduos constroem significado, e a opinião pública é parte do processo pelo qual os jornalistas e outros empreendedores culturais desenvolvem e cristalizam o significado no discurso público”. Na introdução deste trabalho, referimos sumariamente as várias teorias sobre a influência (ou efeitos) dos meios de comunicação social sobre a opinião pública. Nesse campo, abundam as teorias e escasseiam os consensos. Porém, no que toca ao inverso — qual a influência da opinião pública sobre os meios de comunicação social — a literatura é substancialmente reduzida e não há grandes correntes teóricas que sustentem uma ou outra posição. Podemos argumentar que, se os *media* têm como missão servir a opinião pública, então haverá um determinado grau de exigência por parte da opinião pública sobre o trabalho dos *media*. Noutra palavra, expectativa. O público espera dos meios de comunicação social um escrutínio do poder político relativamente aos assuntos que dizem respeito, comunitariamente, a todos. Mas este grau poderá ser diferente consoante o assunto em causa e a opinião pública sobre esse assunto. Por exemplo, podemos dizer que a expectativa que o público tem de que os *media* investiguem e escrutinem casos de corrupção e de desvio de capitais que envolvam detentores de cargos públicos é muito maior do que aquela que tem de que os mesmos meios de comunicação escrutinem o dinheiro gasto pelo Estado numa cerimónia de receção aos jogadores da Seleção Nacional após uma grande vitória no estrangeiro. Por outras palavras: se a opinião pública for muito contestatária ou dividida, a expectativa de escrutínio sobre o assunto em questão será maior; se for mais unanimemente positiva ou passiva, essa expectativa será menor. Resta saber: essa expectativa influencia efetivamente o trabalho dos jornalistas e a forma como se relacionam com o poder político de forma a levarem a cabo esse escrutínio?

---

<sup>41</sup> William A. Gamson e Andre Modigliani, «Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach», *American journal of sociology* 95, n. 1 (1989): 2.

Stuart N. Soroka, Dominik A. Stecula e Christopher Wlezien assumem que “apenas uma mão-cheia de estudos consideraram a possibilidade de uma causalidade bidirecional entre os meios de comunicação e a opinião”<sup>42</sup>. Num artigo em que exploram a possibilidade de a perceção do público sobre a economia influenciar a forma como os meios de comunicação noticiam os assuntos económicos, os autores acabam por concluir que, de facto, essas perceções influenciam pelo menos o tom da cobertura mediática. Também Daniel J. Hopkins, Eunji Kim e Soojong Kim, num artigo intitulado, bem a propósito, “*Does newspaper coverage influence or reflect public perceptions of the economy?*”, salientam que, “dado que os meios de comunicação precisam de atrair e manter uma audiência, é plausível que a sua cobertura siga a opinião pública”<sup>43</sup>. Também estes autores concluem que há uma relação de causalidade entre a opinião pública e o tom da cobertura jornalística sobre os assuntos económicos. Este fenómeno da influência da opinião pública sobre os meios de comunicação é, porém, ainda pouco estudado, e os poucos estudos que existem focam-se sobretudo na economia. Neste trabalho, como enunciado antes, propõe-se perceber se a evolução da opinião pública dos portugueses sobre a integração europeia influenciou — e de que maneira — o trabalho dos jornalistas e a relação entre os *media* e a esfera política. Assim, um dos assuntos abordados nas entrevistas aos jornalistas que acompanharam as questões europeias ao longo dos últimos quarenta anos é, precisamente, a forma como a opinião pública sobre os temas que cobriam marcou o seu trabalho. Antes, porém, olhemos para alguns dados que ajudam a contextualizar este assunto.

De acordo com dados dos Eurobarómetros compilados pelo Portal de Opinião Pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a opinião dos portugueses sobre a União Europeia tem variado ao longo das últimas quatro décadas e é possível encontrar alguns padrões. Por exemplo, no que toca ao indicador “Opinião dos portugueses sobre os benefícios de pertencer à UE”<sup>44</sup>, que regista a percentagem dos inquiridos que responderam afirmativamente à questão sobre se Portugal beneficia em pertencer à União Europeia, podemos notar uma tendência de subida assinalável entre o ano da adesão, 1986

---

<sup>42</sup> Stuart N. Soroka, Dominik A. Stecula, e Christopher Wlezien, «It's (change in) the (future) economy, stupid: economic indicators, the media, and public opinion», *American Journal of Political Science* 59, n. 2 (2015): 467.

<sup>43</sup> Daniel J. Hopkins, Eunji Kim, e Soojong Kim, «Does newspaper coverage influence or reflect public perceptions of the economy?», *Research & Politics* 4, n. 4 (2017): 1–2.

<sup>44</sup> «Portal de Opinião Pública: Benefício em pertencer à União Europeia», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/beneficio-em-pertencer-a-uniao-europeia/pt/?colors=pt-0>.

(37%) e o período da negociação e assinatura do Tratado de Maastricht, que lançou as bases para a moeda única (1991-1992, com uma percentagem de 82%). A opinião dos portugueses sobre os benefícios de pertencer à UE desceu depois disso, até um mínimo de 58% em 1995, e tornou a subir até aos 77% em 1999. A partir daí, entrou num trajetória de descida gradual e em 2010 voltou a atingir os 50%.

### Opinião dos portugueses sobre os benefícios de pertencer à UE

Percentagem dos inquiridos que consideram que Portugal beneficia em pertencer à UE (1986-2011)

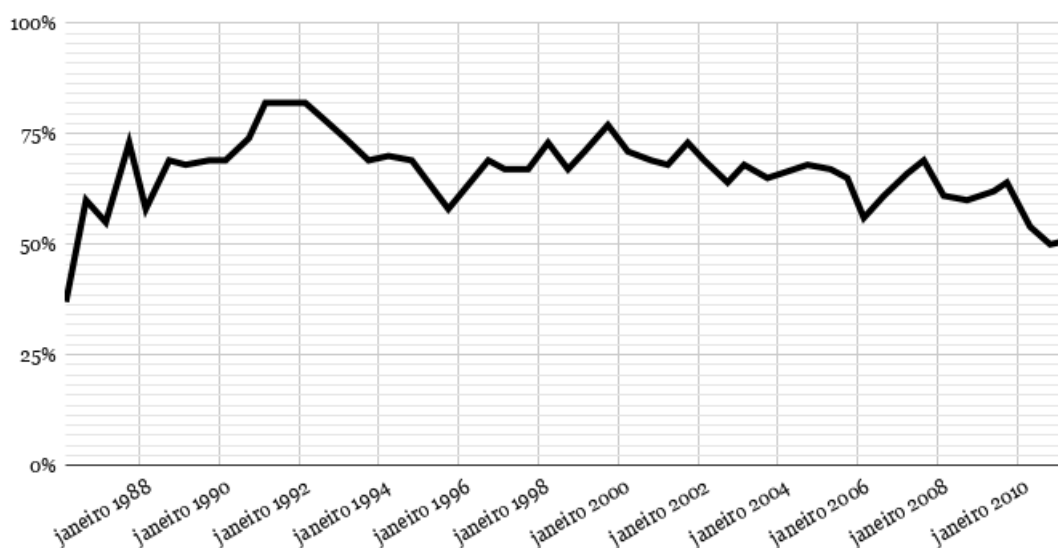


Figura 5. Evolução da opinião pública dos portugueses sobre a União Europeia entre 1986 e 2011. Gráfico pelo autor, com dados recolhidos do Portal da Opinião Pública

Outro indicador, a “Avaliação dos portugueses da pertença à UE”, que mostra a percentagem dos inquiridos que responderam que pertencer à União Europeia é uma coisa boa, revela um padrão semelhante<sup>45</sup>: um pico de aprovação em 1991, com 79% dos inquiridos a avaliarem positivamente a pertença à UE, seguido de uma queda até aos 51% em 1995. Nova subida até aos 68% em 1999, ano de entrada em vigor do Euro, e depois a repetição da tendência descendente até 2011, ano em que foi atingido o valor de 39%.

Os dados relativos a estes dois indicadores terminam em 2011, precisamente o ano em que Portugal pediu ajuda financeira externa e a *troika* entrou no quotidiano dos portugueses. Mas outro indicador, registado a partir de 1999 até à atualidade, permite-nos traçar uma avaliação relativamente segura da opinião dos portugueses sobre a União

<sup>45</sup> «Portal de Opinião Pública: Avaliação da pertença à UE», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/avaliacao-da-pertenca-a-ue/pt/?colors=pt-0>.



Europeia: a confiança nas instituições europeias. Olhando para os números, também compilados pelo Portal de Opinião Pública a partir dos Eurobarómetros, percebemos que a confiança dos portugueses na Comissão Europeia<sup>46</sup> e no Parlamento Europeu<sup>47</sup> se manteve relativamente estável, registando pequenas subidas e descidas que não afetaram a tendência geral, entre 1999 e 2009 — num período em que a avaliação que os portugueses faziam da pertença à UE e dos benefícios que ela trazia ia decrescendo lenta e gradualmente. Durante este período, a percentagem de portugueses que manifestavam confiança nas instituições europeias oscilou entre os 51% e os 67%. Em 2009, porém, esta tendência mudou. Naquele ano, no qual podemos situar o início da crise do Euro (com origem na Grécia), a confiança dos portugueses nas instituições da UE começou a descer. Em 2011, ano em que Portugal assinou o memorando de entendimento com a *troika* (recorde-se que, apesar de não ser nem representar necessariamente a UE, a *troika* incluía duas instituições da União, a Comissão e o Banco Central Europeu), a confiança dos portugueses nas instituições europeias baixou pela primeira vez dos 50% e continuou a trajetória de queda livre durante todo o período da intervenção externa, atingindo o pico mínimo em 2014, com valores de 29% (Parlamento) e 31% (Comissão). No período que se seguiu ao fim da intervenção da *troika* (que terminou na primavera de 2014), a confiança dos portugueses nas instituições europeias voltou a subir, mas o indicador só voltou a superar os 50% em 2017.

---

<sup>46</sup> «Portal de Opinião Pública: Confiança na Comissão Europeia», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-comissao-europeia/pt/?colors=pt-0>.

<sup>47</sup> «Portal de Opinião Pública: Confiança no Parlamento Europeu», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-no-parlamento-europeu/pt/?colors=pt-0>.

## Avaliação dos portugueses da pertença à UE

Percentagem dos inquiridos que consideram que a pertença à UE é uma coisa boa (1985-2011)

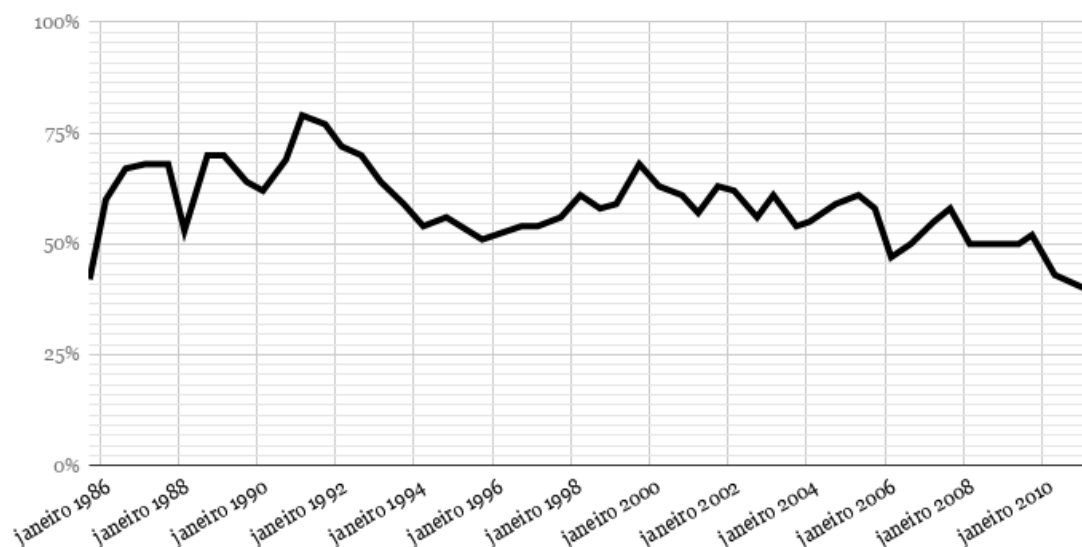


Figura 6. Evolução da avaliação feita pelos portugueses da pertença à União Europeia entre 1985 e 2011. Gráfico pelo autor, com dados recolhidos do Portal da Opinião Pública

Em suma, através destes indicadores podemos reconhecer um padrão de evolução da opinião pública portuguesa sobre a União Europeia: mais favorável e em crescendo durante o período imediatamente após a adesão, atingindo o pico no início da década de 90; menos favorável e com uma tendência de descida a partir de meados da década de 90 que se acentuou com o agravar da crise em 2011, atingindo mínimos históricos em 2014; e uma tendência, ainda incipiente, de alguma recuperação do otimismo europeu após o final da crise. Esta evolução da opinião pública sobre os assuntos europeus afetou o trabalho dos jornalistas que os tratavam? Os meios de comunicação social procuraram refletir a opinião pública divulgando sondagens de opinião e analisando os seus resultados? Os jornalistas tinham a opinião pública em conta? E os agentes políticos, mudavam as suas estratégias comunicativas com base na evolução desta opinião? Uma opinião pública mais dividida e contestatária resultou num escrutínio mais apertado do poder político? A relação entre poder político e esfera mediática no que toca à disponibilização de informação e ao escrutínio acompanhou a evolução da opinião pública? Estas são algumas das perguntas que surgem como óbvias para este trabalho, e às quais, através da análise de documentos da imprensa e das entrevistas com os jornalistas, se procurará dar alguma — a possível e naturalmente incompleta — resposta.

## Confiança dos portugueses nas instituições europeias

Percentagem de portugueses que tendem a confiar na Comissão e no Parlamento (1999 e 2018)

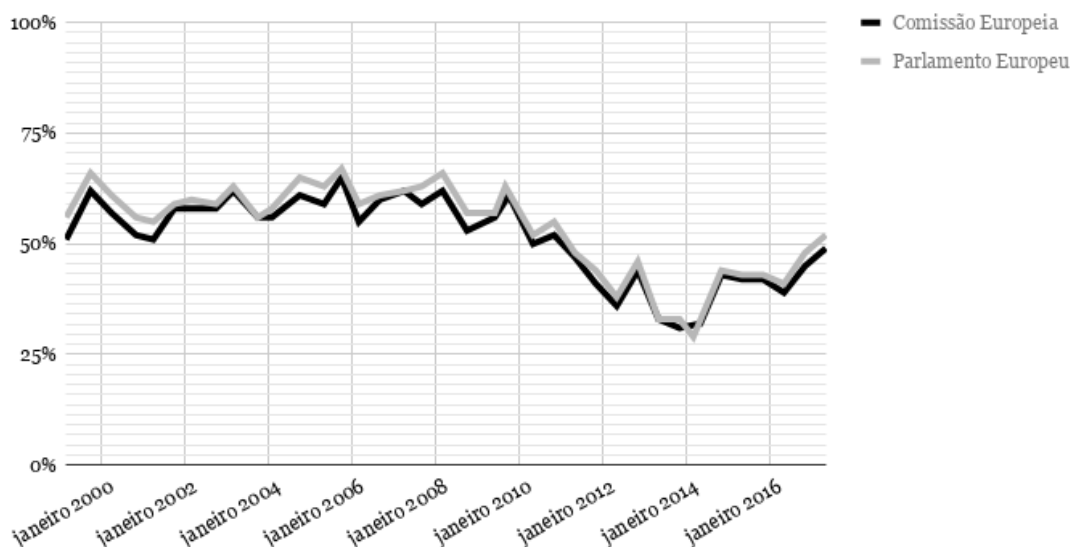


Figura 7. Evolução da confiança dos portugueses na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu entre 1999 e 2018. Gráfico pelo autor com dados recolhidos do Portal da Opinião Pública

### Síntese

Em síntese: a análise da evolução da cobertura mediática e da relação bidirecional entre jornalistas e poder político no âmbito dos assuntos europeus ao longo das últimas quatro décadas vai ser feita num modelo composto por três dimensões fundamentais em três momentos da história. As duas primeiras dimensões permitem-nos olhar para esta relação a partir do ponto de vista de cada um dos intervenientes e baseiam-se em modelos de análise já consolidados na academia, nomeadamente no de Hallin e Mancini. São elas a especialização, profissionalização e recursos dos *media* e, em segundo lugar, as práticas democráticas e de transparência da esfera política. Uma terceira dimensão, a opinião pública portuguesa face à UE, será observada também, numa tentativa de perceber se existe ou não uma relação entre a exigência e o nível de contestação da opinião pública e o trabalho dos jornalistas. De seguida, na segunda parte (dividida em três capítulos, um por cada momento histórico analisado), são apresentados os resultados das pesquisas nos arquivos (hemeroteca e arquivos digitais de meios de comunicação social) e das entrevistas realizadas com vários jornalistas que acompanharam os assuntos europeus desde a década de 70 até aos dias de hoje. É também feita a contextualização histórica de cada um dos momentos.

## SEGUNDA PARTE

### I. As negociações para a adesão de Portugal à CEE (1977-1985)

Neste primeiro capítulo, é analisada a cobertura jornalística do período das negociações para a adesão de Portugal à CEE. Num primeiro momento é feita a contextualização histórica do período, a que se segue uma descrição resumida do estado da imprensa portuguesa no período pós-25 de Abril. Depois, é feita ainda uma descrição cronológica da cobertura noticiosa das negociações antes de se passar para o estudo dos três fatores que concorrem para a qualidade do escrutínio do poder político. São apresentadas, no final, conclusões parciais, respeitantes a este período.

#### *Da EFTA à CEE, a “Europa Connosco”*

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi uma das principais bandeiras do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares e eleito em 1976, nas primeiras legislativas após 25 de abril de 1974. O programa do Governo era claro: “Com o encerramento do ciclo do império, com a subsequente redução dos interesses portugueses em África, com o fluxo migratório, com a multiplicação dos laços económicos com os países do nosso continente, com a nossa presença na EFTA, acentuou-se decisivamente a componente europeia no enquadramento da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e, o que mais é, irrecusável”<sup>48</sup>. O lema eleitoral, “A Europa Connosco”, também não deixava dúvidas: na opinião do primeiro-ministro Mário Soares, a opção europeia era uma prioridade para Portugal e era importante que fosse concretizada nos primeiros anos de democracia. Por isso, o esforço para cumprir esse objetivo foi rapidamente colocado em marcha.

Contudo, é importante sublinhar que as relações económicas de Portugal com outros países não começaram ali. Em 1960, ainda sob a ditadura de Salazar, o país integrou grupo fundador da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), juntamente com a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia, a Suíça e o Reino Unido. Surgida pouco

---

<sup>48</sup> Maria Inácia Rezola, «Elementos para uma política externa do Portugal democrático: O legado de Medeiros Ferreira», *Relações Internacionais (R: I)*, n. 49 (2016): 36.

depois do aparecimento das Comunidades Europeias (CECA, Euratom e CEE), a EFTA resultava da “não convergência das posições franco-britânicas”<sup>49</sup>, que levou a Europa a dividir-se em dois blocos: CEE para um lado, EFTA para o outro. O sucesso da EFTA, contudo, não seria duradouro. Logo em 1961, vários países daquele grupo começaram a pedir a adesão à CEE. “O Governo português, não desejando ver o país isolado num contexto em que a EFTA corria o risco de se ver esvaziada, equacionou em 1962 tal possibilidade”<sup>50</sup>, tendo nessa altura o Governo português enviado uma carta ao Presidente do Conselho a pedir a “a abertura de negociações para o efeito de se encontrar a fórmula de relações entre Portugal e a CEE, que melhor realizasse os interesses comuns”<sup>51</sup>. Essa “fórmula” foi alcançada dez anos depois, com a assinatura, a 22 de julho de 1972, de um acordo comercial entre Portugal e a CEE, a primeira relação formal do País com as comunidades europeias.

Depois da revolução, o objetivo do I Governo Constitucional era aprofundar a cooperação iniciada com aquele acordo, tornando Portugal num membro de pleno direito da CEE. O primeiro passo foi a assinatura, em 20 de setembro de 1976, de um protocolo adicional com a CEE, reafirmando algumas das alíneas já acordadas em 1972 e aproximando Portugal e os Nove (membros da CEE). Começava ali aquilo que a historiadora Maria Inácia Rezola descreve como uma “venturosa operação diplomática” de que o ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, Medeiros Ferreira, foi “elemento central”<sup>52</sup>. Ao mesmo tempo, Portugal pediu a adesão ao Conselho da Europa e assinou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e os Pactos dos Direitos Cívicos e Económicos da ONU, “duas iniciativas que se revestem de grande importância e simbolismo” por significarem uma aproximação adicional de Portugal à Europa, nas palavras de Rezola<sup>53</sup>.

O passo decisivo neste processo, de enorme relevância para a consolidação democrática de um País acabado de sair de uma ditadura, foi dado em 28 de março de 1977, quando o governo de Soares apresentou o pedido formal de adesão à CEE. Logo no mês seguinte, o Conselho de Ministros da CEE aprovou o pedido, “deixando patente

---

<sup>49</sup> «União Europeia - Países - Relações Bilaterais - Portal Diplomático», acedido em 5 de Janeiro de 2019, <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/uniao-europeia>.

<sup>50</sup> «União Europeia - Países - Relações Bilaterais - Portal Diplomático».

<sup>51</sup> «União Europeia - Países - Relações Bilaterais - Portal Diplomático».

<sup>52</sup> Rezola, «Elementos para uma política externa do Portugal democrático: O legado de Medeiros Ferreira», 37.

<sup>53</sup> Rezola, 37.

como a consolidação da democracia portuguesa era fundamental para a estabilização da Europa do Sul”<sup>54</sup>. Seguiram-se mais de oito anos de intensas negociações com vista à integração de Portugal na comunidade, durante os quais cada dimensão da vida económica nacional foi negociada ao detalhe com os restantes membros da CEE. Da agricultura às pescas, passando pela mobilidade interna e pelas questões fiscais, era necessário assegurar a transposição da legislação comunitária para a legislação portuguesa. Da parte portuguesa, o objetivo era garantir os prazos e as condições mais favoráveis à economia nacional.

Para levar a cabo essas conversações, foi montada uma estrutura negocial no Governo português. Segundo a historiadora Alice Cunha, “no topo da hierarquia negocial estavam os ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e do Plano, que delegavam na Comissão para a Integração Europeia (CIE) a preparação das negociações”<sup>55</sup>. O Secretariado para a Integração Europeia (SIE) era a estrutura de base dessa comissão, prestando apoio técnico, e a discussão negocial chegava aos vários ministros através dos Gabinetes de Integração Europeia criados na estrutura de cada ministério.

Ambos os organismos, CIE e SIE, eram “relativamente autónomos e independentes do poder político, o que permitiu que os seus elementos não mudassem muito no decurso das negociações”<sup>56</sup>, sublinhava ainda a historiadora. Esta independência ganhava redobrada importância se tivermos em conta que durante o processo negocial o País teve dez governos constitucionais, já que permitiu que a parte técnica fosse “mais estável, embora não isenta de vicissitudes”, ao passo que a “condução política das negociações, com implicações para a estrutura que suportava, conheceu várias nuances”<sup>57</sup>. A começar, por exemplo, pelo facto de a CIE ter mudado de tutela em quase todas as mudanças de Governo.

Esta estrutura negocial foi responsável por representar os interesses portugueses em dezenas de reuniões, em Bruxelas e em Lisboa, dedicadas à negociação dos capítulos concretos da integração portuguesa na CEE. Por terem decorrido durante um longo período, as negociações foram marcadas por “picos” de tensão – momentos em que o

---

<sup>54</sup> Rezola, 37.

<sup>55</sup> Alice da Conceição Monteiro Pita Cunha, «O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia: a experiência portuguesa», 2013, 91.

<sup>56</sup> Cunha, 93.

<sup>57</sup> Cunha, 93.

tema marcou a agenda política e mediática do país. Destacam-se a apresentação do programa do Governo, em 1976, altura em que o assunto “Europa” chegou pela primeira vez ao conhecimento do grande público; a assinatura do protocolo adicional e a entrega do pedido formal de adesão; o bloqueio imposto pelo presidente francês, Valéry Giscard d’Estaing, que exigiu uma pausa nas negociações para permitir que a CEE reformasse a política agrícola comum e garantir benefícios para os agricultores franceses; ou a assinatura do *constat d’accord*, o documento que garantiu a irreversibilidade do processo de adesão de Portugal.

As negociações viriam a concluir-se em 1985, depois de fechados os últimos dossiês. A 12 de junho desse ano, o primeiro-ministro, Mário Soares, o vice-primeiro-ministro, Rui Machete, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e o ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes, assinaram o Tratado de Adesão, no Mosteiro dos Jerónimos. A 1 de janeiro de 1986, o Tratado entrou em vigor e Portugal passou oficialmente a fazer parte da CEE.

#### *A imprensa portuguesa no pós-25 de Abril*

Descritos os contornos históricos do período em estudo, importa, antes de avançar para uma análise cuidada da cobertura jornalística das negociações, conhecer o contexto e a realidade dos *media* portugueses durante o mesmo período. E, se para o Governo a adesão à CEE era condição fundamental para consolidar a democracia num país acabado de se libertar de uma ditadura, é igualmente verdade que a imprensa portuguesa também se tinha acabado de libertar da ditadura e começava a trilhar um novo caminho, vendo-se obrigada a aprender não só como tratar o assunto Europa, que era novidade tanto para a esfera política como para a esfera mediática, como também a retomar o seu papel de escrutínio do poder político (que durante quatro décadas não pôde cumprir) num processo de crucial importância para o país como a integração nas comunidades europeias.

Sujeitos à censura – ou ao exame prévio, como se passou a chamar na “primavera marcelista” –, os jornais portugueses viviam os primeiros anos de liberdade de imprensa. Por isso, aqueles primeiros anos serviram para aprender (ou reaprender) a fazer jornais em liberdade. Contudo, não significa isto que o Estado Novo tenha sido um mau período para a imprensa nacional: antes pelo contrário. Paquete de Oliveira recordava que, precisamente durante os anos 60, “beneficiando dos efeitos conjugados de um efetivo

crescimento económico, a imprensa portuguesa, sob o ponto de vista técnico-industrial, vai registar o seu período dourado, verificando uma melhoria tecnológica na produção de um aumento substancial nas suas vendas, em publicidade e em tiragens”<sup>58</sup>. No final da década de 1960, publicavam-se 10 jornais diários em Lisboa e sete no Porto, com os principais diários nacionais a vender globalmente cerca de 600 mil cópias diárias<sup>59</sup>, valores que representam recordes absolutos – ainda para mais se comparados com os poucos milhares vendidos hoje em dia por cada um dos títulos em papel.

Com a revolução de 1974, começou o processo de normalização democrática dos meios de comunicação social à luz da recém-conquistada liberdade de imprensa. Paquete de Oliveira caracteriza esse período como um caminho em seis fases: (1) a fase da libertação, com o fim da censura e o “prevalecimento de uma total liberdade de expressão”, que culminaria com a publicação da lei da imprensa em 1975; (2) a fase da estatização, com a “nacionalização da banca e de algumas empresas preponderantes na indústria portuguesa”; (3) a fase legislativa, com a criação de órgãos estatais responsáveis pela regulação dos *media*; (4) a fase da crise económico-financeira; (5) a fase da pulverização das rádios livres, já na década de 1980; e (6) a fase da desestatização e reprivatização dos *media*, que atingiria o auge com a abertura às televisões privadas, em 1992<sup>60</sup>.

A imprensa portuguesa percorria ainda este caminho rumo à sua estabilização quando se viu a braços com o desafio de cobrir a adesão à CEE. Paquete de Oliveira, pioneiro estudioso dos *media* em Portugal, descrevia que “nos últimos anos que antecederam a adesão de Portugal à CE a imprensa portuguesa era caracterizada como uma imprensa sem estruturação e dimensionamento empresariais adequados, com quebras alarmantes nas vendas, tiragens e publicidade”<sup>61</sup>. Nessa altura, de entre os jornais mais importantes do País destacavam-se os semanários *Expresso* e *O Jornal* e os diários *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *O Comércio do Porto*.

É neste contexto jornalístico – com os jornais em processo de reorganização após a ditadura, na ânsia de usar a liberdade de imprensa de que finalmente dispunham – que a integração europeia surge na esfera pública portuguesa. Pela novidade que a Europa

---

<sup>58</sup> José Manuel Paquete de Oliveira, «A integração europeia e os meios de comunicação social», *Análise Social* 27, n. 118/119 (1992): 1000.

<sup>59</sup> de Oliveira, 1000.

<sup>60</sup> de Oliveira, 1001.

<sup>61</sup> de Oliveira, 1001.



representava para todos, o processo negocial obrigou a um enorme esforço dos jornais, que tiveram de aprender tudo sobre as instituições europeias, o modo de funcionamento das comunidades e os parceiros comunitários, para empreenderem a sua missão não só de contar aos leitores o progresso da negociação, mas também de lhes explicar o que estava em causa. Esta cobertura mediática constituiu um dos primeiros grandes desafios da imprensa livre portuguesa, que começava a assumir a sua função de escrutinadora do poder político após anos sob o controlo desse mesmo poder. É essa cobertura que se analisa de seguida.

### *A cobertura das negociações para a adesão de Portugal à CEE*

Tal como o próprio processo negocial, a cobertura jornalística das negociações para a adesão foi marcada por um conjunto de “picos” noticiosos. Isto significa que durante aqueles mais de oito anos, como é natural, não se falou das negociações todos os dias. Nem todas as semanas. Na verdade, uma pesquisa pelos principais jornais da época mostra que durante largos períodos de tempo – entre esses picos –, o assunto nem era referido na imprensa. Mas, quando a adesão era notícia, era notório o posicionamento pró-integração da maioria dos jornais portugueses. “Portugal entrou na Europa”, lia-se no título de um artigo publicado na primeira página do Diário de Notícias de 28 de abril de 1976, três dias depois da vitória de Mário Soares nas legislativas. “Assinar acordos, preparar adesão”, dizia o Diário de Lisboa a 20 de setembro do mesmo ano, dia em que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, seguia viagem para Bruxelas para assinar o acordo comercial com a CEE, complementar aos acordos de 1972.

Outras manchetes, como “Portugal na Europa, vocação de 800 anos” (Diário de Notícias, 20 de setembro de 1976), “Somos um país europeu mas aberto ao Mundo” (Diário de Notícias, 21 de setembro de 1976) ou “Adesão de Portugal ao Mercado Comum: Da audácia diplomática portuguesa à estratégia defensiva e protocolar dos «Nove»” (Expresso, 24 de setembro de 1976) mostravam também a evidente militância da imprensa nacional pela adesão à CEE, logo desde o primeiro momento, mesmo antes da entrega do pedido formal de adesão, que aconteceria em 1977. De um modo geral, podemos descrever cronologicamente os picos da cobertura noticiosa da adesão de Portugal à CEE da seguinte forma:

- Inicialmente (no período das eleições legislativas de **1976** e da apresentação do programa do I Governo), o assunto CEE aparece essencialmente diluído no meio das outras propostas do programa. Pode dizer-se que não foi considerada uma notícia prioritária, apesar das referências ao tema nas páginas dos jornais quando noticiavam as medidas do programa de governo.
- **Em setembro de 1976** é dado um relativo destaque (mas sempre como um tema essencialmente económico) à assinatura do acordo adicional com a CEE. É feito um esforço para explicar aos leitores o que está em causa em todo o processo, havendo enviados especiais a Bruxelas, gráficos, infografias e muita informação. É também nestas semanas que o assunto chega às primeiras páginas dos jornais.
- **Em março de 1977**, altura da entrega do pedido formal de adesão, os jornais tornam a pegar no tema. Há novamente um esforço para explicar o que está em causa e informação em abundância, mas nesta fase ainda muito dependente das fontes oficiais e da transcrição de discursos políticos, registando-se pouca produção noticiosa própria.
- **Em junho de 1978**, com a aprovação do pedido de adesão e com o início das negociações formais a ser apontado para outubro, volta a abundar nos jornais informação sobre a CEE. É dado destaque ao impacto positivo da integração para Portugal e são publicadas sobretudo as reações positivas à aprovação: transcrevem-se discursos e multiplicam-se os editoriais e opiniões pró-adesão.
- **Em outubro de 1978**, a cerimónia de abertura oficial das negociações atrai as atenções da imprensa, com notícias na primeira página a dar conta dos temas que vão estar em cima da mesa. É neste momento que muda o paradigma da cobertura: deixa de ser uma mera apologia da integração na CEE, e passa a refletir o que estava em causa nas negociações. É a partir deste momento que começam a surgir na imprensa os primeiros artigos que, de alguma forma, colocam em causa a integração de Portugal nas comunidades, mas sempre do ponto de vista de setores específicos.
- **Entre outubro de 1978 e junho de 1980**, a cobertura faz-se sobretudo de pequenas notícias, que davam conta da ocorrência de reuniões negociais relativas a setores específicos. A maioria destas notícias é feita com base nos comunicados oficiais emitidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ou pela Comissão de

Integração Europeia. Pelo meio, em junho de 1979, a realização das primeiras eleições para o Parlamento Europeu é pretexto para que se volte a falar das negociações de adesão à CEE, mas de forma tímida.

- **Em junho de 1980**, quando o presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, defende, perante agricultores franceses, que as negociações de adesão com Portugal e Espanha sejam pausadas para que se possa levar a cabo uma reforma da política agrícola comum que beneficie França, dá-se o maior momento mediático durante o período negocial. Durante perto de duas semanas, o assunto surge nas primeiras páginas da imprensa portuguesa quase todos os dias, com destaque para as reações negativas às declarações de d'Estaing, mas também para as explicações sobre o que motiva a posição francesa. O Expresso chega a publicar um suplemento especial, intitulado ExpressEuropa, de oito páginas, só dedicado à integração portuguesa na CEE, motivado pelas palavras de d'Estaing. E por toda a imprensa repetem-se os editoriais críticos ao presidente francês. O assunto desbloqueia-se quando fica evidente que a CEE decide continuar as negociações, não dando seguimento ao pedido de d'Estaing.
- **Entre a crise negocial de 1980 e outubro de 1984**, a cobertura retoma o registo anterior, pautando-se por breves notícias sobre os avanços e recuos nas negociações em cada setor. A adesão da Grécia, em janeiro de 1981, faz aumentar o número de notícias sobre o assunto.
- **Ao longo de todo o período negocial**, era também frequente (embora não muito destacadas) a publicação de pequenas notícias sobre as negociações que conduziriam ao Ato Único Europeu. Portugal assumiu a posição de observador nessas negociações, por ainda não estar na CEE, embora viesse depois a ratificá-lo, uma vez que só foi concluído em 1986. As referências ao futuro sistema monetário em discussão eram frequentes, mas distantes. Para Portugal, a prioridade era ainda a adesão.
- **Em outubro de 1984**, alguma impaciência por parte do Governo português faz com que o assunto Europa ganhe relevância mediática novamente. Tornam-se frequentes as posições públicas quer de Mário Soares quer de Ernâni Lopes (ministro dos Negócios Estrangeiros) sobre a necessidade de cumprir o calendário e garantir a adesão, e multiplicam-se as jogadas políticas. Soares recebe embaixadores dos Dez em São Bento para pressionar o avanço das negociações,

e Lopes ameaça não se deslocar a Bruxelas se não houver progressos em áreas significativas que ainda estavam por desbloquear. Finalmente, a 23 de outubro, o Governo português consegue fazer assinar com a CEE um *constat d'accord*, um documento que garantia a irreversibilidade da adesão portuguesa. Neste período mais atribulado, os jornais deixaram de recorrer apenas à informação oficial do Governo e da ANOP, enviando repórteres a Bruxelas e Estrasburgo para cobrir de perto estas movimentações.

- **Em março de 1985**, o encerramento formal das negociações traz novamente o assunto às manchetes, com a imprensa a publicar títulos exultantes sobre a conclusão do processo. Mais tarde, em junho de 1985, a cerimónia da assinatura do Tratado de Adesão nos Jerónimos é tratada pelos jornais com pompa e circunstância, merecendo manchetes durante vários dias.

Estes dez momentos foram aqueles em que maior atenção mediática foi dada ao processo de preparação, negociação e adesão de Portugal à CEE – a primeira vez que a imprensa portuguesa teve de cobrir assuntos de política europeia em larga escala. Ao longo das próximas páginas procurar-se-á descrever esta relação entre os *media* e a esfera política durante o período das negociações à luz dos três fatores já referidos (preparação dos jornalistas para a cobertura; abertura da esfera política à transmissão de informação; opinião pública), de maneira a analisar não só de que forma a imprensa cobriu o acontecimento, mas também como levou a cabo a sua missão de escrutínio do poder político. Este retrato será feito com base em testemunhos diretos e em exemplos da imprensa da época.

São tomados como exemplo para este período o *Diário de Notícias* e o *Expresso*, respetivamente o diário e o semanário mais relevantes no País naquela época. Em análise está o período entre as eleições legislativas de abril de 1976 e a entrada oficial de Portugal na CEE, em janeiro de 1986.

Para descrever este período, foram recolhidos os testemunhos de quatro jornalistas envolvidos diretamente na cobertura das negociações. Francisco Sarsfield Cabral, jornalista do *Diário Popular* e da RTP durante o período das negociações e adjunto do ministro dos Negócios Estrangeiros a partir de 1985; Jorge Wemans, jornalista do *Diário de Notícias* e depois coordenador da secção de economia do *Expresso* e diretor-adjunto do mesmo jornal; José Amaral, o primeiro correspondente português em Bruxelas, que

abriu a delegação da ANOP em 1980; e José Silva Pinto, diretor de *O Jornal* durante o período das negociações.

### **1. Especialização, profissionalização e recursos dos *media***

“Eu vi tipos que cobriam um seminário económico e a seguir faziam a Volta a Portugal.”<sup>62</sup> A frase do jornalista Francisco Sarsfield Cabral é sintomática daquilo que era o paradigma da organização das redações nos anos antes e imediatamente após o 25 de Abril: os jornalistas eram, por definição, generalistas: escreviam sobre tudo, mas não se especializavam em nada. Sarsfield Cabral, considerado por muitos o primeiro jornalista económico do país, ainda se lembra de cobrir a assinatura do primeiro acordo entre Portugal e a CEE, em 1972. Nessa altura, a impreparação dos jornalistas portugueses era flagrante. “Não havia ninguém que soubesse ‘pêva’ do assunto na imprensa”<sup>63</sup>, recorda, com humor, o jornalista. O que não queria dizer, na opinião de Sarsfield Cabral, que não houvesse bons jornalistas; a falta de especialização é que os impedia de escrever com maior profundidade sobre qualquer assunto, considera.

Uma das mudanças que se começaram lentamente a operar nas redações portuguesas após a revolução foi precisamente a da crescente especialização, que nos primeiros anos ainda não era muito significativa. Pode dizer-se que nesses primeiros anos se verificou uma primeira vaga de especialização, precursora das diferentes editorias em que mais tarde os jornais se passaram a dividir. Passou a haver jornalistas a cobrir sobretudo o desporto, outros as questões políticas, outros ainda a cultura, e alguns – poucos – a dar atenção aos temas da economia.

Pode ainda dizer-se que a adesão à CEE foi um dos fatores que impulsionaram de maneira decisiva a especialização dos primeiros jornalistas de economia. Como lembra José Amaral, “a adesão à CEE era muito vista como um tema económico” e, naquela altura, não havia nos jornais gente com conhecimentos especializados em economia. “Quem cobria os assuntos económicos eram as áreas políticas”<sup>64</sup>, lembra ainda o jornalista. Na altura, José Amaral frequentava um curso de economia, o que o levou a ganhar um lugar próprio enquanto jornalista económico no *Diário de Notícias*. Mas era o

---

<sup>62</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral, realizada pelo autor a 17 de novembro de 2017.

<sup>63</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>64</sup> Entrevista a José Amaral, realizada pelo autor a 4 de dezembro de 2017.

único. “Os jornalistas políticos tiveram, de repente, de tratar de um tema que passou a ser um dos temas centrais da vida pública, quer na esfera económica, que na esfera internacional, que eles não dominavam”, acrescenta Amaral.

Graças à sua formação em economia, José Amaral assumiu, com pouco mais de 20 anos de idade, a coordenação da página económica do *Diário de Notícias*, uma secção que anteriormente havia sido coordenada por Diogo Freitas do Amaral. A adesão à CEE, recorda o jornalista, foi uma “grande oportunidade” para “a geração que se especializou nessa parte económica”, uma vez que “passou a ser exigido saber mais” sobre o assunto<sup>65</sup>. Com alguma naturalidade, e como forma de responder à necessidade de perceber o que estava em causa naquele processo que começava a ganhar dimensão na esfera nacional, começou a emergir na imprensa portuguesa um pequeno grupo de jornalistas que gradualmente se foram especializando em economia. “Os jornais sentiram a necessidade de ter quem tratasse dos temas económicos e começaram a abrir secções de economia”, relata o jornalista<sup>66</sup>.

Ao mesmo tempo que José Amaral assumia a página de economia do *Diário de Notícias* e Francisco Sarsfield Cabral se afirmava como o principal especialista e comentador de assuntos económicos na imprensa nacional, este pequeno grupo de repórteres começava a ganhar forma, a par e passo com o arranque das negociações de adesão à CEE. Jorge Wemans lembra que o grupo seria composto por “meia dúzia de jornalistas em Portugal – talvez um bocadinho mais, dez ou quinze, mas não mais do que isso – que seguiam com alguma atenção as negociações, que tinham fontes próximas das equipas negociadoras, que percebiam o que é que estava em causa e tinham alguma informação sobre o processo”<sup>67</sup>.

No que diz respeito aos restantes jornalistas, o panorama era de um assinalável desconhecimento e falta de preparação, quer sobre as questões económicas em geral, quer sobre o assunto particular da adesão à CEE, concordam os jornalistas. A cobertura ficou restrita àquele pequeno conjunto de jornalistas, considerados especialistas. “Criou-se a ideia do especialista europeu, que era uma pessoa que sabia como é que aquilo funcionava, a Comissão, o Conselho, o Parlamento, aqueles órgãos todos, quem era quem nos partidos, como era a relação de forças”, lembra José Amaral, destacando como a

---

<sup>65</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>66</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>67</sup> Entrevista a Jorge Wemans, realizada pelo autor a 28 de novembro de 2017.

cobertura das negociações acabou por ficar “muito centrada depois em duas ou três pessoas”<sup>68</sup>.

Francisco Sarsfield Cabral fala mesmo numa certa “iliteracia” face aos assuntos europeus. “A iliteracia era grande, como é natural: nós nunca tínhamos lá estado”, comenta. “As pessoas às vezes não percebiam bem, aquilo era complicado. O que é o método comunitário? O que é a Comissão Europeia? Não é um Governo...”, exemplifica o jornalista, sublinhando que isso não afetava, contudo, o interesse dos jornais em divulgar informação: “Havia interesse. O que havia também era muita ignorância”<sup>69</sup>.

Todos estes fatores contribuíram para que a cobertura das negociações começasse por estar muito dependente desses poucos jornalistas, das fontes oficiais e dos comunicados do Governo. E mesmo esses poucos jornalistas não tinham total autonomia e capacidade de produção de conteúdos próprios que lhes permitisse fugir àquilo que era a informação oficial transmitida pelo Governo. José Amaral lembra que, quando a Comissão para a Integração Europeia começou a produzir documentos, “os jornais começaram a seguir as negociações recorrendo-se de pessoas um pouco mais especializadas, mas com muito pouca autonomia”, o que resultou numa “cobertura distante, com alguns focos de especialização e muito dependente das fontes públicas, das fontes oficiais”<sup>70</sup>.

Uma pesquisa pelas edições do *Diário de Notícias* e do *Expresso* daquele período mostra precisamente isso: várias notícias publicadas em alguns momentos altos deste período foram feitas exclusivamente com base em comunicados do Governo ou nas declarações oficiais, e raramente eram referidas fontes próprias. Essas notícias eram muitas vezes complementadas por artigos dos enviados especiais a Bruxelas, que serviam mais para marcar a presença do jornal do que propriamente para obter informação adicional. Exemplo é o artigo assinado pelo enviado especial do *Diário de Notícias* a Estrasburgo, Beltrão Coelho, publicado a 21 de setembro de 1976, por ocasião da assinatura da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, um dos primeiros passos antes da entrega do pedido formal de adesão. Na página é destacado o facto de o jornal ter um enviado especial em Estrasburgo, apesar de a notícia ser baseada nos “vários

---

<sup>68</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>69</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>70</sup> Entrevista a José Amaral.

contactos estabelecidos com os jornalistas ao longo do dia e nos próprios debates da Assembleia”<sup>71</sup>.

A regra, contudo, conheceu exceções. Em março de 1977, a propósito da entrega do pedido formal de adesão, o jornal procurou um conteúdo mais diferenciado e enviou a Bruxelas Antunes Ferreira. O repórter remeteu um texto em que evidenciava dois fatores fundamentais: a posse de informação obtida na capital belga (“Entretanto, soube-se aqui em Bruxelas, que o pedido formal de adesão de Portugal será apresentado, muito provavelmente, no dia 5 de Abril, no Luxemburgo”, escreveu Ferreira<sup>72</sup>) e as declarações exclusivas do embaixador Siqueira Freire ao *Diário de Notícias*.

O jornal voltaria a apostar no envio de repórteres no final das negociações. Durante o período negocial, as notícias foram sobretudo construídas com base nos comunicados oficiais. Até durante a crise negocial provocada pelas polémicas declarações do presidente francês, Valéry Giscard d’Estaing, a cobertura foi feita através das fontes governamentais. A 8 de junho de 1980, o *Diário de Notícias* transcreveu na íntegra um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se lia que o Governo português se preparava para analisar o problema, e construiu uma notícia com base no mesmo comunicado<sup>73</sup>. Na sequência da mesma polémica, a 13 de junho de 1980, o *Expresso* publicou uma breve notícia com base num comunicado do Conselho de Ministros, em que era assinalada a continuação das negociações após as declarações de d’Estaing. Nessa mesma semana, o *Expresso* publicou um suplemento especial dedicado ao processo negocial, motivado pela polémica com o presidente francês. Mas até aqui se vê a dificuldade em obter informação própria e em escrutinar o processo: o destacável era composto exclusivamente por artigos de análise, opinião e enquadramento histórico feitos a partir de Lisboa.

Com estes exemplos pretende-se apenas mostrar que, embora houvesse efetivamente um esforço em produzir conteúdos sobre a integração europeia e em explicar a informação aos leitores, o trabalho jornalístico de divulgar notícias continuava exclusivamente – ou pelo menos quase exclusivamente – dependente das fontes oficiais.

---

<sup>71</sup> Beltrão Coelho, «Assinatura da Convenção dos Direitos do Homem», *Diário de Notícias*, 21 de Setembro de 1976.

<sup>72</sup> Antunes Ferreira, «Formalizado o pedido de adesão à Comunidade», *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1977.

<sup>73</sup> «Após declarações de Giscard d’Estaing. Primeiro-ministro em França analisará adesão à CEE», *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1980.



Todavia, houve um momento de viragem durante a cobertura das negociações que mudou o paradigma: a abertura da delegação da ANOP em Bruxelas, em 1980. O seu primeiro responsável foi precisamente o jovem José Amaral, que largou o *Diário de Notícias* para se tornar oficialmente no primeiro correspondente português acreditado em Bruxelas.

Naquele ano, a ANOP tinha acabado de abrir delegações nos PALOP, e a delegação em Bruxelas era a primeira da agência de notícias de Portugal na Europa. A abertura da delegação era vista, lembra José Amaral, “como um ato de política externa”, uma vez que se tratava de uma agência pública e que o Governo português tinha interesse na transmissão de notícias sobre a realidade europeia em Portugal. “A abertura dessa delegação foi um momento novo na forma como se ia passar a cobrir o tema europeu em Portugal”<sup>74</sup>, sublinha o ex-jornalista, recordando que o primeiro convidado para abrir a delegação foi Francisco Sarsfield Cabral. “Eles queriam um jornalista económico, portanto foram à procura aí. Foi o Sarsfield que não quis ir”<sup>75</sup>, recorda José Amaral.

Trabalhar em Bruxelas era uma realidade nova para os jornalistas portugueses, tão nova como a própria ideia de Portugal entrar na CEE. José Amaral descreve esses tempos iniciais com incontido entusiasmo. “Aquilo era fascinante para nós. Tinha um *briefing* diário... O *briefing* em Bruxelas ainda hoje existe, é uma coisa que é muito concorrida, e na altura muito mais importante do que é hoje, porque o que saía dali tinha imensa repercussão”, recorda o antigo jornalista, detalhando como se processavam as relações entre fontes e jornalistas: “Normalmente as pessoas almoçavam, e ainda almoçam, ali perto, naqueles restaurantes à volta. Ou jornalistas com políticos, ou jornalistas entre si, mas há ali uma concentração enorme, e uma circulação muito grande de informação, portanto você facilmente fazia ali uma rede de contactos”<sup>76</sup>. A facilidade com que José Amaral estabeleceu contactos e garantiu fontes de informação – uma realidade oposta à que se vivia então em Portugal – aumentou exponencialmente a quantidade de informação que chegava a Portugal sobre o processo negocial. As notícias que escrevia na agência eram publicadas com grande frequência nos jornais nacionais, e não eram raras as vezes em que os textos de José Amaral eram reproduzidos sem qualquer alteração na maioria dos jornais portugueses.

---

<sup>74</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>75</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>76</sup> Entrevista a José Amaral.

Após dois anos a coordenar a delegação da ANOP em Bruxelas, José Amaral deixou o lugar e juntou-se ao *Expresso*, mantendo-se a viver na capital belga e continuando a alargar a sua rede de contactos. Jorge Wemans, que nessa altura era já coordenador da secção de economia do *Expresso*, lembra como o jornalista foi “chave” na cobertura das negociações, uma vez que “rapidamente começou a ter excelentes contactos na Comissão”. Mas as fontes do repórter em Bruxelas não eram apenas nas instituições europeias. A sua presença no coração da CEE permitiu-lhe também chegar à fala próxima com muitos dos elementos da delegação portuguesa, que a partir de Portugal eram difíceis de contactar. “Às vezes, ele sabia mais depressa do que nós que estava lá em Bruxelas este ou aquele português, que nós nem sabíamos que tinha ido”<sup>77</sup>, comenta o antigo responsável do semanário *Expresso*.

Em 1982, o panorama mediático português no que toca às questões europeias já tinha sofrido mudanças significativas – a delegação da ANOP em Bruxelas já tinha uma nova equipa, já existiam mais alguns jornalistas a entender a problemática da integração europeia e os jornais nacionais já iam dando mais destaque ao assunto. Mas a falta generalizada de preparação dos *media* portugueses mantinha-se relativamente inalterada, uma vez que a grande maioria dos jornalistas continuava sem conhecimentos e sem fontes para cobrir de forma adequada o processo negocial. Jorge Wemans comenta que este era um desconhecimento profundo, logo a começar pelo funcionamento das instituições europeias. “Acho que 80% dos jornalistas, ou mais, pensavam que a CEE era conduzida pelos chefes de Estado e pelos primeiros-ministros. Não sei se tinham consciência do papel da Comissão, dos mecanismos”<sup>78</sup>, sublinha o antigo coordenador da secção de economia do *Expresso*. Francisco Sarsfield Cabral corrobora: “Não sabíamos como é que aquilo funcionava, aquilo tinha, para nós, um funcionamento esquisitíssimo, coisas muito complicadas”<sup>79</sup>.

Ao desconhecimento juntava-se também uma certa escassez de recursos. As viagens dos representantes portugueses a Bruxelas para as reuniões, que eram dos momentos mais relevantes no processo, eram tratadas no aeroporto, à chegada a Lisboa

---

<sup>77</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>78</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>79</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

no final dos encontros. Tanto que José Amaral sugere que uma pesquisa por jornais da época revelaria “imensas fotografias com o painel de madeira da sala VIP do aeroporto”<sup>80</sup>.

Na maioria das vezes, os jornalistas eram enviados para registrar o que diziam os representantes nacionais, mais do que para fazer perguntas, segundo conta José Amaral. “Quando o Ernâni Lopes ou outro ministro regressava de Bruxelas, de uma sessão de negociação, os jornalistas iam ali esperá-lo, não tinham ido com ele. E ele dizia o que queria. Se correu bem, se correu mal. E se havia um tipo qualquer no meio da conferência de imprensa, em pé, que dizia ‘então, mas ó senhor ministro, ouvi dizer que há aqui um tema muito sensível’, já ninguém queria saber”<sup>81</sup>, lembra o antigo correspondente, evidenciando de certa forma a ineficácia da comunicação social no que dizia respeito ao escrutínio daquele processo político.

Esta ineficácia era ainda mais evidente quando em causa estavam visitas de representantes das comunidades europeias a Portugal. Muito porque, como recorda José Amaral, o domínio da língua inglesa não era frequente nas redações portuguesas. “Pelo simples facto de saber economia e saber inglês, você já era uma estrela. Mandavam-no para conferências de imprensa a que habitualmente não iria, porque você sabia falar inglês”, exemplifica o ex-jornalista. Por este motivo, sempre que um alto funcionário estrangeiro envolvido nas negociações aterrava no aeroporto de Lisboa, os jornais enviavam quem estava disponível. “Havia dois ou três tipos que faziam umas perguntas, e havia um enorme conjunto de jornalistas que iam lá pôr o microfone, para registrar”, recorda José Amaral<sup>82</sup>.

Importa, por fim, sublinhar um outro aspeto, um contributo decisivo para que durante o período das negociações tenha havido uma (ainda que pequena) aprendizagem dos temas europeus por parte dos jornalistas portugueses: consciente da falta de preparação dos jornalistas para cobrir um tema que se apresentava como uma novidade absoluta – quer pela novidade em si que a Europa representava, quer pelo novo caminho que os jornais estavam ainda a começar a percorrer num contexto de liberdade de imprensa –, a Comissão Europeia organizou um conjunto de viagens a Bruxelas para as quais convidou vários jornalistas portugueses. Jorge Wemans, que participou em várias dessas viagens, lembra que “a Comissão promoveu a ida de jornalistas portugueses para

---

<sup>80</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>81</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>82</sup> Entrevista a José Amaral.

conhecerem as estruturas da Comissão, as diversas divisões, porque apesar de tudo, como é costume no norte da Europa, tinha alguns hábitos de transparência”<sup>83</sup>.

Essas viagens, lembra o jornalista, eram sobretudo ocupadas com reuniões com os principais responsáveis políticos com influência direta no processo português, onde se discutiam, durante longas horas, os detalhes das negociações e os procedimentos comunitários. José Silva Pinto, na altura diretor do semanário *O Jornal*, também participou em várias dessas viagens, tanto a Bruxelas como a Estrasburgo, e recorda que além dos *briefings* com os responsáveis políticos “havia também oportunidade para conversas privadas e entrevistas”<sup>84</sup>. Jorge Wemans acrescenta mais detalhes sobre estas visitas: “Havia também ocasião para almoçar ou jantar com um ou outro comissário, e podia-se falar um pouco sobre como é que iam as negociações. Porque o interesse dos jornalistas era fundamentalmente este: saber quais eram os pontos que estavam bloqueados, o que é que já tinha sido acordado, o que é que já estava mais ou menos fechado, quais eram os pontos em que as posições ainda estavam muito longe uma da outra”<sup>85</sup>.

Com base nos testemunhos destes jornalistas que viveram na primeira pessoa a cobertura das negociações e também com base na análise das edições do *Diário de Notícias* e do *Expresso* correspondentes àquele período, pode concluir-se que os jornalistas portugueses no final da década de 1970 não estavam preparados para a empreitada que foi cobrir a adesão de Portugal à CEE. Vários fatores concorreram para esta realidade: a falta de conhecimento generalizada sobre a Europa e as instituições europeias na sociedade portuguesa; a novidade que o assunto representava tanto para a esfera política como para a esfera mediática, obrigando a uma aprendizagem a partir do zero; a falta de recursos dos jornais, e também a conquista ainda muito recente da liberdade de imprensa, que fez com que os meios de comunicação, a meio de um processo de consolidação na democracia, estivessem ainda a perceber qual o seu papel enquanto escrutinadores do poder político após quatro décadas sem o poder fazer. Contudo, conclui-se também que durante o período negocial houve progressos assinaláveis (ainda que, à escala da realidade de hoje, possam ser considerados residuais) no que diz respeito à especialização dos jornalistas na área económica e, inclusivamente, na área da política

---

<sup>83</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>84</sup> Entrevista a José Silva Pinto, realizada pelo autor a 12 de janeiro de 2018.

<sup>85</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

européia, com a abertura de uma delegação da ANOP em Bruxelas – precursora de todos os correspondentes portugueses que se deslocariam para a capital belga após a adesão – e com as viagens dos jornalistas portugueses às instituições europeias. É ainda de sublinhar o surgimento, neste período, de um pequeno conjunto de jornalistas, que, pela sua juventude e formação superior, aproveitou a oportunidade – criada pela falta de preparação da imprensa face ao desafio de cobrir as negociações – para se especializarem em assuntos europeus, assumindo funções de destaque nos jornais e formando aquela a que podemos chamar a primeira elite de especialistas em política europeia na imprensa nacional.

## **2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política**

Se concluimos facilmente que, da parte da imprensa, não havia preparação suficiente para fazer uma cobertura aprofundada das negociações, que permitisse um escrutínio eficaz do poder político, se nos voltarmos para a esfera política podemos perceber com igual facilidade que a abertura dos agentes políticos para serem escrutinados também não era a maior. Além da abundância de comunicados enviados às redações, em que estavam plasmados os pontos de vista da equipa negocial portuguesa, e que eram fielmente reproduzidos na imprensa, a disponibilidade para contactar com jornalistas era escassa nos corredores do Governo e da delegação portuguesa em Bruxelas. Várias dezenas de artigos do *Diário de Notícias* e do *Expresso* correspondentes ao período das negociações analisados para este trabalho revelam um mesmo padrão: grande abundância de fontes oficiais e de citações de comunicados, mas quase nenhuma informação exclusiva ou notícia que pudesse colocar em causa o processo. Importa, portanto, perceber o que estava por detrás deste carácter fechado do Governo português e de que forma é que ele afetou a cobertura das negociações.

Alguns exemplos retirados da imprensa da altura mostram como vários dos momentos mais importantes do processo negocial foram cobertos com recurso praticamente exclusivo aos comunicados oficiais, aos documentos publicados e aos discursos políticos. Quando, por exemplo, o *Diário de Notícias* publica a notícia de que o Governo português não se quer deixar afetar pelas declarações do presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, que propôs uma pausa nas negociações, o artigo é construído

com base naquilo que o primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, afirmou publicamente enquanto visitava a Feira da Agricultura, em Santarém<sup>86</sup>.

Segundo resume Jorge Wemans, “no princípio dos anos 80, não havia por parte da administração pública portuguesa, nem por parte da Comissão, o hábito de fazer pontos de situação alargados sobre as negociações”<sup>87</sup>. A dificuldade em chegar à esfera política era tal que muitas vezes os jornalistas nem sabiam a quem se deviam dirigir. “Pelo menos numa fase inicial, nós tínhamos mesmo bastante dificuldade em perceber quem é que estava a negociar por parte de Portugal, que reuniões é que havia, qual era o método que se ia seguir”<sup>88</sup>, lembra ainda Wemans. Porquê? De acordo com o jornalista, o problema residia no facto de estar instalada a ideia, entre quem trabalhava no Governo, de que o processo devia ser, por algum motivo, mantido em segredo. “Ir perto das pessoas, tentar conhecê-las, falar com elas, era bastante difícil, porque os funcionários públicos envolvidos nisto não tinham o hábito, não tinham a prática, achavam que era tudo segredo, que era tudo segredo diplomático, portanto era tudo mesmo muito difícil”<sup>89</sup>, recorda o antigo coordenador da secção de economia do *Expresso*.

José Amaral, o jovem repórter do *Diário de Notícias* que viria a abrir a primeira delegação da ANOP em Bruxelas em 1980, recorda exatamente o mesmo cenário. “A cultura [da delegação portuguesa] era fechar, não era abrir a negociação. Abrir a negociação publicamente era, do ponto de vista de quem dirigia as negociações, um erro, porque as negociações não tinham de ser públicas. Porque isso nos enfraquecia as posições negociais, porque eles deixavam de controlar o que saía”<sup>90</sup>, lembra o antigo jornalista. Amaral conta mesmo um episódio concreto que lhe permitiu testemunhar na primeira pessoa esta cultura do Governo português de fechar a informação a cadeado: a certa altura, o embaixador de Portugal nas comunidades europeias, Ernâni Lopes, colocou como responsável por falar com os jornalistas na embaixada um “futuro embaixador” que “tinha como missão não dizer nada”. “Havia inclusivamente muitas coisas que ele próprio não dominava, porque eram dossiês muito especializados, não podia ser ele a falar”<sup>91</sup>,

---

<sup>86</sup> «Retardamento da adesão de Portugal é opinião de um país e não da CEE», *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1980.

<sup>87</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>88</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>89</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>90</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>91</sup> Entrevista a José Amaral.

conta o antigo jornalista. O objetivo era simples: garantir que a informação mais sensível não saía para fora das quatro paredes da negociação.

Por outro lado, José Silva Pinto recorda que onde havia menos dificuldades em obter informações a partir da redação de *O Jornal* era na oposição – área onde era característico aquela publicação ter bons contactos. A capacidade de obter informações, lembra o antigo diretor daquele semanário, “dependia de cada jornalista e dos respetivos canais de comunicação que conseguia pôr em prática”<sup>92</sup>, sendo que as fontes primordiais daquele jornal eram no corpo diplomático e na oposição.

Voltando aos exemplos concretos, uma página do *Expresso* de 24 de setembro de 1976 ilustra de forma bem clara o ambiente vivido no início do processo negocial entre jornalistas e esfera política. Naquele mês, Portugal tinha assinado o protocolo adicional com a CEE, aderido ao Conselho da Europa e assinado a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pelo que a viagem do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, a Estrasburgo foi considerada um dos momentos altos do percurso português rumo à integração europeia. Naturalmente, o *Expresso* enviou um repórter – Alexandre Cordeiro – para cobrir a assinatura dos documentos na cidade francesa. A parcela mais curiosa da página 11 da edição daquela semana não foi, contudo, a reportagem do enviado especial, mas, sim, uma pequena caixa anexada ao texto. Intitulada “A Imprensa portuguesa em Bruxelas”, aquela pequena nota dava destaque aos bastidores da cobertura e constitui hoje um interessante documento para perceber as dificuldades por que passavam os jornalistas na altura para aceder à informação. Justifica-se, por isso, citá-la na íntegra:

“A Imprensa portuguesa em Bruxelas

Das quase quatro centenas de profissionais da informação acreditados junto da comunidade europeia, e trabalhando permanentemente em Bruxelas, nenhum assistiu à cerimónia de assinatura dos protocolos entre Medeiros Ferreira e os mais altos dirigentes da CEE.

Apenas os dois portugueses ocasionalmente presentes – representando o EXPRESSO e a RDP – conseguiram alcandorar-se à sala das sessões situada no 15.º andar do edifício Charlemagne (sede do Conselho) e assistir à quase totalidade da referida cerimónia. Curioso é que efectivamente se tratou de um ‘privilégio’ conseguido. Após um complexo processo de negociação (à porta do edifício, na rua com os funcionários encarregues da segurança e do serviço de imprensa) da reivindicação lusa sobre o direito [*sic*] de acesso às fontes de informação, no caso vertente, a sala onde durante a pausa de almoço dos ministros, decorria a dita cerimónia.

Muito embora ainda com algumas restrições respeitantes a condições de trabalho, principalmente desvantajosas para a rádio, foi-nos assim dado auscultar o ambiente e o tom que caracterizou os discursos [*sic*] então proferidos.

---

<sup>92</sup> Entrevista a José Silva Pinto.

Curioso será no entanto referir a razão básica que conseguimos apurar para tal limitação ao trabalho da imprensa em geral.

Nada mais nada menos do que o temor de que as declarações do ministro português pudessem de alguma forma sair fora do padrão ‘standard’ habitual, e ‘comprometer’, ainda que indirectamente, os ministros dos Nove presentes (enquanto Conselho) perante as decisões que terão de ser tomadas individualmente por cada um dos Governos que aliás ali representam...”<sup>93</sup>

É de destacar, neste relato, a razão a que os jornalistas atribuem a resistência dos funcionários em deixá-los chegar à sala onde iria ser assinado o documento: o medo de que o ministro português não estivesse à altura da dimensão do momento e pudesse de alguma forma comprometer a CEE. Todos estes testemunhos permitem traçar um retrato relativamente fiel das dificuldades que os jornalistas tinham em obter informação para levarem a cabo uma cobertura completa do processo de negociações, sobretudo numa primeira fase, desde os momentos que antecederam o arranque oficial até sensivelmente ao meio do período negocial.

Com a porta da informação fechada quer pelos negociadores do Governo português, quer pelos negociadores da Comissão, os jornalistas acabaram por desenvolver estratégias para contornar o bloqueio informativo. Jorge Wemans recorda que muita da informação relevante obtida em Portugal acabava por vir das embaixadas dos países da CEE em Lisboa. “Os serviços consulares, que também tinham assessores económicos, consultores que seguiam as negociações, estavam bastante bem informados, e eram fontes de informação bastante interessantes. Acho que algumas das coisas que publicámos no *Expresso* vinham também daí”<sup>94</sup>, lembra o antigo coordenador da secção de economia do semanário.

Foi, porém, fora de Lisboa que foi mais fácil contornar o bloqueio de informação, recorda Wemans, sublinhando como José Amaral, que mais tarde deixaria a ANOP para ser correspondente do *Expresso*, “aparecia nos corredores certos à hora certa, e também conseguia falar com alguns dos altos funcionários portugueses que estavam a negociar”<sup>95</sup>. Mas mesmo em Bruxelas, “da parte portuguesa, era tudo muito filtrado, tudo muito a medo”. A delegação portuguesa só “deixava cair alguma informação”, como diz Wemans,

---

<sup>93</sup> Alexandre Cordeiro, «A Imprensa portuguesa em Bruxelas», *Expresso*, 24 de Setembro de 1976.

<sup>94</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>95</sup> Entrevista a Jorge Wemans.



quando estava “apertada por uma posição muito fechada”<sup>96</sup> por parte da CEE, e era estrategicamente útil que determinada informação fosse do conhecimento público.

O então correspondente em Bruxelas, José Amaral, explica que nos primeiros tempos não teve nem uma fonte portuguesa. Toda a informação que recolhia e enviava para a ANOP era, a princípio, oriunda de fontes estrangeiras, desde funcionários da Comissão a membros das delegações e representações permanentes dos vários Estados-membros em Bruxelas. Quando conseguiu finalmente estabelecer contacto com uma fonte portuguesa – “não na delegação portuguesa, mas aqui em Portugal”<sup>97</sup>, sublinha o antigo jornalista –, José Amaral passou a ter acesso a toda a documentação que estava em cima da mesa nas negociações. Por isso, começou a publicar notícias de fundo sobre o que estava em causa nas reuniões negociais. Até que a atitude com que os agentes políticos – nomeadamente os membros da delegação portuguesa – o encaravam mudou drasticamente. “Às tantas, começaram a tratar-me como alguém que sabia, o que torna as coisas completamente diferentes, porque aí começaram a falar comigo e eu passei a ter um diálogo mais estreito com as próprias autoridades portuguesas”<sup>98</sup>, recorda José Amaral.

Seria, contudo, injusto não reconhecer que, ao longo desta década (analisando de forma lata o período entre 1976 e 1986), o Governo português evoluiu e muito na sua capacidade comunicativa e na abertura para transmitir informação e ser escrutinado pelos *media*. E podemos dizer que o fez em duas dimensões: por um lado, com a abertura da delegação da ANOP em Bruxelas, promovida pelo Governo e entendida como parte da estratégia comunicativa do Executivo; e por outro lado com a progressiva presença dos porta-vozes e dos próprios governantes na imprensa.

Francisco Sarsfield Cabral, que em 1985, já na reta final das negociações, foi convidado para adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, recorda bem como um dos seus “trabalhos iniciais foi arranjar um tipo português que fosse para a agência”<sup>99</sup>. Nessa altura, já a ANOP tinha uma delegação em Bruxelas – a abertura, em 1980, foi considerada um ato de política externa depois da abertura das delegações nos PALOP, como foi explicado na secção anterior. Mas José Amaral já tinha ido para o *Expresso* e

---

<sup>96</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>97</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>98</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>99</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

era necessário ter um correspondente português em Bruxelas, que garantisse que pelo menos chegava a Portugal o mínimo de informação necessária para seguir os assuntos europeus. Sarsfield Cabral lembra como, de facto, a necessidade de ter um correspondente português em Bruxelas era uma prioridade para o Governo, o que mostra bem como o hábito de encerrar a informação foi, gradualmente, dando lugar a uma política de maior abertura à comunicação social, mais em linha com aquilo que era a prática comunitária. “Parecia mal, lá em Bruxelas, aparecer a delegação portuguesa e depois não estarem jornalistas portugueses, ou estar só um ou dois”, sublinha o jornalista, acrescentando que “era preciso alguém que mandasse coisas para” Portugal<sup>100</sup>.

É importante também esclarecer que a evolução na relação comunicativa entre jornalistas e a esfera política resulta de um ciclo: se, por um lado, a consciência de que era importante divulgar mais informação aos portugueses sobre o processo negocial levou o Governo a impulsionar a abertura de uma delegação da ANOP em Bruxelas, por outro lado a abertura dessa delegação levou à fixação do primeiro jornalista português na “capital da Europa”, o que permitiu uma maior facilidade em obter fontes de informação alternativas e contornar o bloqueio informativo habitual do Governo, habituado a difundir comunicados e a vê-los fielmente reproduzidos nas páginas dos jornais.

Graças a esta aproximação – ainda que incipiente – entre jornalistas e atores políticos, passaram a ser mais comuns notícias como a publicada a 20 de outubro de 1984 pelo *Diário de Notícias* sobre uma reunião entre Mário Soares e os embaixadores dos Estados-membros da CEE, onde o chefe de Governo pressionou os Dez a cumprirem o calendário negocial e a garantirem a adesão de Portugal a 1 de janeiro de 1986. Na notícia aparece citado o “porta-voz do gabinete do primeiro-ministro”<sup>101</sup>, figura que anos antes raramente aparecia nas páginas dos jornais, o que mostra como o contacto pessoal entre jornalistas e fontes oficiais começou a ir cada vez mais além do mero envio de comunicados.

Tendo em conta os testemunhos dos jornalistas e os exemplos da imprensa da época, podem tirar-se algumas conclusões no que toca à capacidade da esfera política – Governo e Comissão – para se relacionar com a imprensa e comunicar publicamente os avanços das negociações. Em primeiro lugar, fica claro que a fórmula seguida pelo

---

<sup>100</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>101</sup> «Mário Soares insiste no cumprimento do calendário para a adesão à CEE», *Diário de Notícias*, 20 de Outubro de 1984.

Governo português era a de não comunicar, fechando a informação e tentando evitar o contacto direto com os jornalistas. Contudo, é também de assinalar uma evolução, ainda que tímida, da relação das fontes oficiais com os jornalistas: nos últimos anos do processo negocial passou a ser mais comum ler, citadas nas notícias, declarações dos porta-vozes dos responsáveis políticos ou mesmo ver notícias exclusivas publicadas por um ou por outro jornal, resultado de fontes próprias e de algum trabalho jornalístico mais profundo. Regista-se também uma evolução na própria forma de pensar a relação com os *media* por parte do Governo. O ceticismo quase total relativamente aos jornalistas, que marcou os primeiros tempos das negociações, transforma-se na consciência da necessidade de jornalistas que cubram os acontecimentos, que levou o Governo a promover a abertura da delegação da agência de notícias em Bruxelas. De um modo geral, em suma, pode dizer-se que, tal como a falta de preparação dos jornalistas para tratar o tema, também a falta de capacidade e vontade da esfera política de abrir mão da informação e submeter-se ao escrutínio da imprensa contribuiu para uma cobertura mais pobre deste processo.

### **3. A opinião pública portuguesa face à UE**

“Quanto mais se fala, menos se vê. Já estou farto e quero ver Portugal na CEE”, cantavam os GNR, cinco anos antes da assinatura do Tratado de Adesão. A música, composta em 1981 por Vítor Rua, tornou-se um hino daquela ambição nacional, transversal à esmagadora maioria da população nacional. A música, lembra José Amaral, “mostra o espírito de um tempo em certo momento”<sup>102</sup>. Ao mesmo tempo que crescia a preocupação com o arrastar do processo no tempo, “havia uma grande vontade de que aquilo acontecesse”, e “as pessoas achavam que o processo se poderia eternizar e quase transformar-se numa nova frustração nacional”<sup>103</sup>, acrescenta o antigo correspondente português em Bruxelas.

É certo que a letra de uma música tem pouco de científico para que possamos tirar conclusões exclusivamente a partir dela. Mas a verdade é que sobre a unanimidade em torno da adesão de Portugal à CEE poucos têm dúvidas: todos a queriam, exceto o PCP e alguns saudosistas do império. Este facto, dizia o próprio primeiro-ministro Mário Soares em março de 1985 no encerramento da Conferência Internacional sobre Integração de

---

<sup>102</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>103</sup> Entrevista a José Amaral.

Portugal na CEE, estava bem expresso nos resultados eleitorais daquela época. “Ninguém pode ter legitimamente dúvidas quanto ao sentido da vontade popular relativamente à integração Europeia de Portugal, visto que ela tem sido expressa em sucessivas eleições”<sup>104</sup>, disse Mário Soares, referindo-se às vitórias sucessivas de governos que apresentavam a adesão à CEE como projeto prioritário nos seus programas. Jorge Wemans corrobora a tese. “Globalmente, as pessoas votaram, nas diversas eleições, sempre maioritariamente nos partidos que vendiam a adesão”<sup>105</sup>, diz o antigo editor de economia do *Expresso*.

Francisco Sarsfield Cabral lembra que a opinião pública era unânime porque toda a gente “achava que entrar na CEE era entrar no clube dos ricos, no clube da democracia”<sup>106</sup>. No clube dos ricos porque a ideia generalizada sobre a adesão a CEE era a de que esta traria dinheiro ao país, em fundos comunitários. No clube da democracia porque, como acrescenta Jorge Wemans, “tal como Mário Soares vendeu [a adesão], as pessoas acharam que era uma garantia de que a ditadura não voltava, de que ficamos agarrados à democracia”<sup>107</sup>. José Amaral sublinha uma outra dimensão para justificar a unanimidade em torno do assunto: “A adesão à CEE foi muito vista como um contraponto à revolução e ao esquerdismo, e também à descolonização”. O antigo correspondente recorda como o “destino europeu, que substituíra os 500 anos de império africano”, era “um velho sonho de muita gente”, especialmente dos “setores mais liberais e desenvolvimentistas em Portugal”. O facto de o pós-revolução ter sido marcado por “uma deriva bastante radical, anti-mercado e anti-capitalista” deu “ainda mais força” àquele sonho comum de “fazer este país um bocado mais próximo do que era a média europeia”<sup>108</sup>.

Neste sentido, a discussão sobre a adesão ou não à CEE nunca chegou a aquecer muito além das críticas habituais do Partido Comunista. “Nunca houve referendo, porque parecia que toda a gente queria aquilo”, destaca Francisco Sarsfield Cabral<sup>109</sup>. “Se tivesse havido um referendo, também não era um referendo muito entusiasmante, porque as pessoas iam todas dizer que sim”, acrescenta Jorge Wemans<sup>110</sup>.

---

<sup>104</sup> Citado na primeira página da edição de 9 de Março de 1985 do *Diário de Notícias*.

<sup>105</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>106</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>107</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>108</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>109</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>110</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

Porém, o quase unânime apoio popular à adesão não era acompanhado por um conhecimento suficiente do que estava em causa. Uma sondagem da Norma, publicada no *Expresso* em maio de 1980, mostrava como a grande maioria dos inquiridos não sabiam o que era a CEE e para que servia, mas ao mesmo tempo a maioria da amostra considerava positiva a adesão de Portugal<sup>111</sup>. A capacidade de fazer estudos de opinião não era, à época, tão avançada como nos dias de hoje, pelo que as amostras eram habitualmente bastante reduzidas. Na sondagem a que nos referimos, a amostra era de 400 pessoas de quatro distritos – Lisboa, Setúbal, Bragança e Faro –, cumprindo os critérios possíveis para que fosse o mais representativa possível da população portuguesa. Ainda assim, sondagens destas eram habituais nas primeiras páginas da imprensa da época.

As respostas à primeira pergunta – “Em sua opinião, o que é a CEE e para que serve?” – revelavam um enorme desconhecimento do contexto europeu. Em Bragança, 92% dos inquiridos disseram não saber o que é a CEE e para que serve; em Faro, 76%; em Lisboa 62%, e em Setúbal 72%. Contudo, quando questionados sobre se consideravam muito positiva, positiva, negativa ou muito negativa a adesão de Portugal àquela comunidade, a maioria dos inquiridos mostrou-se a favor da integração. No total dos quatro distritos, 17% responderam considerar “muito positiva” a adesão; 52% disseram ser “positiva”; 15% disseram ser “negativa” e apenas 8% disseram ser “muito negativa”. Com base nestes resultados, o *Expresso* escrevia que “globalmente, parece legítimo concluir que os portugueses ignoram, preocupantemente, o futuro sócio, ainda que entre os conscientes a expectativa seja claramente favorável”. “Numa demonstração de forte alinhamento partidário, a maioria absoluta dos que afirmam desconhecer o que é o Mercado Comum considera positiva a adesão de Portugal”, lia-se ainda naquele jornal.

Uma sondagem da Euroexpansão, divulgada pela RTP já em junho de 1985, a propósito da assinatura do Tratado de Adesão, mostrava o mesmo panorama otimista (apesar de algumas reservas)<sup>112</sup>. Relativamente à estabilidade política, 34% dos inquiridos disseram que iria melhorar com a entrada de Portugal na CEE, face a 23% que afirmaram que iria piorar. No que toca à educação e saúde, os inquiridos eram otimistas: 55% disseram que as condições iriam melhorar, ao passo que 15% disseram que pioraria. O

---

<sup>111</sup> «CEE: ignorância sem indiferença», *Expresso*, 10 de Maio de 1980.

<sup>112</sup> «Sondagem RTP/Euroexpansão» (RTP Arquivos, 12 de Junho de 1985), <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sondagem-rtpeuroexpansao>.

cenário era igualmente otimista no que toca à qualidade dos produtos de consumo: com 64% a antever uma melhoria e 11% a afirmar que a qualidade iria baixar. Também nos transportes e comunicações se repetia o otimismo: 57% diziam que a qualidade destes serviços iria melhorar, face a 8% que afirmavam que iria piorar. Em dois indicadores, contudo, parecia haver algum pessimismo: no custo de vida (que 47% consideravam que iria aumentar, face a 32% que diziam que desceria) e no desemprego (que 47% diziam ir aumentar e 29% diminuir).

Na esfera política registava-se a mesma unanimidade: todos queriam Portugal na CEE à exceção do PCP, o que reduziu a discussão ideológica em torno do assunto ao mínimo. “Era consensual, era a grande ambição do Soares”, lembra Francisco Sarsfield Cabral, sublinhando que a adesão era uma coisa que toda a gente queria exceto a extrema-esquerda e o PCP”, que identificavam a CEE com o capitalismo<sup>113</sup>. “Outra coisa que contribuiu para não haver muita discussão” – continua Sarsfield Cabral – “é que os dois principais partidos portugueses eram pró-europeus, portanto o PS e o PSD coincidiam numa coisa: Portugal deve estar sempre na primeira linha da integração”<sup>114</sup>. Jorge Wemans lembra um outro grupo de vozes contrárias à integração, na ala da direita. “Um núcleo muito pequenino de vozes saudosistas do império”, que defendiam que “devíamos era manter um pé muito pesado no Brasil e em África”.<sup>115</sup> José Amaral lembra uma realidade semelhante, sublinhando que o projeto “tinha o apoio das forças políticas mais importantes na altura”, à exceção do Partido Comunista, que ficava “de fora”, de “maneira muito clara”<sup>116</sup>. A discussão em torno das negociações foi, por isso, relativamente pobre, tal era a vontade de entrar na CEE. “Se você queria entrar no Benfica, não ia discutir a cor das camisolas. A única coisa que podia discutir é quanto tempo é que demora a vestir o equipamento todo”<sup>117</sup>, diz o antigo editor de economia do *Expresso*, Jorge Wemans, numa imagem que resume bem as negociações de adesão: uma tentativa por parte de Portugal de garantir um calendário favorável para a adaptação às normas comunitárias e de conseguir algumas contrapartidas por aquilo de que iria abrir mão (como as importações de países fora da comunidade, mais baratas para muitos produtos).

---

<sup>113</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>114</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>115</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>116</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>117</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

Já antes do início formal das negociações de adesão à CEE, o Partido Comunista se mostrava cético. Numa série de entrevistas publicadas no *Expresso* em 6 de agosto de 1976, altura em que o programa do Governo de Mário Soares está em plena discussão no Parlamento, só Carlos Brito, do PCP, refere a proposta de adesão à CEE como negativa, classificando-a como uma “prioridade também extremamente preocupante”<sup>118</sup>. Também nos relatos diários sobre as discussões no plenário, publicados no *Diário de Notícias* ao longo daquelas semanas, era possível ler várias intervenções de deputados do PS a defender a integração na Europa e a criticar o ceticismo do PCP. A oposição comunista à adesão manteve-se até ao último momento (e prolonga-se até hoje). A 5 de abril de 1985, dias depois da conclusão das negociações, numa altura em que o Parlamento se preparava para debater o acordo final com a CEE, lê-se num dos títulos da primeira página do *Expresso*: “Só PCP deverá opor-se a acordo com CEE”. Na notícia, desenvolve-se que, no debate marcado para 11 e 12 de abril daquele ano, “apenas o PCP deverá desenvolver uma oposição frontal à adesão muito embora se admitam alguns «reparos» vindos da bancada do CDS que, todavia, considera a integração como «positiva e mesmo histórica»”<sup>119</sup>.

Como seria de esperar, esta evidente unanimidade em torno da adesão na opinião pública e entre os agentes políticos refletia-se também na imprensa. Segundo Francisco Sarsfield Cabral, o apoio à adesão “era geral” na imprensa portuguesa, “exceto o *Avante!*”<sup>120</sup> e outras pequenas publicações politicamente orientadas e ligadas às fações mais residuais que se opunham à adesão. “O único pensamento anti-adesão era o das áreas do Partido Comunista Português, eram basicamente jornalistas afetos a essa corrente”, confirma Jorge Wemans, lembrando que “o *Expresso* assumia a posição genérica de ser muito favorável à adesão à CEE, com muitas reticências e posições críticas relativamente ao que estava ali a ser negociado”<sup>121</sup>. O mesmo recorda José Amaral, sublinhando que não havia jornais contra a adesão “tirando os jornais do Partido Comunista”<sup>122</sup>. José Silva Pinto acrescenta ainda que os jornais que se pronunciavam contra a adesão eram “aqueles marginais”, os “mais nacionalistas, e aí, evidentemente, como os extremos se tocam, tanto havia *O Diabo* [assumidamente de direita] com havia os jornais do PCP”<sup>123</sup>. Os jornais,

---

<sup>118</sup> «Carlos Brito (PCP): “É muito cedo para falar de votações”», *Expresso*, 6 de Agosto de 1976.

<sup>119</sup> «Só PCP deverá opor-se a acordo com CEE», *Expresso*, 5 de Abril de 1985.

<sup>120</sup> Entrevista a Francisco Sarsfield Cabral.

<sup>121</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

<sup>122</sup> Entrevista a José Amaral.

<sup>123</sup> Entrevista a José Silva Pinto.

continua José Silva Pinto, demonstravam o apoio à adesão “na forma como escreviam, no entusiasmo que demonstravam na forma como escreviam as notícias”<sup>124</sup>. Mas isto não quer dizer que não houvesse lugar nos jornais para vozes mais críticas, como lembra Jorge Wemans. “Publiquei no *Expresso* várias opiniões de pessoas que achavam que não era bom negócio trocar o Atlântico Sul pelo Atlântico Norte e pelo Mediterrâneo, porque não tinha nada a ver com a nossa história, não era para aí que nós devíamos estar voltados”<sup>125</sup>, recorda o jornalista. Um olhar pelos jornais da época comprova isso mesmo: a apologia da integração nos títulos em letras garrafas nas primeiras páginas, os escassos artigos de opinião contra a adesão, e os editoriais em defesa do processo de integração.

Em suma, podemos concluir que a opinião pública era muito favorável à adesão de Portugal à CEE – mesmo que o apoio da esmagadora maioria da população fosse acompanhado por um assinalável desconhecimento do que estava em causa no processo. Essa opinião pública unânime, como explicam os jornalistas ouvidos para esta investigação, contribuiu para que não tivesse havido um debate tão alargado na esfera pública sobre o assunto – uma vez que também os agentes políticos e a imprensa partilhavam desta posição unânime. A ter havido um referendo, este não seria muito entusiasmante, como se pode concluir. Neste sentido, pode dizer-se que o facto de a opinião pública ter sido tão unânime reduziu significativamente o debate público e, consequentemente, a cobertura noticiosa, que teria sido mais extensiva e aprofundada se a questão fosse mais fraturante.

### *Síntese*

A década que decorreu entre as eleições legislativas de 1976 e a adesão formal de Portugal à CEE, em 1986, foi, em termos políticos, um período de normalização democrática em que se incluíram as negociações com vista à integração do país nas Comunidades. Naturalmente, tratando-se de um acontecimento de assinalável importância para o futuro do país, mereceu um debate público alargado que passou pela imprensa. Contudo, uma conclusão resulta da análise da imprensa da época e, sobretudo, da auscultação dos testemunhos de quem viveu a cobertura daquele acontecimento: a imprensa não promoveu um debate aprofundado sobre as negociações, não tendo

---

<sup>124</sup> Entrevista a José Silva Pinto.

<sup>125</sup> Entrevista a Jorge Wemans.



cumprido eficazmente o seu papel de escrutínio do poder político no que diz respeito ao assunto.

A análise da relação entre os *media* e a esfera política nas três dimensões do modelo seguido neste trabalho mostra que concorreram para esta realidade três fatores em simultâneo: (1) imperava nas redações portuguesas um profundo desconhecimento sobre as questões europeias e os jornalistas não estavam preparados para cobrir um evento económico daqueles dimensões; (2) a esfera política portuguesa – sobretudo a estrutura responsável pela negociação – não tinha uma cultura de abertura e transparência face aos *media*, adotando uma cultura de fechamento quase total da informação e procurando evitar, de certa forma, o contacto com os jornalistas; e (3) a opinião pública, por ser tão unânime relativamente ao assunto, não exigiu aos meios de comunicação que provocassem um debate mais completo sobre a adesão. Jorge Wemans resume a realidade dos *media* durante aquele período: “O jornalismo, tal como a sociedade portuguesa, foi bastante passivo”<sup>126</sup>.

Na verdade, podemos olhar para a realidade mediática de Portugal nesta altura como um exemplo perfeito do modelo mediterrâneo identificado por Hallin e Mancini: uma indústria mediática muito pouco desenvolvida e pouco profissionalizada e com uma proximidade grande ao Estado.

Em suma, pode dizer-se que nesta primeira fase da integração europeia de Portugal, a impreparação e falta de especialização da imprensa levou os *media* a ter um papel significativamente passivo, não fomentando o debate em torno da adesão de Portugal à CEE, não tratando o tema com profundidade e não escrutinando a ação política. Ao mesmo tempo, a esfera política também não tinha uma cultura de transparência e de abertura aos *media*, não facilitando um escrutínio que, por outro lado, a opinião pública também parecia não exigir.

---

<sup>126</sup> Entrevista a Jorge Wemans.

## II. A adesão de Portugal à moeda única (1992-2002)

No segundo capítulo, analisa-se a cobertura mediática do período que conduziu à implementação da moeda única, o Euro, e à criação de uma política monetária no seio da União Europeia. Como no capítulo anterior, é apresentada uma breve contextualização histórica e uma descrição da esfera mediática portuguesa no período em estudo, seguindo-se a análise detalhada dos mesmos três fatores relativos ao escrutínio do poder político utilizados no primeiro capítulo, com base em testemunhos diretos e em recortes de imprensa. No final do capítulo apresentam-se conclusões parciais.

### *Aprofundamento, o contexto histórico da criação do Euro*

Apesar de o período em análise neste capítulo ser apenas a década de 1990 (marcada, em termos comunitários, pelo processo de implementação da moeda única europeia e, em termos nacionais, pela discussão sobre o cumprimento ou não dos critérios necessários para aderir a essa moeda única), essa análise precisa de ser enquadrada num contexto histórico mais alargado. Desde a criação da CEE, a integração europeia não tem sido uma realidade estática, mas sim um processo dinâmico em dois sentidos: o do alargamento e o do aprofundamento. No primeiro, o movimento é relativamente fácil de entender: na história do bloco já houve sete alargamentos, passando de seis membros fundadores para 28 membros na atualidade. Já no segundo — o do aprofundamento —, o caminho tem sido marcado por avanços e recuos.

Uma das primeiras ideias para o aprofundamento da integração da Comunidade Económica Europeia foi, desde sempre, a opção pela criação de uma União Económica e Monetária. Esta proposta remonta pelo menos à cimeira de chefes de Estado e de Governo realizada em dezembro de 1969 — portanto, ainda apenas com os seis Estados-membros fundadores. Nessa reunião, os líderes confirmaram “a sua vontade de prosseguir a evolução gradual para uma união económica e monetária genuína”<sup>127</sup>. Dessa reunião, surgiu um grupo de trabalho, liderado pelo primeiro-ministro luxemburguês, Pierre Werner, que teve como missão apresentar uma proposta de concretização desta vontade comum. Como lembra o economista Pedro Braz Teixeira, o relatório Werner, apresentado

---

<sup>127</sup> «A história da União Europeia - 1969 - EUROPA», União Europeia, 16 de Junho de 2016, [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969/1969\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969/1969_pt).

em 1970, “detalhava propostas, cujo objetivo final consistia na liberalização total dos movimentos de capitais, na convertibilidade total das moedas dos Estados-Membros e na fixação irrevogável das taxas de câmbio”<sup>128</sup>. O economista sublinha ainda que “também se colocava como mera hipótese a adoção de uma moeda única europeia”<sup>129</sup>. Porém, no ano seguinte, 1971, os Seis foram obrigados a colocar em pausa aquela ideia, quando o presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, decidiu suspender a convertibilidade do dólar em ouro. Essa convertibilidade era um dos principais componentes do sistema de câmbios fixos de Bretton Woods, em vigor desde 1944, e o seu fim deixou as principais moedas “a flutuar entre si”<sup>130</sup>. De acordo com o economista Pedro Braz Teixeira, esse momento representou o fim de “décadas de estabilidade cambial”, o que “obrigou a congelar os planos europeus para a UEM”<sup>131</sup>.

Em 1972, numa tentativa de minimizar os efeitos daquele choque, os Estados-membros da CEE criaram um sistema próprio de controlo da flutuação do valor das moedas em relação ao dólar, a chamada serpente no túnel. Aquele era, segundo a síntese histórica da União Económica e Monetária publicada pela própria União Europeia, “um mecanismo de flutuação concertada das moedas (a ‘serpente’) no interior de margens de flutuação estreitas em relação ao dólar (o ‘túnel’)”<sup>132</sup>. Contudo, as crises petrolíferas da década de 70, aliadas à dificuldade na concertação das políticas económicas, levaram ao fim daquele sistema em menos de dois anos.

No final da década, em 1979, a Alemanha e a França colocaram em cima da mesa uma nova solução: a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), um mecanismo de taxas de câmbio a que as moedas de todos os Estados-membros aderiram à exceção do Reino Unido. Esse mecanismo baseava-se “em taxas centrais definidas em função do ecu (*‘European Currency Unit’*), unidade de conta europeia” que representava “a média ponderada das moedas participantes”<sup>133</sup>, explica o mesmo documento comunitário. O mecanismo entrou em vigor e foi bem-sucedido, lançando as bases para um

---

<sup>128</sup> Pedro Braz Teixeira, *O Euro e o crescimento económico* (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017), 16.

<sup>129</sup> Teixeira, 16.

<sup>130</sup> Teixeira, 16.

<sup>131</sup> Teixeira, 16.

<sup>132</sup> «Rumo à moeda única: síntese histórica da UEM», EUR-Lex, acedido em 6 de Janeiro de 2019, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3AI25007>.

<sup>133</sup> «Rumo à moeda única: síntese histórica da UEM».

aprofundamento da integração através da concretização de uma união económica e monetária. De seguida, foram dados vários passos decisivos rumo a este aprofundamento.

Em 1985, é publicado o Livro Branco sobre o mercado interno, uma iniciativa do presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors. O Conselho Europeu, reunido em Milão em maio desse ano, aprovou o documento e decidiu lançar uma conferência intergovernamental “para analisar a reforma institucional”<sup>134</sup>. No ano seguinte, os Estados-membros assinam o Ato Único Europeu (AUE), documento que reviu os Tratados de Roma com o objetivo de “relançar a integração europeia” e concluir a realização do mercado interno<sup>135</sup>. O prazo máximo para a concretização do mercado interno colocado naquele documento é precisamente o mesmo que a Comissão Europeia tinha proposto no Livro Branco: 31 de dezembro de 1992. Embora o AUE não incluísse a aplicação de uma política monetária comum, incluía disposições sobre essa capacidade. E a verdade é que a união monetária continuava nos planos dos Estados-membros da CEE.

Prova disso foi que, em junho de 1988 — já com Portugal na CEE —, os chefes de Estado e de Governo do bloco, reunidos em Hanôver, instituíram um comité destinado exclusivamente a estudar a União Económica e Monetária. O comité foi presidido pelo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, e composto pelos governadores dos bancos centrais dos vários Estados-membros. No ano seguinte, o grupo de trabalho apresentou os resultados num documento, conhecido como *Delors Report*, que propunha a realização da UEM em três fases, começando pela liberalização da circulação de capitais entre os Estados-membros e a implementação do mercado interno; passando pela concentração das políticas económicas e monetárias num Banco Central Europeu; e culminando na união total, transferindo definitivamente a autoridade monetária para o BCE e implementando uma eventual moeda única. Uma moeda única, entendiam os líderes europeus, era condição fundamental para a eficácia máxima da união monetária, uma vez que “o potencial do mercado interno não poderia ser plenamente explorado enquanto subsistissem os custos de transação relativamente elevados associados à conversão das moedas e às incertezas ligadas às flutuações cambiais”<sup>136</sup>.

---

<sup>134</sup> «A História Da União Europeia - 1985 - EUROPA», União Europeia, 16 de Junho de 2016, [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1980-1989/1985\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1980-1989/1985_pt).

<sup>135</sup> «Ato Único Europeu», EUR-Lex, acedido em 6 de Janeiro de 2019, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0027>.

<sup>136</sup> «Rumo à moeda única: síntese histórica da UEM».

No Conselho Europeu de Madrid, em junho de 1989, os chefes de Estado e de Governo da CEE decidiram dar início à primeira fase proposta pelo relatório do comité Delors. Ao mesmo tempo, os líderes dos Estados-membros defendiam a realização de uma Conferência Intergovernamental (CIG) para estudar que alterações deveriam ser feitas aos tratados para implementar as restantes fases. A maioria dos Estados-membros, nota Wayne Sandholtz, considerava que a “aceitação da primeira fase implicava um compromisso com as fases 2 e 3”; porém, a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, “opunha-se veementemente a esse ponto de vista”<sup>137</sup>. Em dezembro de 1989, quando o Conselho Europeu de Estrasburgo votou a favor da realização da CIG, Thatcher foi a única a votar contra.

A Conferência Intergovernamental decorreu entre 1990 e 1991, terminando com o Conselho Europeu de Maastricht, em dezembro de 1991. Naquela reunião, na cidade holandesa, os líderes europeus adotaram formalmente o Tratado de Maastricht (formalmente, Tratado da União Europeia), que mudou radicalmente o caminho da integração europeia. Não só criou a União Europeia, fundindo as comunidades, e a organizou em três pilares (Comunidades Europeias, Política Externa e de Segurança Comum, e Cooperação Policial e Judicial), como criou finalmente a União Económica e Monetária. O tratado definiu claramente como a União Económica e Monetária iria ser implementada em três fases: livre circulação de capitais; convergência de políticas económicas e, finalmente, criação da moeda única, que entraria em vigor em 1 de janeiro de 1999<sup>138</sup>. O tratado fixou também quatro critérios de convergência de política económica e monetária, que os Estados-membros da União Europeia estariam obrigados a cumprir ao abrigo da União Económica e Monetária: a taxa de inflação em cada um dos países não pode exceder em mais de 1,5% a verificada nos três Estados-membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços; o défice não pode exceder os 3% do PIB e a dívida pública não pode ser superior a 60%; as taxas de câmbio têm de estar durante dois anos consecutivos sem extravasar as margens de flutuação do SME; e

---

<sup>137</sup> Wayne Sandholtz, «Choosing union: monetary politics and Maastricht», *International Organization* 47, n. 1 (1993): 15.

<sup>138</sup> «Tratado de Maastricht sobre a União Europeia», EUR-Lex, acedido em 6 de Janeiro de 2019, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0026>.

as taxas de juro de longo prazo não devem exceder em mais de 2% as taxas verificadas nos países com menor inflação<sup>139</sup>.

Ora, com estas condições definidas em 1992 e com a entrada em vigor da moeda única agendada para 1 de janeiro de 1999, facilmente se compreende que a década de 90 foi, para os países da União Europeia, marcada pela convergência de políticas económicas e monetárias rumo à entrada no Euro. Para Portugal, esse foi um desafio particularmente exigente, que começou com a adesão do Escudo ao mecanismo de taxas de câmbio do SME, logo em abril de 1992<sup>140</sup>, e terminou quando a avaliação das contas nacionais, em março de 1998<sup>141</sup>, mostrou que o ano de 1997 tinha sido o ano da verdade, em que o país conseguiu cumprir os critérios de Maastricht e assegurar um lugar no clube da moeda única.

Durante aqueles anos, a entrada no Euro era o grande objetivo nacional — quase como tinha sido a adesão à CEE, na década anterior. O primeiro-ministro, António Guterres, insistia frequentemente na ideia de colocar Portugal no “pelotão da frente”<sup>142</sup> e foi isso que aconteceu em 1997, quando Portugal conseguiu fixar a dívida pública perto dos 55% do PIB e o défice abaixo dos 3%. Não se pode dizer, porém, que os valores atingidos naquele ano representem genuinamente a economia portuguesa. O então secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, comparava, numa entrevista ao Jornal de Negócios em 2017, aquele esforço financeiro com o encolher de barriga nas fotografias de casamento: “Fizemos tudo para aparecer bem no retrato, por cumprir os critérios macroeconómicos. Mas depois a barriga volta ao sítio. Foi uma fotografia do momento, mas a vida depois avança”<sup>143</sup>.

De uma forma ou de outra, Portugal e os restantes países da União Europeia cumpriram os critérios de convergência (à exceção do Reino Unido e da Dinamarca, que negociaram um *opt-out*, e da Suécia, que propositadamente não tem cumprido os

---

<sup>139</sup> «Aderir ao Euro: critérios, processo e próximos países», Parlamento Europeu, 15 de Julho de 2014, <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20140714STO52336/aderir-ao-euro-criterios-processo-e-proximos-paises>.

<sup>140</sup> Teixeira, *O Euro e o crescimento económico*, 43.

<sup>141</sup> Isabel Arriaga e Cunha, «Portugal: seis anos de dúvidas antes de entrar no euro», *PÚBLICO*, 31 de Dezembro de 2001, <https://www.publico.pt/2001/12/31/jornal/portugal-seis-anos-de-duvidas-antes-de-entrar-no-euro-165886>.

<sup>142</sup> Nuno Aguiar e Rosa Castelo, «1997. O sprint final para entrar no clube do euro», *Jornal de Negócios*, 23 de Novembro de 2017, <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/1997-o-sprint-final-para-entrar-no-clube-do-euro>.

<sup>143</sup> Aguiar e Castelo.

critérios) e o calendário acordado em Maastricht foi cumprido: em 1 de janeiro de 1999, o Euro tornou-se na moeda oficial da União Europeia, e em 1 de janeiro de 2002 as notas e moedas entraram em circulação.

### *A imprensa portuguesa na década de 90*

Entender o contexto mediático português durante a década de 90 é fundamental para perceber como a cobertura do processo de adesão à moeda única foi substancialmente diferente da cobertura da adesão do país à CEE. Em pouco tempo, a esfera mediática portuguesa mudou de forma assinalável, mudança essa que se verificou nos dois sentidos: tanto na maior capacidade para abranger mais assuntos, como no nível de especialização com que os mesmos assuntos eram tratados. Porém, esta realidade, por si só, não nos permite inferir automaticamente que a qualidade da cobertura dos assuntos europeus durante este período tenha sido melhor ou pior — é isso que veremos nas secções seguintes.

Assim, e tratando-se esta de uma dissertação sobre o lugar dos jornalistas e dos meios de comunicação social portuguesa no caminho de integração europeia de Portugal, importa sublinhar três dimensões fulcrais da mudança do contexto mediático nacional que se operou durante a década de 90 e que muito dizem a este assunto: (1) o aparecimento das televisões privadas, (2) a criação dos jornais económicos de grande circulação e (3) a proliferação dos cursos de jornalismo.

A primeira mudança introduziu a dimensão da concorrência no mercado televisivo (entre 1957 e 1992, a RTP havia sido a única escolha dos portugueses no pequeno ecrã), levando a um aprofundamento da cobertura noticiosa feita pela televisão. Na década de 90, o acesso à televisão já estava amplamente democratizado: em 1995, 95,6% dos agregados familiares portugueses tinham televisão em casa<sup>144</sup>, estando a TV a caminho de se estabelecer definitivamente como o mais importante meio de comunicação. Assim, a emissão de duas licenças a privados, um projeto iniciado por António Couto dos Santos, ministro adjunto de Cavaco Silva entre 1987 e 1991<sup>145</sup>, introduziu um fator de

---

<sup>144</sup> «Agregados privados com os principais equipamentos domésticos (%)», PORDATA, acedido em 6 de Janeiro de 2019, [https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+privados+com+os+principais+equipamentos+dom%C3%A9sticos+\(percentagem\)++-191-565](https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+privados+com+os+principais+equipamentos+dom%C3%A9sticos+(percentagem)++-191-565).

<sup>145</sup> Sara Ribeiro, «E assim acabou o monopólio na televisão», *Jornal de Negócios*, 5 de Outubro de 2017, <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/media/detalhe/e-assim-acabou-o-monopolio-na-televisao>.

concorrência que foi decisivo na reinvenção da televisão portuguesa, naturalmente também na sua dimensão jornalística. A SIC foi a primeira televisão privada a operar no país, começando as emissões regulares a 6 de outubro de 1992<sup>146</sup>. Quatro meses depois, a 20 de fevereiro de 1993, foi a vez da TVI<sup>147</sup>.

Ao mesmo tempo, uma segunda mudança mudou o panorama jornalístico nacional durante a década de 90 — e esta com particular influência na cobertura das questões europeias: o surgimento dos jornais económicos. O primeiro foi o *Diário Económico*, que arrancou em outubro de 1989 pelo mesmo grupo que já editava o *Semanário Económico* havia dois anos. Mais tarde, em novembro de 1997, surgiu o *Jornal de Negócios*, primeiro online e depois com uma edição semanal em papel. O surgimento de jornais exclusivamente dedicados às questões económicas é um passo significativo face à assinalável falta de especialização na área registada no período da adesão de Portugal à CEE, como ficou bem demonstrado no capítulo anterior. Como também já vimos, as questões europeias foram tratadas, ao longo da história, como assuntos económicos. Por isso, o aparecimento de jornais de economia durante os anos 90 contribuiu para uma mais abrangente e intensiva cobertura destas questões.

Por fim, importa sublinhar uma terceira mudança que se começou a desenhar na década de 80 e que atingiu nos anos 90 o seu auge: a proliferação dos cursos de jornalismo. Foi nesta altura que começou a mudar o paradigma da educação dos jornalistas, que até ali eram, na sua grande maioria, formados noutras áreas, como o direito ou a economia. Como explica Patrícia Oliveira Teixeira<sup>148</sup>, já desde a criação do Sindicato Nacional de Jornalistas, em 1934, que vão sendo postos em prática alguns projetos de formação de jornalistas, que acabam por não avançar. Só em 1979 surge o primeiro curso universitário de jornalismo, o Curso Superior de Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Esse curso serviu de inspiração para vários outros que foram surgindo ao longo da década de 80 e no início da década de 90, um fenómeno a que Mário Mesquita chama “o milagre da

---

<sup>146</sup> «SIC», Impresa, acedido em 6 de Janeiro de 2019, <http://www.impresa.pt/marcas/sic/2014-07-23-SIC>.

<sup>147</sup> Maria João Morais, «Os 15 anos da TVI», *Meios & Publicidade*, 15 de Fevereiro de 2008, <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/02/os-15-anos-da-tvi-2/>.

<sup>148</sup> Patrícia Oliveira Teixeira, «O ensino do jornalismo em Portugal: breve história e panorama curricular, ao virar da primeira década do século XXI», *Estudos em Jornalismo e Mídia* 9, n. 2 (2012): 407–24.



multiplicação dos cursos de Comunicação”<sup>149</sup>. No ano de 1994, já eram 23 os cursos superiores de especialização em jornalismo oficialmente reconhecidos, detalhava Mesquita no mesmo texto. Esta foi uma realidade que se refletiu nos jornalistas que começaram a trabalhar na década de 90, já com um nível de formação específica consideravelmente superior aos seus antecessores.

Depois de traçado o contexto histórico e mediático, pretende-se agora analisar a cobertura jornalística do período que conduziu à adoção do Euro em Portugal, com vista a perceber de que forma os media atuaram como atores na complexa esfera política e institucional daquele momento da história. À semelhança do que foi feito no primeiro capítulo, este trabalho será feito com recurso não só a alguns exemplos de publicações periódicas da altura, mas também — e sobretudo — ao bem mais útil para quem estuda a história recente: os testemunhos de quem foi protagonista daquela cobertura. Este capítulo conta com os testemunhos de: Isabel Arriaga e Cunha, correspondente do jornal Público em Bruxelas entre 1990 e 2014; Paulo de Almeida Sande, responsável pelo setor português de informação do Parlamento Europeu entre 1986 e 1988, e ainda administrador (1988-2000) e diretor (2004-2012) do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal; Fernando Paula Brito, correspondente do Semanário/Diário Económico (1988-1993), da TVI (1993-1999), da Renascença (1991-1999) e chefe de delegação da Agência Lusa (1999-2011) em Bruxelas; e Eva Gaspar, correspondente do Diário Económico em Bruxelas entre 1994 e 2002, além de jornalista do Jornal de Negócios entre 2003 e 2017.

### *A cobertura jornalística da adesão de Portugal à moeda única*

Se for considerado, para esta análise, o período entre o Tratado de Maastricht e a entrada em circulação do Euro, facilmente se conclui que a cobertura dos assuntos europeus foi substancialmente mais intensa do que a que tinha sido feita durante o período das negociações para a adesão à CEE. No início da década de 90, a Europa merecia um espaço considerável nos media portugueses. Mas havia motivos para isso: preparava-se a assinatura de um Tratado que mudaria para sempre a face da Comunidade Europeia, ao mesmo tempo que se fazia a antevisão da primeira presidência portuguesa da União, e que coincidiria precisamente com a assinatura daquele documento histórico.

---

<sup>149</sup> Mário Mesquita, «A Educação para o Jornalismo-uma perspectiva sobre Portugal», *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* 17, n. 2 (1994): 82.

Em dezembro de 1991, era comum que a CEE fosse tema de manchete na imprensa portuguesa. A edição de 7 de dezembro daquele ano do *Diário de Notícias* é um bom exemplo disso: na primeira página, uma entrevista com o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Vítor Martins, que garantia que a cimeira de Maastricht marcava o “início de uma nova era”<sup>150</sup>; na página 2, o artigo continuava, expondo os detalhes da tal nova era, incluindo a União Económica e Monetária e a visão de futuro de uma moeda única, e fazendo uma antevisão da presidência portuguesa. A cobertura não se esgotava nos assuntos que diziam respeito a Portugal. Na página “Europa”, exclusivamente dedicada às questões europeias, contava-se um artigo do correspondente do *DN* em Bruxelas, Fernando de Sousa, sobre as movimentações em Bruxelas, uma infografia que explicava ao detalhe o caminho desde a criação da CEE até Maastricht, e ainda um conjunto de pequenas notícias sobre o que ia sendo discutido em Bruxelas, das drogas ao desemprego. Por aqueles dias, os jornais replicavam este modelo, incluíam suplementos especiais sobre a Europa e demonstravam um claro empenho em falar do assunto, sempre com um foco muito particular em Portugal. Um ótimo exemplo desse foco é uma notícia publicada a 9 de fevereiro de 1992 — dois dias depois da assinatura do Tratado, que foi amplamente coberta nas suas dimensões comunitária e nacional — no *Diário de Notícias*: “Tratado da União Europeia quase foi assinado em Portugal”<sup>151</sup>. A notícia dava conta de que só por “gentileza da presidência portuguesa” é que o tratado foi assinado Maastricht, cidade onde tinha decorrido a cimeira que lhe deu origem, e não em Portugal, que detinha a presidência da União.

Nos tempos que se seguiram à assinatura do tratado, a Europa esteve frequentemente em foco na imprensa. O *Expresso*, por exemplo, dedicava uma secção só à presidência portuguesa, com reportagens e notícias semanais sobre os assuntos mais variados — mas sempre com as questões monetárias como pano de fundo. Havia notícias de correspondentes, suplementos, reportagens e, sobretudo, muitos artigos de análise. A jornalista Eva Gaspar, correspondente do *Diário Económico* em Bruxelas entre 1994 e 2002, resume: “Era fácil vender a Europa. Qualquer assunto era interessante, porque tudo era novidade e houve muitas alterações”<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> «Não me considero antifederalista — disse Vítor Martins em Encontro DN», *Diário de Notícias*, 7 de Fevereiro de 1991.

<sup>151</sup> «Tratado da União Europeia quase foi assinado em Portugal», *Diário de Notícias*, 9 de Fevereiro de 1992.

<sup>152</sup> Entrevista a Eva Gaspar, realizada pelo autor a 3 de abril de 2018.

Durante a maioria da década de 90, porém, a cobertura jornalística feita em Portugal sobre os assuntos europeus focou-se num ponto fundamental: afinal, conseguiria ou não Portugal cumprir os quatro critérios de convergência, ou critérios de Maastricht, que lhe permitiriam entrar na moeda única? Isabel Arriaga e Cunha, que foi correspondente em Bruxelas durante mais de duas décadas, lembra que “o que estava sempre latente em todo aquele período era se Portugal queria aderir ou não ao Euro, e se tinha interesse ou não nisso”<sup>153</sup>. “O que interessava para Portugal eram os critérios, saber se os atingiríamos ou não, porque eles eram difíceis. A imprensa nacional cobriu bastante essa parte. E, nessa perspetiva, entrou uma discussão muito interessante, que foi saber qual seria o modelo de construção da moeda única. Se era uma coisa a duas velocidades ou não. Se era só para os países da chamada Zona Marco, ou se os critérios de adesão e o conceito da moeda seria suficientemente lato para acrescentar outros países que, forçosamente, teriam de fazer uma convergência acelerada”<sup>154</sup>, detalha a ex-jornalista. Esta ideia é corroborada por Paulo de Almeida Sande, que durante este período era administrador do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, função na qual lidou de perto com os jornalistas portugueses interessados em cobrir as questões europeias. “A cobertura foi sempre numa ótica de ‘conseguimos, não conseguimos’. Havia uma espécie de competição, que era muito refletida na comunicação social”, lembra o antigo responsável, detalhando que se “publicavam coisas como ‘a Alemanha acha que Portugal não vai conseguir entrar’ ou outras do género”<sup>155</sup>.

Tal como sucedeu com a cobertura das negociações da adesão à CEE (e, a bem da verdade, como acontece com grande parte dos assuntos), esta cobertura também foi marcada por picos de atenção mediática. Neste caso, um dos grandes picos de atenção aconteceu entre março e abril de 1998, altura em que a Comissão Europeia e o Instituto Monetário Europeu divulgaram os chamados relatórios de convergência, que confirmaram que Portugal havia cumprido os critérios de convergência no ano anterior, estando incluído no grupo de onze países que dariam início ao projeto do Euro. “Nasce a moeda que vai combater o dólar”<sup>156</sup>, lia-se na manchete do Expresso do dia 1 de maio de 1998, dia em que o Parlamento Europeu e o Conselho se reuniram para aprovar

---

<sup>153</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha, realizada pelo autor a 21 de fevereiro de 2018.

<sup>154</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>155</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande, realizada pelo autor a 31 de janeiro de 2018.

<sup>156</sup> «Nasce a moeda que vai combater o dólar», *Expresso*, 1 de Maio de 1998.

oficialmente, com base nos relatórios de convergência, o arranque do Euro com aqueles onze países. “Portugal fundador do euro”<sup>157</sup>, resumia o Público.

Durante o processo, porém, os jornalistas não tiveram todos a mesma postura. Entre os cerca de dez a quinze jornalistas portugueses que ao longo dos anos 90 trabalharam como correspondentes em Bruxelas, dividiam-se as posições sobre o destaque a dar às posições portuguesas. Fernando Paula Brito, que durante a década de 90 trabalhou para o Semanário/Diário Económico e para a TVI em Bruxelas, lembra que seguiu “todo o debate e decisões que levaram à criação da moeda única com especial atenção às posições que os dirigentes portugueses tomavam em Bruxelas”<sup>158</sup>. Isabel Arriaga e Cunha confirma esta realidade, mas lembra como optou uma prática diferente: “A minha perceção foi que a imprensa portuguesa estava sempre muito focada nas questões portuguesas, especificamente portuguesas. Eu não tenho nada contra isso, mas penso que seria muito complicado para as pessoas, para os leitores, perceberem o que é que está em causa se só se fala de ‘Portugal defendeu isto e isto e isto’, sem perceber o quadro global”<sup>159</sup>. A antiga correspondente do Público explica que era “totalmente ao contrário” dos colegas, e que só “se houvesse um ângulo português” é que o acrescentava aos seus textos. “Se não houvesse, não falava de Portugal, pura e simplesmente”, remata.

Depois do pico noticioso, o tema não saiu da agenda mediática até à entrada em circulação, sobretudo numa perspetiva muito própria relacionada com a vida diária das pessoas: agora que a moeda única estava garantida, o que ia mudar no dia a dia de cada um? Eram comuns as reportagens sobre o comércio, os preços dos produtos de consumo diário ou o processo de conversão. A cobertura prolongar-se-ia até à entrada em circulação das notas e moedas de Euro, em janeiro de 2002, com reportagens sobre a forma como a Europa se preparava para uma enorme operação de mudança de moeda e outro tipo de conteúdos. É ainda de sublinhar o considerável número de guias e suplementos sobre a moeda única que os jornais publicaram durante aquele período.

Uma primeira análise de alguns recortes de jornal da época cruzada com alguns testemunhos dos protagonistas permite uma conclusão óbvia: a cobertura do processo de adoção da moeda única foi mais intensa e abrangente do que a das negociações para a

---

<sup>157</sup> «Portugal fundador do euro», *PÚBLICO*, 1 de Maio de 1998.

<sup>158</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito pelo autor. Respostas recebidas por correio eletrónico a 9 de março de 2018.

<sup>159</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

adesão à CEE. Ao contrário da década de 80, nos anos 90 ter um correspondente em Bruxelas já era a norma para a maioria dos meios de grande dimensão, e os assuntos europeus mereciam destaque frequente na imprensa, por terem grande leitura. À semelhança do que foi feito no primeiro capítulo, segue-se uma análise mais detalhada da cobertura jornalística deste período e das relações entre a esfera mediática e a esfera política, à luz dos mesmos três fatores: a especialização, profissionalização e recursos dos media, as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e a opinião pública portuguesa face à UE.

### **1. Especialização, profissionalização e recursos dos *media***

Como já descrevemos no capítulo anterior, os jornalistas que cobriram as negociações e a adesão de Portugal à CEE tiveram sérias dificuldades em levar a cabo tal função devido à sua quase inexistente preparação para acompanhar os temas europeus. Mais de uma década depois, na altura da discussão da adesão à moeda única, apesar de se ter registado alguma evolução no sentido do aprofundamento dos conhecimentos e da especialização da classe jornalística no que toca às questões europeias, o cenário não era tão positivo como o “euro-entusiasmo” registado no pós-adesão poderia fazer crer, como explicam vários protagonistas deste período ouvidos para este trabalho.

Paulo de Almeida Sande sublinha que durante a fase da adesão de Portugal à CEE “não havia jornalistas em Portugal preparados para os assuntos europeus”, mas que “na sequência da adesão, e sobretudo a partir do final dos anos 80 e princípio dos anos 90, houve uma grande procura das questões europeias por parte dos jornalistas”<sup>160</sup>. Porém, esse entusiasmo com os assuntos europeus esmoreceu rapidamente. “O que aconteceu foi que muitos dos jornalistas que se iam formando, que surgiam com essa competência, acabaram por perder isso porque os editores os mandavam fazer outras coisas, e o foco perdeu-se, uma vez que não havia [assuntos relacionados com a] Europa todos os dias”<sup>161</sup>, recorda o antigo responsável pelo setor português de informação do Parlamento Europeu, que, já como líder do gabinete do PE em Portugal, viria a implementar projetos de formação de jornalistas em assuntos europeus.

---

<sup>160</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>161</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

Ao mesmo tempo, e como já vimos anteriormente, a década de 90 ficou também marcada pelo aparecimento dos jornais económicos, o que fez com que o jornalismo sobre assuntos europeus se tornasse ainda mais um nicho de especialização, uma vez que aquelas questões continuavam a ser tratadas essencialmente pelas editoriais de economia. “Houve um conjunto de gente, não muito grande, que se tinha interessado pelos assuntos europeus, e que se manteve, mas foi um núcleo. Não houve um alastrar dessa competência a todos os jornais. Depois, o surgimento dos jornais económicos tornou as questões europeias ainda mais especializadas. Portanto, acabou por haver alguns jornalistas que se viraram para as questões europeias a partir de uma perspetiva económica, nomeadamente pelas questões da União Monetária”, resume Paulo de Almeida Sande<sup>162</sup>.

A história de Eva Gaspar é paradigmática nesse sentido. Quando terminou o curso de Economia, que incluiu uma passagem por Gent, Bélgica, em Erasmus, não entusiasmada com a opção de trabalhar na banca, optou pelo jornalismo. No início da década de 90, o Diário Económico era o único jornal diário especializado em economia. Foi lá, apresentou-se e ficou durante cinco meses. Depois, teve a oportunidade de ir para Bruxelas trabalhar para um projeto gerido pela Universidade do Porto que passava por servir de ponte entre projetos europeus e a academia portuguesa. Naquela altura, o Diário Económico e o Semanário Económico tinham como correspondente em Bruxelas Fernando Paula Brito, que também trabalhava para a Rádio Renascença. Com o aparecimento da TVI em 1993, o jornalista foi contratado também para a estação televisiva, acabando por deixar o jornal de economia. A casualidade levou a que o Diário Económico acabasse por desafiar Eva Gaspar a trabalhar em Bruxelas como correspondente. “Fui para lá e comecei a fazer jornalismo com zero, ou quase zero, preparação para os assuntos europeus”<sup>163</sup>, comenta a ex-jornalista, assinalando, porém, que levava uma vantagem: a de conhecer a fundo os conceitos de economia, essenciais para a compreensão do assunto que dominava a agenda naquela altura (a união monetária), devido à formação de base em economia.

Mas mesmo nos cursos de economia — na altura ainda um dos mais frequentes entre os jornalistas — a sensibilização para os assuntos europeus era pouca ou nenhuma. “Na faculdade, a União Europeia era uma coisa ainda tão recente que nem sequer era

---

<sup>162</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>163</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

leccionada”<sup>164</sup>, recorda Eva Gaspar, assumindo que todos os conhecimentos que adquiriu sobre a União Europeia lhe foram transmitidos pelos jornalistas que já se encontravam em Bruxelas havia mais tempo. Contudo, também esses jornalistas aprenderam “por tentativa e erro”, sublinha a ex-jornalista — ao contrário dos jornalistas de outros Estados-membros. “Por exemplo, os alemães tinham gente muitíssimo preparada. Já o caso dos espanhóis era mais heterogéneo, porque eles são um mundo. Tudo o que é jornal e televisão regional tem lá correspondente, e há entre eles muito bons jornalistas”<sup>165</sup>, exemplifica. No final de contas, Eva Gaspar assume que, apesar de os correspondentes portugueses terem feito “o melhor trabalho possível”, olhando em retrospectiva “os leitores portugueses não ficaram necessariamente muito bem servidos” com a cobertura. Não é que houvesse dificuldade em aceder à informação sobre o que se passava em Bruxelas na preparação da moeda única. Faltou, isso sim, “uma análise mais contextualizada e aprofundada”<sup>166</sup> dos acontecimentos, que se explica pela ainda residual falta de preparação dos jornalistas para a cobertura daqueles assuntos.

Fernando Paula Brito, o jornalista que trocou o Diário e o Semanário Económico pela TVI abrindo a porta à ida de Eva Gaspar para Bruxelas, lembra um cenário idêntico, mas de um ponto de vista mais otimista. “Os *media* deram muita informação sobre as decisões que afetavam os portugueses. A falta de meios humanos levava a que tratássemos mais as notícias de atualidade e menos a pesquisa de outros assuntos mais intemporais”<sup>167</sup>, conta o jornalista, hoje correspondente da Agência Lusa em Madrid. Sobre o nível de preparação dos jornalistas para cobrir assuntos europeus, Fernando Paula Brito prefere enfatizar a assinalável evolução entre as realidades das décadas de 80 e de 90. “Acho que em termos gerais estávamos todos bem preparados. Os de Bruxelas seguiam diariamente a vida comunitária e nas redações em Portugal havia jornalistas especializados em temas europeus”<sup>168</sup> — figura que não existia na década anterior —, sublinha.

O ex-correspondente da TVI e Renascença destaca uma outra diferença entre os jornalistas portugueses e os de outros Estados-membros, além dos diferentes níveis de conhecimento apontados por Eva Gaspar: “A remuneração da maior parte dos

---

<sup>164</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>165</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>166</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>167</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

<sup>168</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

correspondentes portugueses era reduzida em comparação com os colegas de outros países, o que dificultava a vida no dia a dia”<sup>169</sup>. Os correspondentes nacionais em Bruxelas acabaram por formar uma comunidade com dinâmicas próprias. “A maior parte [dos jornalistas portugueses] encontrava-se diariamente no *briefing* das 12h na Comissão Europeia. Partilhávamos muita informação, sobretudo sobre a agenda e a cobertura para os próximos dias. Claro que depois cada um fazia o seu trabalho e tinha as suas prioridades próprias, mas o ambiente era bom, em termos gerais. Era normal partilharmos o transporte nas idas ao Luxemburgo (três meses por ano, todas as reuniões ministeriais da UE) ou a Estrasburgo (sessão plenária mensal do Parlamento Europeu, três ou quatro dias)”<sup>170</sup>, descreve o jornalista.

Isabel Arriaga e Cunha, que foi correspondente do Público em Bruxelas durante 24 anos, lembra um cenário diferente na relação entre os jornalistas portugueses. “Havia dois grupos, dentro de cada um dos dois grupos eram muito amigos uns dos outros, mas os dois grupos não se davam”<sup>171</sup>, recorda a ex-jornalista. O que dividia os dois grupos era a abordagem preferida aos temas. Havia, segundo Isabel Arriaga e Cunha, “os que faziam a cobertura séria e aprofundada e os que faziam a versão portuguesa”. E o que significava fazer a versão portuguesa? A ex-jornalista esclarece que muitas vezes “nem sequer era a versão portuguesa” do que se passava em Bruxelas. “Podia haver um debate super importante, ou uma reunião, onde havia um ministro português. Mas se tivesse acontecido uma polémica qualquer em Portugal, esse jornalista só perguntava pela polémica. E faziam títulos sobre isso, porque era o que vendia cá [em Portugal]. Eu ficava frustradíssima, porque queria perguntar como foi a reunião, quem defendeu o quê, e era complicado. As conferências de imprensa eram sempre capturadas pelas questões nacionais”<sup>172</sup>, lembra Isabel Arriaga e Cunha, salientando que esta é uma prática que ainda hoje se verifica na cobertura dos assuntos europeus.

Talvez essa realidade se deva à falta de preparação dos jornalistas que a ex-jornalista também aponta. “Ninguém estava preparado, nem eu estava. Aprendi a fazer. Aprendi a trabalhar nas coisas, a estudá-las. A ler dossiês, relatórios, atas de reuniões. O debate era muito técnico. Por exemplo, a questão de saber se o limite para o défice era 3% do PIB foi uma discussão imensa. Porquê 3% e não 2% ou 5%?”, recorda Isabel

---

<sup>169</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>170</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

<sup>171</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>172</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.



Arriaga e Cunha, sublinhando que “ninguém estava muito preparado para isso, porque não é todos os dias que se faz uma moeda única entre países tão díspares”. A ex-jornalista reconhece, porém, uma evolução entre o período das negociações para a adesão (em que os jornalistas iam “ouvir as conferências de imprensa e escrever as versões oficiais”) e o período da preparação do Euro. “Passou a haver mais lata para andar a chatear as pessoas, os diplomatas, os governantes, os deputados europeus, e fazer perguntas”, sublinha<sup>173</sup>.

Em suma, os testemunhos recolhidos permitem concluir que durante a década de 90 os jornalistas portugueses continuavam pouco capacitados para o acompanhamento dos assuntos europeus, apesar de serem assinaláveis evoluções significativas relativamente ao período entre as décadas de 70 e 80, nomeadamente ao nível da capacidade de interpelação dos principais atores envolvidos no processo de decisão política e no acompanhamento da participação portuguesa no projeto europeu. Faltava ainda, como recordam os vários protagonistas, uma capacidade de análise mais aprofundada sobre a realidade europeia como um todo. Os testemunhos corroboram também a tese de que o aparecimento dos jornais económicos contribuiu para estimular o jornalismo sobre a União Europeia. De seguida, à semelhança do que foi feito no primeiro capítulo, voltamo-nos para a esfera política para tentar perceber qual era, neste período, a sua permeabilidade ao escrutínio jornalístico.

## **2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política**

No que toca à disponibilidade da esfera política para fornecer informações aos jornalistas e para se submeter a perguntas e dar respostas à comunicação social, os protagonistas ouvidos para este trabalho são unânimes: as entidades portuguesas estavam a anos-luz das entidades europeias. Eva Gaspar diz que “quase nunca”<sup>174</sup> teve fontes portuguesas; Isabel Arriaga e Cunha vai mais longe e diz que nem tentou cultivar fontes portuguesas. Eram as consequências daquilo que Fernando Paula Brito descreve como o “habitual ‘secretismo’ português”<sup>175</sup>.

A antiga correspondente do *Diário Económico* em Bruxelas lembra que da parte das instituições portuguesas — nomeadamente, a Representação Permanente de Portugal

---

<sup>173</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>174</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>175</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

junto da União Europeia, os eurodeputados portugueses e os ministros que se deslocavam a Bruxelas — havia uma “política de fechamento” que impedia os jornalistas de ter acesso a muita informação importante para o desenvolvimento do processo, obrigando-os a recorrer a via alternativas. Em Portugal, as prioridades eram outras. “Lembro-me perfeitamente dos assessores portugueses, nas conferências de imprensa, preocupados com a colocação da bandeira atrás de quem ia falar, para ver se estava bem centrada. A preocupação era visual, mas a disponibilidade para falar com os jornalistas, para nos antecipar coisas, era zero. Pelo menos comigo”, conta a ex-jornalista. A forma de contornar este fechamento e obter informações sobre quais as posições defendidas por Portugal nas reuniões comunitárias era recorrer a outras delegações. Por exemplo, a espanhola, como testemunha Eva Gaspar: “Cheguei a estar muito mais bem informada sobre a posição portuguesa, ou sobre as dificuldades no percurso para o Euro, porque era convidada, por relações pessoais de proximidade com colegas do El País, para jantares, por exemplo, com o embaixador, que convidava vários jornalistas e várias pessoas que faziam parte da estrutura espanhola. Não é que ficasse esclarecida da posição portuguesa a partir daí, mas tinha ecos que de outra forma não teria”<sup>176</sup>.

Na origem desta desconfiança por parte da estrutura portuguesa, garante a jornalista, estava a ideia de que “os jornalistas só iam atrapalhar”. Mas o paradigma mudou em 1995, ano em que António Guterres sucedeu a Aníbal Cavaco Silva como primeiro-ministro de Portugal. “Foi uma grande lufada de ar fresco, foi o primeiro chefe de Governo que, nas cimeiras, se passou a encontrar connosco depois do jantar. Íamos ter ao hotel dele, ele descia, tomávamos qualquer coisa e ele falava abertamente, e respondia a perguntas”, lembra Eva Gaspar<sup>177</sup>.

Por oposição, as fontes europeias “eram de fácil acesso e davam muita informação”, descreve Fernando Paula Brito. “A grande diferença era que a fonte europeia era aberta, transparente e dava informação a todos de forma idêntica, enquanto a portuguesa era fechada e favorecia os jornalistas em quem ‘confiava’”, detalha o jornalista, sublinhando que os correspondentes em Bruxelas acabaram por ser mais eficazes no cumprimento do escrutínio do que os jornalistas que fizeram a cobertura a

---

<sup>176</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>177</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

partir de Portugal, “porque a informação de fontes europeias era mais completa do que a portuguesa”<sup>178</sup>.

Isabel Arriaga e Cunha teve uma experiência semelhante com as fontes e considera que “as pessoas em Portugal não percebem a imprensa”, recordando mesmo “algumas discussões sérias com alguns governantes, por escrever coisas que supostamente eram contra o interesse nacional, ou eram anti-patrióticas”. A ex-correspondente do Público conta também como recorreu aos espanhóis, que “tinham um acesso à informação incrível”, para obter informações sobre as posições portuguesas. “Os outros países eram espertos, tinham mensagens para veicular”, defende a ex-jornalista, reconhecendo, porém, que parte da culpa para o fechamento das fontes portuguesas recai sobre os próprios jornalistas. “Muitas pessoas tiveram muito más experiências com a imprensa em Portugal, e eu percebo, porque assisti a coisas, às vezes em conferências de imprensa onde estive, e o que saía escrito era uma coisa ao lado”, descreve a ex-correspondente<sup>179</sup>. Por isso, as suas fontes eram sobretudo noutros países, na Comissão Europeia e no BCE — nenhuma entre os portugueses.

De particular relevância para esta secção é o testemunho de Paulo de Almeida Sande, que logo em 1986, após a entrada de Portugal na CEE, se mudou para Lisboa para trabalhar no setor português de informação do Parlamento Europeu — e que depois passou toda a década de 90 como administrador do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, sendo responsável por fazer a ponte com os jornalistas portugueses. “Nós discutíamos permanentemente como é que havíamos de melhorar a nossa relação com os jornalistas”, recorda, sublinhando que no que dizia respeito às instituições europeias, o paradigma sempre foi o de ter “uma política de comunicação bastante aberta, como mostra, por exemplo, o briefing diário da Comissão Europeia ao meio-dia”. Mas, reconhece Paulo de Almeida Sande, a delegação portuguesa não era ainda tão eficaz. “Todos foram aprender para lá, e também os políticos. O António Figueira, que foi o primeiro porta-voz português da Comissão, ligado ao comissário português, não tinha experiência nenhuma nessa realidade”, exemplifica, preferindo não falar da falta de vontade ou de compreensão nem da política de fechamento identificada pelos jornalistas. “A grande preocupação do Parlamento, da Comissão e dos Estados-membros era comunicar, e para isso precisavam dos interlocutores. Onde é que estavam esses

---

<sup>178</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

<sup>179</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

interlocutores? Nas salas de imprensa. Quer da Comissão, quer do Parlamento. A da Comissão, em Bruxelas, é a segunda maior sala de imprensa do mundo, a seguir a Washington”, recorda Paulo de Almeida Sande, assegurando que da parte das instituições europeias a abertura era total. Da parte do Governo português, a comunicação dependia de quem ocupava o lugar de secretário de Estado dos Assuntos Europeus. “Quando o secretário de Estado comunicava bem, a comunicação sobre os assuntos europeus era boa”, destaca<sup>180</sup>.

Apesar de a perspetiva dos jornalistas ser unânime (e em linha com a dos jornalistas da década anterior) relativamente à falta de capacidade comunicativa e de vontade de se submeterem ao escrutínio mediático demonstrada pelas entidades portuguesas em todo este processo, não se pode dizer que não tivesse havido algum esforço de capacitação das instituições nesse sentido e uma evolução face ao período estudado no capítulo anterior. Um bom exemplo foi o projeto de formação de jornalistas iniciado por Paulo de Almeida Sande no gabinete português do Parlamento Europeu, durante cerca de uma década, a partir da entrada em circulação do Euro. Todos os anos, cerca de 30 jovens recém-formados em jornalismo eram convidados a frequentar um curso pós-laboral promovido pelo Parlamento Europeu em parceria com o Cenjor — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. “Fazíamos um sobrevoo das questões europeias, bastante completo. O funcionamento da União Europeia, institucional e político, o Euro, as políticas europeias. Eles tinham notas e no final os melhores eram convidados para um estágio no Público. No final do ano iam a Bruxelas, tinham uma formação em técnicas de jornalismo com o Cenjor e produziam uma publicação anual”, descreve Paulo de Almeida Sande, recordando que “as pessoas que faziam esta formação desenvolviam outras competências e muitos começavam a escrever sobre isto”<sup>181</sup>. Este curso é um bom exemplo de como também as representações em Portugal das instituições europeias começaram a trabalhar cada vez mais eficazmente as suas estratégias comunicativas. “Para nós era muito importante, porque era gente que tinha criado relação com o Parlamento Europeu, que tinha sensibilidade, que falava connosco quando fosse preciso”, conclui<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>181</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>182</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

Em suma, pode concluir-se pelo cruzamento destes testemunhos que a prática já identificada na década anterior se manteve: no que respeita aos assuntos europeus, as entidades portuguesas continuavam, durante a década de 90, a optar por uma política de fechamento da informação e a evitar o contacto direto com os jornalistas. Isto era especialmente notório aos olhos dos correspondentes portugueses em Bruxelas, que tinham da parte das instituições europeias um comportamento completamente oposto, de abertura e de transparência, levando-os na maioria das vezes a optar por nem tentar recorrer a fontes portuguesas. Apesar de a comunicação das instituições portuguesas (quer as que se encontravam em Lisboa quer as que representavam Portugal em Bruxelas) ser sobretudo marcada por um certo virar de costas aos jornalistas — evitando o escrutínio — há que, em abono da verdade, reconhecer duas realidades: por um lado, ao longo da década de 90, especialmente com a eleição de António Guterres como primeiro-ministro, as políticas de comunicação evoluíram no sentido de uma maior abertura à imprensa; por outro lado, começou a haver, da parte das representações portuguesas das instituições europeias, uma tentativa de aproximação e reconciliação com os jornalistas, como mostra o projeto de formação de jornalistas levado a cabo por Paulo de Almeida Sande e pelo gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, após a entrada do país no Euro. De seguida, olha-se para a opinião pública sobre a adesão ao Euro durante a década de 90, para perceber de que forma é que a cobertura jornalística do processo procurou dar resposta às principais necessidades informativas, dúvidas e anseios da população portuguesa.

### **3. A opinião pública portuguesa face à UE**

No capítulo anterior, alguns dos protagonistas associavam o unanimismo generalizado na opinião pública — praticamente todos os setores da sociedade portuguesa defendiam a adesão à CEE — a uma certa passividade dos media na cobertura e no escrutínio jornalístico do poder político. Já que a opinião pública tinha poucas dúvidas sobre que lado apoiar, e a própria imprensa tomava também partido a favor da adesão, então o trabalho jornalístico de escutinar o processo acabaria por ficar para segundo plano. No caso da discussão da adesão à moeda única, durante a década de 90, o cenário foi ligeiramente diferente. “O debate foi menos consensual. A maior parte dos economistas eram a favor, a opinião pública estava, de modo geral, a favor da entrada no Euro. Mas a discussão era mais se nós éramos capazes ou não, se Portugal tinha condições, se íamos atingir os critérios. Houve discussão, mas não tão acesa como há hoje

contra a pertença ao Euro”, recorda Paulo de Almeida Sande, sublinhando que transbordava para os jornais “algum ceticismo, muitas vezes alimentado por notícias de fora, da Alemanha, por exemplo”. Ou seja, a opinião pública era maioritariamente favorável à adesão ao Euro, mas nem todos acreditavam que tudo correria bem nesse caminho, o que espoletou um debate mais aceso. Outra diferença assinalável face à década anterior era a quantidade de informação que o público tinha sobre os assuntos europeus, substancialmente maior. “Havia mais informação e mais conhecimento. Continuava a não ser muito aprofundado, mas havia um maior conhecimento daquela realidade. A questão do Euro interessava toda a gente”, destaca Paulo de Almeida Sande<sup>183</sup>. Também o jornalista Fernando Paula Brito, que na década de 90 foi correspondente da TVI em Bruxelas, recorda que “a opinião pública era muito favorável [à adesão ao Euro], principalmente porque chegavam a Portugal milhões de euros diariamente, tendo-se o país desenvolvido muito durante essa época”<sup>184</sup>.

Talvez pelo facto de o debate ter sido menos consensual nesta época, ou por já se registarem melhorias significativas nos métodos e técnicas de realizar sondagens de opinião, ou por uma conjugação dos dois motivos, a verdade é que basta uma pesquisa relativamente superficial pelas datas mais relevantes do processo de adesão ao Euro no arquivo dos jornais da década de 90 para encontrar uma mão cheia de sondagens publicadas em diferentes títulos — e todas com resultados bem diferentes. Uma coisa é certa: a imprensa estava atenta ao debate na opinião pública.

Façamos, então, uma breve revisão daquilo que era a opinião pública relativamente à moeda única durante a década de 90. Em 16 de maio de 1992, três meses depois da assinatura do Tratado de Maastricht (que lançou as bases para a criação da moeda única), o semanário *Expresso* publicava, na primeira página, os resultados de uma sondagem realizada pela Euroexpansão, com o título: “60% concordam com Tratado de Maastricht... mas 74% querem referendo”<sup>185</sup>. O tema surgia a propósito de um pedido do CDS para que a ratificação do tratado em Portugal fosse sujeita a um referendo, mas que PSD e PS rejeitaram. Na sondagem, apenas 15% se manifestaram contra a ratificação do documento, sendo que 25% disseram não ter opinião. A maioria, 60%, disse concordar com o documento. Além disso, é de sublinhar como uma maioria ainda mais significativa

---

<sup>183</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>184</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

<sup>185</sup> «60% concordam com Tratado de Maastricht... mas 74% querem referendo», *Expresso*, 16 de Maio de 1992.

— 74% — defendia a realização de um referendo, ou seja, defendia a importância do envolvimento da opinião pública no processo. O desconhecimento, esse apesar de ser mais reduzido no que na década anterior, ainda era significativo. Se no período que antecedeu a adesão à CEE a percentagem de pessoas que diziam não saber o que era a Comunidade Económica Europeia ultrapassava os 90% em algumas regiões do país, em 1992 53% dos inquiridos nesta sondagem afirmavam desconhecer o Tratado de Maastricht — aos que afirmavam não conhecer o documento, os entrevistadores responsáveis pelo estudo explicaram o que estava em jogo antes de avançarem para as questões. Ou seja, o desconhecimento das questões europeias era inferior ao registado na década de 80 mas ainda muito assinalável. Ao mesmo tempo, a opinião era maioritariamente favorável ao tratado.

Um mês e meio depois, a 27 de junho de 1992, o *Expresso* publicava uma nova sondagem com as respostas às mesmas perguntas<sup>186</sup>. O não da Dinamarca, em referendo, havia colocado a questão em debate no país, e o tema estava “quase diariamente em foco nos principais órgãos de comunicação social e nos discursos partidários”, como se lia no texto que acompanhava os resultados daquela nova sondagem. A mediatização intensa do assunto, considerava o jornal, contribuiu para a única evolução significativa registada entre as duas sondagens: ao contrário do que se assinalava no mês anterior, em junho de 1992 já quase dois terços dos portugueses — 63% — afirmavam saber o que era o Tratado de Maastricht. De resto, os valores mantiveram-se semelhantes. 72% continuavam a querer um referendo e 61% afirmaram que votariam a favor da ratificação do documento.

Mais tarde, em 1998, a possibilidade de criação de uma moeda única já tinha dado lugar à ideia concreta do Euro. Portugal já tinha cumprido os critérios de convergência e estava no pelotão da frente, no grupo dos membros da UE que tinham a possibilidade de ser os primeiros a adotar a moeda única. Em 28 de fevereiro desse ano, o *Expresso* publicou uma grande sondagem sobre uma série de assuntos relevantes para a sociedade portuguesa<sup>187</sup> — e havia duas perguntas sobre assuntos relacionados com a União Europeia. Na primeira, os entrevistados eram questionados sobre se concordavam com “a participação de Portugal no processo de integração e aprofundamento da União Europeia”. Aí, as respostas positivas foram esmagadoras: 88% dos inquiridos mostrava-se a favor da participação portuguesa na UE. Já na segunda pergunta, sobre a substituição

---

<sup>186</sup> «72% dos portugueses ainda querem o referendo», *Expresso*, 27 de Junho de 1992.

<sup>187</sup> «“Sim” à lei do aborto e “Não” à regionalização», *Expresso*, 28 de Fevereiro de 1998.

do Escudo pela moeda única, o Euro, as respostas foram menos expressivas. 62% disse concordar com a adoção da moeda única, e 25% afirmou discordar, o que levou o jornal a colocar o título “reticências à moeda única” na caixa em que apresentava os gráficos relativos a estas duas perguntas.

Mais tarde, no mesmo ano, a 1 de maio, uma nova sondagem revelava uma inversão daqueles números. “Portugueses preferem o escudo”<sup>188</sup>, lia-se no Expresso, que publicava uma sondagem sobre a perceção dos portugueses relativamente à adoção da moeda única. À questão “preferia continuar com escudos em vez de passar a ter euro?”, 54,6% responderam que sim e 34,2% que não. Houve também mais pessoas a considerar que Portugal iria perder independência económica do que o oposto (49,2% contra 36,6%); adicionalmente, a grande maioria afirmou que Alemanha e França seriam os países a ganhar mais com o Euro, sendo mais beneficiados do que Portugal. Um dado muito significativo a reter desta sondagem é o nível de desinformação sobre a moeda única. Questionados sobre se se sentiam informados sobre o euro, 79,5% dos inquiridos afirmaram que não, ao passo que apenas 20,5% disseram que sim.

Na mesma linha veio uma sondagem da Universidade Católica publicada dois dias depois, a 3 de maio de 1998, pelo jornal Público. O título do texto, “Eurodesconhecimento”<sup>189</sup>, não deixava grandes margens para dúvidas. A primeira pergunta, “sabe o que é o euro?”, revelava que o desconhecimento era ainda assinalável. A maioria (73%) respondeu que sim, mas mais de um quarto (27%) ainda afirmava não saber. Questionados também sobre quando é que o Euro entraria em circulação no dia-a-dia, as respostas dos inquiridos dispersaram-se entre 1999 (16,9%), 2000 (14,7%) e 2002 (25,5%), com a maioria (39,1%) a reconhecer que não sabia. Nas restantes perguntas, relativas às mudanças que se iriam verificar depois da introdução do Euro, as respostas também não indicavam tendências claras. Apenas uma coisa parecia clara: a resposta “não sabe/não responde” ganhava consistentemente nas várias questões. Apesar de tudo, uma sondagem da Universidade Católica publicada no jornal Público em janeiro de 2002<sup>190</sup>, depois da entrada em circulação da moeda única, revelava que a maioria dos portugueses

---

<sup>188</sup> «Portugueses preferem o escudo», *Expresso*, 1 de Maio de 1998.

<sup>189</sup> J. R. Almeida, «Eurodesconhecimento», *PÚBLICO*, 3 de Maio de 1998.

<sup>190</sup> «Portugueses consideram fácil a adaptação ao euro», *PÚBLICO*, 13 de Janeiro de 2002, <https://www.publico.pt/2002/01/13/economia/noticia/portugueses-consideram-facil-a-adaptacao-ao-euro-58497>.



já estava a efetuar transações em euros e que 47% dos que já usavam a moeda consideravam a adaptação fácil.

Além das sondagens publicadas na imprensa, podemos olhar também para os estudos da própria Comissão Europeia sobre a preparação para a introdução do Euro. Num estudo qualitativo sobre o Euro publicado em julho de 1999, a Comissão Europeia tentava perceber qual a perceção sobre a nova moeda nos grupos de cidadãos mais vulneráveis — os idosos e os mais pobres — e concluía: “As atitudes são genericamente favoráveis ao projeto do euro como fator de fortalecimento da Europa contra a concorrência mundial (principalmente os Estados Unidos), no desenvolvimento económico da Europa (um fator positivo a priori para Portugal) e também na união dos países europeus fora do campo económico”<sup>191</sup>. Além disso, “o ponto de vista português é que a pertença à moeda única é também simbólica do facto de que o país alcançou os países europeus mais desenvolvidos”, lia-se no mesmo estudo. Apesar disso, havia “pouco entendimento” sobre o Euro, as confusões eram “frequentes” e havia “medos de que as pessoas não se conseguissem adaptar”, rematava o documento. Também o Eurobarómetro de março de 2000, dedicado às perceções sobre a introdução do Euro, refletia o deficiente nível de informação sobre a moeda única em Portugal<sup>192</sup>. Numa escala de zero (nada informado) a 100 (muito bem informado), a média dos 11 países que compunham o grupo que arrancaria com o Euro era de 49, na média. Mas Portugal era o país onde os cidadãos se sentiam menos informados, com um valor de 34 (não muito bem informado).

No fim de contas, uma coisa parece certa: o debate público foi muito mais animado durante o processo de adoção do Euro do que durante as negociações para a adesão à CEE. Enquanto o período que antecedeu a adesão à CEE ficou marcado por um unanimismo generalizado, com a opinião pública pouco informada mas maioritariamente a favor da integração, na década de 90 permaneceu o desconhecimento — agora sobre o Euro (apesar de ter diminuído o desconhecimento sobre a integração europeia no geral, como seria de esperar) — mas acabou o unanimismo: as opiniões dividiam-se, não era

---

<sup>191</sup> Comissão Europeia, «Qualitative study on the euro and sensitive population segments of elderly and of socio-economically vulnerable people», Julho de 1999, 8, <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/surveyKy/1577>.

<sup>192</sup> EOS Gallup Europe, «Flash Eurobarometer 76. Euro introduction attitudes (step1)» (DG Educação e Cultura — Comissão Europeia, Março de 2000), 3, <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/FLASH/surveyKy/1221>.

consensual que entrar no Euro fosse a melhor opção para Portugal e essas divergências refletiam-se na imprensa, que durante este período ouviu a população com mais frequência do que anteriormente.

### *Síntese*

O jornalismo que se fez durante a década de 90 relativamente aos assuntos europeus foi diferente do que se fez na década anterior na mesma área. Ao contrário do que tinha acontecido durante as negociações para a adesão à CEE, a imprensa portuguesa não adotou uma posição de militância a favor ou contra e não fez campanha pela adoção do Euro. Houve mais análise, mais contraditório e mais perguntas feitas aos atores políticos, embora tivesse ficado ainda longe do ideal, como reconhecem os próprios protagonistas ouvidos para este trabalho. É isso que nos mostra a análise das mesmas três dimensões do modelo neste caso:

No que toca à primeira dimensão em análise, apesar de o nível de preparação dos jornalistas para tratar os assuntos europeus ter continuado relativamente baixo — o que se refletia na falta de explicações aprofundadas e de simplificações em muitos casos —, houve evoluções significativas em campos fundamentais, nomeadamente numa maior disponibilidade para confrontar os atores políticos com as questões necessárias, cumprindo assim o seu papel de escrutinadores do poder político. Aumentaram também os recursos dos *media*. Foi esta a altura em que se normalizou o envio de correspondentes para Bruxelas e em que começou a consolidar-se uma comunidade de jornalistas nacionais em permanência no coração da Europa. O surgimento de novos meios de comunicação, como os jornais económicos ou as televisões privadas, contribuiu para o desenvolvimento da indústria. Já a aposta na profissionalização e na formação da classe jornalística, embora não tenha tido efeitos imediatos, prometia o aparecimento de gerações cada vez mais bem preparadas nos anos seguintes.

Relativamente às práticas da esfera política, continuava a verificar-se neste período uma grande indisponibilidade das instituições portuguesas (em Lisboa e em Bruxelas) para se submeterem ao escrutínio mediático do seu trabalho. Ainda assim, também neste campo se verificaram evoluções positivas, aquando da chegada de António Guterres a São Bento. Guterres, como percebemos pelos testemunhos ouvidos, abriu

canais de comunicação com a imprensa, privilegiando uma relação de maior transparência à semelhança daquela que os jornalistas já conheciam das instituições comunitárias.

A tudo isto juntava-se uma opinião pública mais informada sobre as questões europeias (mas consciente da falta de informação sobre a moeda única) e, ao mesmo tempo, menos unânime, mais dividida e que pensava mais sobre os assuntos, que exigiu aos *media* que fizessem mais perguntas aos políticos, que obtivessem mais explicações e que apresentassem um trabalho de análise e contextualização mais completo.

A conjugação destas realidades permite-nos concluir que, nesta década, os *media* portugueses desempenharam um papel mais ativo no processo democrático. Com a missão de servir um público mais exigente, fizeram mais perguntas, confrontaram a esfera do poder e apresentaram a melhor informação que conseguiram — mesmo com todas as dificuldades que enfrentavam, quer devido à sua ainda elevada impreparação para tratar os temas de forma aprofundada, quer devido à ainda grande indisponibilidade da esfera política para responder a perguntas.

### III. A crise e os anos da *troika* (2011-2014)

Neste terceiro capítulo, é estudada a cobertura mediática do último período em análise neste trabalho: a crise financeira que atingiu a Europa na última década e, em particular, os três anos de intervenção externa da Comissão Europeia, BCE e FMI (grupo que ficaria conhecido como *troika*) em Portugal. À semelhança do que foi feito nos dois primeiros capítulos, é apresentada uma breve contextualização histórica do período em análise. Aqui, porém, esta contextualização socorre-se sobretudo dos relatos da imprensa — “o primeiro rascunho da História”, nas palavras de Alan Barth imortalizadas na década de 60 por Philip Graham, editor do *The Washington Post*<sup>193</sup> —, por se tratar de um período recente e, sob algumas perspetivas, ainda em curso na História contemporânea. Discute-se também o estado da imprensa portuguesa nos últimos anos e o sentimento geral da cobertura jornalística da crise, antes de se analisar esta cobertura à luz dos três fatores relativos ao escrutínio mediático definidos para este trabalho e de se apresentarem conclusões parciais relativas a este período.

#### *Que crise é esta?*

O “euro-otimismo” que durante anos marcou a opinião pública e o sentimento político de cidadãos e decisores políticos europeus inverteu-se significativamente na última década devido à crise económica. Na verdade, é impossível analisar qualquer dimensão do projeto europeu nos últimos anos sem o fazer à luz da profunda crise financeira em que todo o mundo mergulhou a partir de 2008, com o colapso das instituições de crédito nos Estados Unidos. Por isso, este último capítulo, que se propõe entender o papel dos jornalistas portugueses no escrutínio dos processos políticos a nível europeu na atualidade, tem necessariamente de começar com um enquadramento histórico, mas também de âmbito mediático, do ambiente de crise que caracterizou e ainda caracteriza as relações entre os Estados-membros da UE.

A origem da crise remonta aos Estados Unidos da América e à política de crédito à habitação que, durante anos, os bancos norte-americanos seguiram, emprestando

---

<sup>193</sup> Jack Shafer, «On the Trail of the Question, Who First Said (or Wrote) That Journalism Is the “First Rough Draft of History”?», *Slate Magazine*, 31 de Agosto de 2010, <https://slate.com/news-and-politics/2010/08/on-the-trail-of-the-question-who-first-said-or-wrote-that-journalism-is-the-first-rough-draft-of-history.html>.

dinheiro mesmo a quem manifestamente não tinha condições para pagar as dívidas. O grande volume dessas dívidas estava distribuído por investidores de todo o mundo, sobretudo europeus, que compraram pacotes de dívida aos bancos norte-americanos convencidos de que estavam a fazer um bom negócio e de que todas aquelas dívidas eram de confiança — ou seja, que iriam ser pagas pelos devedores, com juros altos. Até porque as grandes agências de notação financeira, como a Standard & Poor's, a Fitch ou a Moody's, classificaram aqueles investimentos como sendo de baixo risco. Mas não eram. E a 15 de setembro de 2008, dia em que o banco norte-americano Lehman Brothers, um dos principais bancos de investimento dos EUA, declarou falência<sup>194</sup>, o pânico instalou-se nas economias de todo o mundo, sobretudo nas europeias. Logo em outubro de 2008, a crise foi o principal assunto em cima da mesa do Conselho Europeu, onde os dirigentes europeus defenderam “uma reforma profunda do sistema financeiro, nomeadamente o reforço da supervisão internacional, a criação de um sistema de alerta rápido mundial em caso de crise e a adoção de regras à escala mundial destinadas a assegurar a transparência e a responsabilização”, como explica a Comissão Europeia<sup>195</sup>.

Ora, deste lado do Atlântico, na União Europeia, a situação económica era uma bomba relógio à espera da detonação. A introdução do Euro, no início da década, tinha possibilitado a países como a Grécia ou Portugal, que antes tinham acesso a empréstimos limitados devido à pequena confiança dos investidores nas suas economias, o acesso a empréstimos bancários quase ilimitados. Afinal, estavam no mesmo sistema monetário que potências como a Alemanha e os credores acreditavam que se algo corresse mal com o pagamento da dívida, os alemães, vinculados pela mesma moeda, interviriam. E assim foi até à crise de 2008, que obrigou os empréstimos a parar. Na altura, a Grécia estava dependente de crédito para manter o seu sistema financeiro em funcionamento — para pagar salários e pensões e para pagar as dívidas que ia acumulando com mais empréstimos. Numa Europa em que as economias dos Estados-membros estão intimamente interligadas por créditos além-fronteiras, a crise num país alastrou rapidamente a todos os outros. A Grécia era o caso mais grave de sobre-endividamento,

---

<sup>194</sup> Tiago Freire, «2008: Lehman Brothers, o maior estouro da História», *Jornal de Negócios*, 30 de Maio de 2017, <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/2008-lehman-brothers-o-maior-estouro-da-historia>.

<sup>195</sup> «A História Da União Europeia - 2008 - EUROPA», União Europeia, 16 de Junho de 2016, [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/2000-2009/2008\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/2000-2009/2008_pt).

acumulando em 2009 uma dívida de 113% do seu PIB<sup>196</sup>. E não tinha como a pagar, nem como continuar a pagar salários e pensões, o que levou o país a entrar numa situação de caos social que marcou o início da crise do Euro — que em pouco tempo se espalhou por toda a área económica.

Os Estados-membros voltaram-se para a Alemanha, maior potência económica da UE, e, um por um, os países com maior nível de endividamento começaram a necessitar de ajuda externa. A Grécia foi o primeiro país a solicitar um pacote de ajuda financeira, seguida da Irlanda. Em abril de 2011, foi a vez de Portugal pedir ajuda financeira à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional<sup>197</sup>. A 10 de abril daquele ano, começaram a chegar a Lisboa os membros das equipas técnicas da *troika* — nome pelo qual ficou conhecido o grupo Comissão Europeia/BCE/FMI — para as primeiras reuniões de avaliação técnica, a primeira das quais concluiu que Portugal necessitaria de um resgate de cerca de 80 mil milhões de euros para regularizar as finanças nacionais<sup>198</sup>. O resgate viria a ser aprovado por unanimidade pelos ministros das Finanças da UE em 16 de maio de 2011 e, assim, começaram os três anos de presença da *troika* em Portugal. Ao nível das relações entre Lisboa e Bruxelas, não houve outro assunto a marcar a agenda até ao final do resgate, no verão de 2014.

O memorando de entendimento<sup>199</sup> assinado entre o governo português (na altura liderado pelo socialista José Sócrates) e a *troika* incluía, entre outras, medidas de austeridade como o aumento de impostos ou a introdução de novas parcerias público-privadas. Antes, já o Governo tinha implementado cortes salariais, congelamento de pensões e suspensão de subsídios. Aliás, o quarto programa de estabilidade e crescimento (o chamado PEC IV) proposto pelo governo de Sócrates havia sido chumbado no Parlamento em março de 2011, ainda antes do pedido de resgate. Na altura José Sócrates pediu a demissão, obrigando à realização de eleições antecipadas, pelo que o pedido de resgate, em abril, acabaria por ter de ser feito por um governo em funções. A 5 de junho

---

<sup>196</sup> «Timeline: The Unfolding Eurozone Crisis», *BBC*, 13 de Junho de 2012, sec. Business, <https://www.bbc.com/news/business-13856580>.

<sup>197</sup> Pedro Lourtie, «Portugal no contexto da crise do euro», *Relações Internacionais (R: I)*, n. 32 (Dezembro de 2011): 61.

<sup>198</sup> Nuno André Martins, «O resgate em datas», *Observador*, 17 de Maio de 2015, <https://observador.pt/especiais/o-resgate-em-datas/>.

<sup>199</sup> «Leia o memorando da troika, finalmente lançado em português», *Expresso*, 23 de Maio de 2011, <https://expresso.sapo.pt/arquivo/leia-o-memorando-da-troika-finalmente-lancado-em-portugues=f650474>.

de 2011, o PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, venceu as eleições legislativas, tomando posse daí a 3 semanas e ficando em funções até depois do final do resgate.

Os detalhes relativos ao desenrolar da crise financeira no espaço europeu e em Portugal terão de ser deixados para trabalhos de enfoque económico. Aqui, importa sobretudo ter em mente que foi este o quadro em que as relações entre Portugal e as instituições europeias se desenvolveram na última década — um quadro de crise profunda e de degradação das condições de vida dos povos dos países europeus com economias mais fracas. Este panorama — aliado a um discurso político de culpabilização de “Bruxelas” por parte dos políticos nacionais — ajudou a promover um crescimento do euroceticismo entre as populações, que culminou num aumento exponencial dos resultados dos partidos eurocéticos<sup>200</sup> nas eleições europeias de 2014<sup>201</sup>. E foi precisamente neste quadro de crise económica profunda e de insatisfação das populações com a União Europeia — muitas vezes refletida em protestos violentos em Portugal e noutros países europeus — que os jornalistas cobriram a mais recente fase do caminho de Portugal na União Europeia.

### *A imprensa portuguesa de hoje*

Ao longo da última década, os meios de comunicação foram não apenas testemunhas do clima de crise em que a sociedade portuguesa se viu mergulhada, mas também vítimas dessa mesma crise. Ao mesmo tempo que relatavam, com os desafios próprios dessa missão, o desenrolar de uma crise financeira que marcou profundamente Portugal e a União Europeia, os meios de comunicação tentavam sobreviver a essa crise. Por isso, qualquer análise da atuação dos meios de comunicação social no período da crise do Euro tem, necessariamente, de ser feita tendo em conta que os *media* também foram vítimas, e não apenas testemunhas.

Na verdade, a crise veio agravar um problema de sustentabilidade que a imprensa portuguesa — sobretudo a imprensa escrita — já atravessava. A década de 90 tinha testemunhado o encerramento de grandes títulos, como o Diário de Lisboa (1990), o Diário Popular (1991) ou O Jornal (1992). O início do milénio também já tinha assistido

---

<sup>200</sup> «Ascensão dos eurocéticos no Parlamento Europeu», *Euronews*, 26 de Maio de 2014, <https://pt.euronews.com/2014/05/26/ascensao-dos-euroceticos-no-parlamento-europeu>.

<sup>201</sup> «Resultados das Eleições Europeias de 2014», Parlamento Europeu, acedido em 8 de Janeiro de 2019, <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/election-results-2014.html>.

ao fecho de periódicos como o *Euronotícias* (2003), *A Capital* (2005), *O Comércio do Porto* (2005) ou *O Independente* (2006). Durante o período da crise, a imprensa portuguesa continuou a sofrer com a queda das audiências e, em março de 2016, seria a vez do *Diário Económico*<sup>202</sup>, o exemplo mais paradigmático de um meio de comunicação social a fechar portas devido à crise financeira. O jornal acabou com a edição em papel e manteve a edição digital e o canal de televisão, que se arrastaram até à falência definitiva da empresa em novembro do mesmo ano.

No que diz respeito à imprensa escrita, números da base de dados PORDATA, que reúne e sistematiza informações de diversas fontes oficiais, mostram uma consistente queda<sup>203</sup>, a partir de 2008, do número de edições periódicas editadas em Portugal, da tiragem total, da circulação e do número de exemplares vendidos em todo o território nacional. A título de exemplo, em 2006 editavam-se em Portugal 37.133 publicações periódicas. Em 2016, esse número havia decrescido para 23.035, numa trajetória de queda constante. Esta queda sentiu-se sobretudo nos jornais de grande circulação de âmbito nacional. Por exemplo, no final de 2013, em pleno período do resgate, as notícias não eram animadoras, com os resultados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação a concluírem que naquele ano “todos os diários e publicações semanais generalistas venderam menos do que no período homólogo”<sup>204</sup>.

A tendência de queda de vendas e de encerramento de títulos foi acompanhada por uma série de despedimentos coletivos nas empresas de comunicação social que marcaram o meio nos últimos anos. Em 2009, a decisão do grupo Controlinveste (dono do *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e TSF) de despedir 122 funcionários motivou um comunicado do conselho de redação do *Diário de Notícias*, descontente com o despedimento de 22 jornalistas daquele diário<sup>205</sup>. Em outubro de 2012, foi o jornal *Público* que avançou com um despedimento coletivo de 48 trabalhadores, incluindo 36

---

<sup>202</sup> Carolina Morais e Paula Freitas Ferreira, «“Diário Económico” encerra hoje a sua edição em papel», *Diário de Notícias*, 18 de Março de 2016, <https://www.dn.pt/media/interior/diario-economico-encerra-hoje-a-sua-edicao-em-papel-5083073.html>.

<sup>203</sup> «Jornais e outras publicações periódicas: edições, tiragem, circulação e exemplares vendidos», PORDATA, acedido em 8 de Janeiro de 2019, <https://www.pordata.pt/Portugal/Jornais+e+outras+publica%C3%A7%C3%B5es+peri%C3%B3dicas+edi%C3%A7%C3%B5es++tiragem++circula%C3%A7%C3%A3o+e+exemplares+vendidos-402-178788>.

<sup>204</sup> Adriano Nobre, «Vendas de jornais continuam em queda», *Expresso*, 30 de Dezembro de 2013, <https://expresso.sapo.pt/economia/vendas-de-jornais-continuam-em-queda=f848269>.

<sup>205</sup> «Conselho de redacção do DN lamenta despedimento colectivo», *PÚBLICO*, 15 de Janeiro de 2009, <https://www.publico.pt/2009/01/15/portugal/noticia/conselho-de-redacao-do-dn-lamenta-despedimento-colectivo-1356247>.



jornalistas e vários nomes históricos do jornal<sup>206</sup>. Em junho de 2014, o grupo Controlinveste anunciou um novo programa de despedimentos coletivos com o objetivo de despedir 160 funcionários, incluindo 65 jornalistas<sup>207</sup>. Já em novembro de 2015, o grupo angolano Newshold, que detinha o diário i e o semanário Sol, decidiu desistir do investimento nas publicações, o que levou ao despedimento de dois terços dos trabalhadores dos jornais, num dos processos de despedimento mais mediáticos da imprensa portuguesa dos últimos anos<sup>208</sup>.

A crise da imprensa na última década não pode também ser desligada do domínio dos media digitais sobre os meios tradicionais, sobretudo do surgimento das redes sociais e da transferência de grande parte das receitas publicitárias das empresas de comunicação tradicionais para as duas principais plataformas digitais: o Google e o Facebook. Neste campo, os números são difíceis de obter devido à relativa opacidade do mercado. Mas, segundo um artigo de março de 2017 do Jornal de Negócios<sup>209</sup>, as duas empresas ficaram, em 2016, com 60 a 75% do total das receitas publicitárias digitais geradas em Portugal. A tendência não se regista apenas em Portugal: no mesmo ano, o Google e o Facebook já ficavam com 53% das receitas publicitárias digitais no Reino Unido e com cerca de três quartos das receitas nos EUA<sup>210</sup>. Ou seja, todas as outras plataformas — incluindo todos os sites de informação e, no fundo, o resto da Internet — tiveram de dividir a pequena parte que sobrou. Isto explica-se pela capacidade diferenciadora daquelas plataformas, que conseguem com muito mais eficácia apresentar determinado anúncio ao público-alvo certo num grande número de páginas diferentes na Internet, algo que os sites de informação não têm capacidade para fazer.

---

<sup>206</sup> João Pedro Henriques, «Despedimento coletivo avança no jornal “Público”», *Diário de Notícias*, 10 de Outubro de 2012, <https://www.dn.pt/tv-e-media/media/ntv/interior/despeditamento-coletivo-avanca-no-jornal-publico-2819631.html>.

<sup>207</sup> Adriano Nobre e Pedro Santos Guerreiro, «“DN” é o mais afetado pelos despedimentos na Controlinveste, “O Jogo” é o menos», *Expresso*, 11 de Junho de 2014, <https://expresso.sapo.pt/economia/dn-e-o-mais-afetado-pelos-despedimentos-na-controlinveste-o-jogo-e-o-menos=f875147>.

<sup>208</sup> Freitas Ferreira, «Dois terços dos trabalhadores dos jornais “Sol” e “i” vão ser despedidos», *Diário de Notícias*, 30 de Novembro de 2015, <https://www.dn.pt/media/interior/jornais-i-e-sol-vao-fechar-4908784.html>.

<sup>209</sup> Sara Ribeiro, «Google e Facebook dominam publicidade online», *Jornal de Negócios*, 23 de Março de 2017, <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/tecnologias/detalhe/google-e-facebook-dominam-publicidade-online>.

<sup>210</sup> Jasper Jackson, «Google and Facebook to Take 71% of UK Online Ad Revenue by 2020», *The Guardian*, 15 de Dezembro de 2016, sec. Media, <https://www.theguardian.com/media/2016/dec/15/google-facebook-uk-online-ad-revenue>.

Há, por fim, um último fator que caracteriza a imprensa portuguesa na última década: a transferência para o digital. Não só os jornais, as rádios e as televisões começaram a apostar cada vez mais na publicação de conteúdos jornalísticos na Internet, como também surgiram projetos jornalísticos de âmbito generalista e nacional exclusivamente digitais. Exemplos maiores dessa tendência são o Observador, surgido em maio de 2014, e o Eco - Economia Online, publicado pela primeira vez em outubro de 2016. Todos estes fatores foram determinantes para a forma como a imprensa portuguesa cobriu os assuntos europeus durante a última década, marcada por uma crise que os *media* tiveram de relatar ao mesmo tempo que lhe tentavam sobreviver.

À semelhança do que foi feito nos capítulos I e II, após traçar o contexto histórico e o contexto dos *media* do período em análise, pretende-se agora olhar de forma mais aprofundada para a cobertura jornalística da crise do Euro na imprensa portuguesa, de forma a entender como os jornalistas cumpriram o seu papel de escrutinadores do poder político e se relacionaram com a esfera política nesta fase. Também neste capítulo a principal fonte de informação serão os testemunhos diretos de quem trabalhou ativamente neste trabalho de cobertura. Recorre-se, neste capítulo, a alguns testemunhos já auscultados no capítulo anterior, uma vez que se trata de protagonistas que mantiveram a sua atividade profissional até recentemente, a saber: Isabel Arriaga e Cunha, correspondente do jornal Público em Bruxelas entre 1990 e 2014; Paulo de Almeida Sande, que entre 2004 e 2012 foi diretor do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal; Fernando Paula Brito, chefe de delegação da agência Lusa em Bruxelas entre 1999 e 2011; e Eva Gaspar, jornalista do Jornal de Negócios especializada em assuntos europeus entre 2003 e 2017. A estes testemunhos junta-se o de Susana Frexes, correspondente da SIC e do Expresso em Bruxelas desde 2014. Como anteriormente, estes testemunhos são complementados com alguns exemplos de trabalhos jornalísticos publicados durante este período e retirados de vários meios de comunicação social portugueses, sempre que relevantes.

### *A cobertura jornalística dos anos da troika em Portugal*

6 de abril de 2011, 18h02. Após um dia em que de todos os quadrantes surgiam vozes que davam como quase certo — e necessário — um pedido de ajuda externa por parte de Portugal para fazer face à crise, o Jornal de Negócios lançou a ‘bomba’ na sua

edição digital. “PORTUGAL VAI PEDIR AJUDA EXTERNA”<sup>211</sup>. Assim, em maiúsculas, tal era a urgência e a gravidade da notícia em causa. O texto consistia unicamente na reprodução de um conjunto de perguntas feitas pela jornalista Helena Garrido ao então ministro das Finanças Fernando Teixeira dos Santos e das respetivas respostas, em que o governante considerava que “o país foi irresponsavelmente empurrado para uma situação muito difícil nos mercados financeiros” e que, “perante esta difícil situação, que podia ter sido evitada”, entendia “que é necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu em termos adequados à atual situação política”<sup>212</sup>. Refira-se que a “difícil situação” que “podia ter sido evitada” a que Teixeira dos Santos se refere resulta da rejeição do PEC IV, um programa governamental apresentado pelo governo Sócrates que tinha como objetivo reduzir o défice orçamental nos anos seguintes e que fora chumbado no Parlamento em março daquele ano. Trocado por miúdos: Portugal ia pedir financiamento externo à União Europeia. A partir dali, o dia noticioso seria longo, com as reações a multiplicarem-se e a confirmação oficial, que chegou mais tarde pela boca do primeiro-ministro José Sócrates, a espoletar um rodopio informativo que foi o pontapé de partida para três anos em que o assunto *troika* dominou a atualidade noticiosa.

Durante os três anos que se seguiram, o programa de resgate foi praticamente o único assunto a ocupar as páginas de jornais no que diz respeito aos assuntos europeus. Isabel Arriaga e Cunha lembra como, durante a crise do Euro, a forma como os jornalistas portugueses cobriam a União Europeia mudou. “A maior parte das pessoas concentraram-se ali. Só se fazia crise do Euro. Era preciso ocupar um espaço relevante no jornal, três ou quatro páginas por dia, e eu é que as escrevia todas”<sup>213</sup>, recorda a antiga correspondente do Público em Bruxelas. “Depois, sobretudo com a *troika*, só escrevíamos sobre aquilo”, acrescenta a ex-jornalista, que deixou Bruxelas em 2014, lembrando que na década de 90 tudo tinha sido bem diferente: “Na década de 90, nós não fizemos só o Euro. Tanto se fazia isso como outros assuntos. O Euro era uma coisa permanente, mas estava longe de ser o único tema”<sup>214</sup>. Susana Frexes, que assumiu funções como correspondente da SIC e do Expresso em Bruxelas no mesmo ano em que Isabel Arriaga e Cunha deixou a

---

<sup>211</sup> Helena Garrido, «PORTUGAL VAI PEDIR AJUDA EXTERNA», *Jornal de Negócios*, 6 de Abril de 2011, [https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal\\_vai\\_pedir\\_ajuda\\_externa](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal_vai_pedir_ajuda_externa).

<sup>212</sup> Garrido.

<sup>213</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>214</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

profissão, lembra uma realidade muito semelhante e conta como a atualidade noticiosa no seio das instituições europeias se desenrola por crises. “As crises lá, quando acontecem, abafam tudo”, diz a jornalista, explicando, a título de exemplo, que depois do resgate português a crise na ordem do dia foi a grega, e depois a do Brexit. “É muito intenso”<sup>215</sup>, resume a jornalista.

Outra dimensão que marcou de forma significativa a cobertura da crise foi o “envolvimento emocional dos jornalistas”, considera a ex-jornalista Eva Gaspar, que cobriu os anos da *troika* para o Jornal de Negócios a partir de Lisboa. Esta realidade pode explicar-se, por exemplo, pelo já referido facto de que também os meios de comunicação foram vítimas da crise que relataram durante os últimos anos, que obrigou a cortes e a despedimentos assinaláveis no meio jornalístico. Para Eva Gaspar, “os jornalistas deixaram de ser uns observadores desapaixonados” durante o período da crise. “Imaginemos uma subida da taxa de desemprego de 11% para 11,2%. Vi situações como, por exemplo, o mesmo jornalista escrever, numa época, ‘dispara’ e, noutra, ‘aumenta ligeiramente’”<sup>216</sup>, exemplifica a ex-jornalista do Jornal de Negócios. O antigo diretor do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal Paulo de Almeida Sande reconhece que houve “mais ceticismo” na forma como os jornalistas trataram os assuntos europeus nos anos da crise. “Acho que os jornalistas passaram a olhar para a Europa com bastante menos fé”, defende, argumentando que entre os motivos para esta perda de fé estão os “agentes que querem ter os louros e empurrar os prejuízos para os outros” e, ainda, um aumento da prevalência dos *opinion makers* especializados em assuntos europeus nos meios de comunicação social<sup>217</sup>.

Apesar de, habitualmente, os jornalistas portugueses procurarem sempre o ângulo português das histórias da União Europeia, as crises são tratadas numa perspetiva mais abrangente, considera a atual correspondente da SIC e do Expresso em Bruxelas, Susana Frexes. “Nós fazemos muito mais o ângulo português do que qualquer outra coisa. Não vamos tentar esconder isso. Tu estás sempre à procura de como é que aquela história afeta o teu país. Isso é incontornável”, reconhece a jornalista. Porém, no que diz respeito ao tratamento jornalístico de uma crise, como foram os programas de resgate, a crise grega ou o Brexit, não é assim. “Por exemplo, quando foi a crise grega, ninguém queria saber

---

<sup>215</sup> Entrevista a Susana Frexes, realizada pelo autor a 3 de agosto de 2018.

<sup>216</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>217</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

do que é que Portugal achava sobre isso. Era a crise grega e era a perspetiva europeia sobre a crise grega. Também com o Brexit. A maior parte das vezes que eu escrevo sobre o Brexit não é sobre como é que aquilo afeta Portugal”, detalha Susana Frexes. Do mesmo modo, a cobertura do resgate a Portugal não foi propriamente feita por um ângulo especificamente português, uma vez que aquela foi a crise do momento em Bruxelas e meios de comunicação social de todo o mundo reportaram o fenómeno da mesma forma. “Era aquilo que toda a gente queria”, explica Susana Frexes, que chegou a Bruxelas na fase final do resgate, a tempo de assistir à transição de crises, da portuguesa para a grega<sup>218</sup>.

Na perspetiva da ex-jornalista Eva Gaspar, há duas outras dimensões que caracterizaram a cobertura dos assuntos europeus nos últimos anos, sobretudo durante o período da crise e do resgate financeiro. Por um lado, o brutal aumento da velocidade a que se produz jornalismo em comparação com a década de 90, devido à disseminação da informação nas plataformas digitais. “Quando comecei a trabalhar, ainda mandava os meus textos ou por fax ou por modem. E quando o modem funcionava era um espetáculo. Ou então por telefone, o que era caríssimo. Mas fazia um texto ou dois, ou um texto e uma caixa, e o meu dia era dedicado a construir uma história e a escrevê-la”, recorda a ex-jornalista. Nos últimos anos, porém, o seu trabalho ganhou outra dimensão. “Ultimamente, fazia uma página do jornal, três ou quatro peças para o online e ainda um vídeo pelo meio. Acabamos por cometer muitos erros. Não há edição”, sublinha a ex-jornalista. Ao mesmo tempo, Eva Gaspar considera que entre a década de 90 e o início da década de 2010 — também em resultado da crise — se perdeu o interesse editorial nos assuntos da União Europeia. “Hoje, se eu quiser escrever uma história sobre a União Europeia, tenho de a vender muito bem ao editor, tenho de explicar muito bem. Antes, era só dizer ‘é qualquer coisa de Bruxelas’, e Bruxelas vendia. Agora já não”, destaca a ex-jornalista<sup>219</sup>.

Por ter ocorrido na era da informação digital, a cobertura jornalística da crise financeira e da intervenção da *troika* em Portugal não é comparável em termos quantitativos e qualitativos às duas coberturas anteriores. Neste período, foram publicados milhares de artigos nas plataformas digitais da imprensa portuguesa, dando conta do desenrolar dos acontecimentos, mais do que dia a dia, minuto a minuto. Aliás, o

---

<sup>218</sup> Entrevista a Susana Frexes.

<sup>219</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

formato mais comum foi mesmo o das notícias breves, multiplicadas exponencialmente nos sites e nas redes sociais, o que representa também uma inovação face aos dois períodos analisados anteriormente, onde a imprensa escrita, com a calma que é própria de quem pode (e tem de) esperar pela manhã seguinte para dar as notícias, optava por longo textos de análise e explicação dos acontecimentos. Ainda assim, não é justo dizer que não houve este trabalho no período da crise. Na verdade, abundam os trabalhos jornalísticos de grande qualidade que procuraram explicar aos leitores o que estava em causa em todo o processo, servindo-se inclusivamente de novas ferramentas tecnológicas que permitiram a publicação de trabalhos mais interativos. A título de exemplo, destaquemos o “Memorando da *Troika* Anotado”<sup>220</sup>, um trabalho publicado online pelo jornal Público no final do resgate financeiro, a 16 de maio de 2014, em que os leitores podem percorrer todo o texto do memorando de entendimento assinado em 2011 entre o Governo português, o BCE, a Comissão Europeia e o FMI, lendo explicações escritas pelos jornalistas especialistas nas várias áreas em questão.

De seguida analisa-se, recorrendo aos testemunhos elencados anteriormente, a cobertura jornalística dos anos de intervenção da *troika* em Portugal à luz dos três parâmetros escolhidos para este trabalho: a especialização, profissionalização e recursos dos *media*, as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e a opinião pública portuguesa face à UE.

### **1. Especialização, profissionalização e recursos dos media**

Se, como já vimos, no período da adesão à CEE, o nível de preparação dos jornalistas portugueses para tratar os assuntos europeus se aproximava do zero e, durante a década de 90, subiu ligeiramente com o aparecimento dos primeiros cursos de jornalismo e das iniciativas de especialização em questões europeias, a verdade é que foi nos últimos anos que a imprensa portuguesa pôde contar com a geração de jornalistas mais bem preparada da história. Até porque, verdadeiramente, os cursos que foram surgindo na década de 90 só começaram efetivamente a dar frutos mais tarde, quando as primeiras gerações de estudantes de comunicação concluíram as suas formações. “Os jornalistas hoje estão bastante mais preparados”, destaca Paulo de Almeida Sande, que

---

<sup>220</sup> Ana Brito et al., «Memorando da troika anotado», *PÚBLICO*, acedido em 9 de Janeiro de 2019, <http://www.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>.

durante as décadas de 90 e 2000 foi responsável por promover iniciativas de formação de jornalistas em questões europeias, como descrevemos anteriormente. O antigo responsável pelo gabinete do Parlamento Europeu em Portugal garante mesmo que nos últimos anos se tornou mais difícil gerir a comunicação das instituições europeias, precisamente porque os jornalistas ganharam, progressivamente, capacidade crítica para questionar os responsáveis políticos. Isto deve-se tanto à maior experiência acumulada da imprensa portuguesa em Bruxelas como ao facto de muitos jornalistas já contarem com licenciaturas, mestrados e especializações nos seus currículos, argumenta Paulo de Almeida Sande<sup>221</sup>. Porém, a geração de jornalistas mais bem preparada da história foi também a mais afetada pela crise, que teve efeitos nocivos precisamente no crescente grau de especialização da imprensa portuguesa, como destaca o jornalista Fernando Paula Brito, antigo chefe da delegação de Bruxelas da agência Lusa. “À medida que se agrava a crise nos *media* há cada vez menos jornalistas especializados em temas específicos e as redações também são reduzidas”, considera o jornalista<sup>222</sup>.

O maior interesse nas questões europeias surgido entre os jornalistas portugueses durante a década de 90 acabou por ter um efeito positivo neste novo período: muitos jornalistas que cobriram a crise haviam começado a acompanhar os assuntos da União Europeia nessa altura, pelo que chegados a 2011 já acumulavam uma longa experiência a escrever sobre a UE. É o caso de Eva Gaspar, que durante a década de 90 foi correspondente do Diário Económico em Bruxelas e durante o período da crise acompanhou a União Europeia a partir de Lisboa para o Jornal de Negócios. Contudo, esta geração de jornalistas, a que melhor conhecia por dentro os meandros de Bruxelas, viu-se confrontada, no período da crise, com o maior desafio informativo das suas carreiras. “As pessoas conheciam mais e melhor [a realidade europeia], mas toda a situação era tão nova... Lembro-me de que fizemos duas ou três reuniões, na altura ainda o Pedro Santos Guerreiro era o nosso diretor. E se o Euro acabar, como é? E se Portugal sair, como é? Fazíamos aquelas perguntas, porque chegávamos aos tratados e não estava nada previsto, ainda hoje não está. Havia muitas perguntas que eram feitas sobre o funcionamento da UE nesta crise, dentro do quadro da UE ou do Euro, que eram perguntas legítimas mesmo para grandes conhecedores”, recorda a ex-jornalista, acrescentando: “Mesmo num jornal de economia, onde há gente com mais competência na área

---

<sup>221</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>222</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

financeira, havia muitos termos novos, de funcionamento diferente. Como funciona o mercado de emissão primário, o secundário, o que é que queriam dizer as taxas que víamos todos os dias. Havia uma série de coisas novas a acontecer”<sup>223</sup>.

A novidade levou os jornalistas a tentar aprender mais sobre o que estava em causa. “Fizemos, de forma quase autodidata, um curso de mercados. Ler os quadros da Bloomberg, por exemplo, que foi uma coisa que nunca tinha lido e que passei a ler. Ver a evolução do mercado secundário, calcular spreads, medida de risco. Isso, para mim, foi tudo uma nova vida”, revela Eva Gaspar, recordando que vários dos seus colegas do Jornal de Negócios se deslocaram à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) “para saber conceitos, termos novos, que nem sabíamos o que é que eram”<sup>224</sup>. Além da clara dificuldade em lidar com a informação no complexo mundo financeiro de uma União Europeia em crise, os jornalistas tinham ainda de ultrapassar a barreira das fontes. “Os jornalistas mais bem preparados fizeram a melhor cobertura possível. Mas é um assunto muito difícil, porque ou se tem acesso a boas fontes ou é muito difícil ter informação”, destaca a ex-jornalista do Público Isabel Arriaga e Cunha<sup>225</sup>.

Susana Frexes, da SIC e do Expresso, chegou a Bruxelas em 2014, já na fase final do resgate a Portugal, e recorda que no seu primeiro ano enquanto correspondente andou maioritariamente “atrás do prejuízo”, tentando perceber o que os outros jornalistas portugueses faziam, como obtinham informações e como trabalhavam uns com os outros. Integrando a nova geração de jovens europeus, Susana Frexes estudou na Bélgica a propósito do programa Erasmus durante a licenciatura em Jornalismo pela Universidade de Coimbra, e foi lá que, pela primeira vez, contactou diretamente com a realidade do jornalismo sobre assuntos europeus, chegando a fazer um estágio com António Esteves Martins, então correspondente da RTP em Bruxelas. Chegaria novamente a Bruxelas em 2013, após vários anos a trabalhar na editoria de Cultura da SIC, para um mestrado em Estudos Europeus e Economia na Université Libre de Bruxelles, ao mesmo tempo que produzia conteúdos para o programa “Os Europeus”, da SIC. No primeiro ano, conviveu de perto com Fernando de Sousa, então correspondente da SIC, que classifica como “um poço de sabedoria” com “uma memória prodigiosa”, e garante que a convivência com ele e com os outros jornalistas portugueses em Bruxelas lhe ensinou mais do que qualquer

---

<sup>223</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>224</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>225</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.



mestrado. “Chegou a acontecer haver num exame uma pergunta sobre como funcionava não sei o quê. Eu sei como funciona porque eu vi como aquilo funcionava. São coisas diferentes. É importante que nas escolas se dê Estudos Europeus e que nos cursos de Jornalismo haja cadeiras de estudos europeus. Mas ninguém te explica num mestrado como é que funciona a bolha europeia, porque a bolha europeia é um ser vivo, que também está sempre em mudança”, defende a jornalista, que diz ter ficado ela própria — e ter visto muitos jornalistas novos — “a nadar na maionese” por não saberem para onde se virar ao chegar a Bruxelas para cobrir a União Europeia. Ainda assim, a jornalista não tem dúvidas: no que toca ao nível de conhecimento e de preparação para tratar as questões da União Europeia, os jornalistas portugueses especializados no assunto estão ao nível dos melhores<sup>226</sup>.

O grande problema, assume Susana Frexes, é a falta de recursos, que faz com que os meios de comunicação social portugueses não consigam entrar na chamada “liga dos grandes”, onde se incluem órgãos de grande relevo internacional como o Financial Times ou meios de grande implementação na esfera europeia como o Politico Europe. Entre os meios portugueses, não há quem tenha mais do que um correspondente em Bruxelas (se excluirmos os repórteres de imagem dos canais de televisão). Já no Financial Times “devem ser uns cinco ou seis”, diz Susana Frexes, acrescentando que acredita que conhece apenas alguns. Já o Politico “tem uma redação em Bruxelas”, detalha a repórter da SIC e do Expresso, explicando que encontra sempre jornalistas diferentes de cada um destes meios de comunicação quando se desloca a iniciativas diferentes. As agências de notícias internacionais são outro concorrente de peso. “Tenho um amigo que trabalha para uma agência francesa que só faz transportes. Eu não me posso dar ao luxo de fazer só transportes”, comenta Susana Frexes. “Eles são imensos, e isso é imbatível. Não há forma de concorrermos com isto”, argumenta a jornalista. Além da questão dos recursos — financeiros e humanos —, é tudo uma questão de prestígio da marca, que abre muitas portas que os meios portugueses não conseguem abrir. E o prestígio acaba por se refletir até na própria imprensa portuguesa. Susana Frexes exemplifica: “Às vezes estou nos mesmos briefings que o Financial Times e escrevo a mesma história. O ângulo até pode ser diferente, mas eu tenho a história. Até podem sair ao mesmo tempo, mas depois, quando os outros meios portugueses que não têm lá correspondentes citam, não vão citar

---

<sup>226</sup> Entrevista a Susana Frexes.

o Expresso, citam o Financial Times. Coisas deste género já aconteceram”<sup>227</sup>. Ainda assim, a jornalista adverte que os meios portugueses estão, a nível de recursos, numa posição semelhante a outros meios nacionais de outros países, como o espanhol El Mundo, por exemplo. Esta realidade obriga os jornalistas que estão sozinhos em Bruxelas a definir prioridades, que passam quase sempre por cobrir a crise que estiver na ordem do dia, as cimeiras de chefes de Estado e as reuniões do Eurogrupo.

Em suma, com base nos testemunhos ouvidos, podemos concluir que neste período os jornalistas estavam significativamente mais bem preparados para cobrir os assuntos europeus do que nos momentos anteriores. Ainda assim, subsistiram algumas dificuldades. A primeira foi a própria crise, que depauperou as redações, obrigando os *media* portugueses a fazerem mais com menos e levando muitas vezes à perda de especialistas. A segunda foi a especial complexidade dos assuntos económicos e financeiros durante o período da crise, que deixou muitas perguntas por responder e forçou os jornalistas — mesmo os mais especializados — a atualizarem os seus conhecimentos em muito pouco tempo. Por fim, uma conjuntura de crise aliada ao facto de os jornalistas portugueses já estarem ao nível dos melhores da Europa fez sobressair a grande dificuldade da imprensa portuguesa na cobertura dos assuntos europeus: a falta de recursos financeiros e humanos para reforçar o efetivo em Bruxelas e competir ativamente com os meios de comunicação social internacionais. Num contexto em que os jornalistas portugueses estiveram mais bem preparados do que nunca para um escrutínio efetivo da classe política durante uma crise de grandes dimensões, acabou por ser a própria crise o maior obstáculo a este trabalho. Agora, voltamo-nos para o lado da esfera política e das fontes de informação para perceber o seu comportamento relativamente aos *media* durante a crise.

## **2. Práticas democráticas e de transparência da esfera política**

No contexto de uma crise, a comunicação é uma das principais ferramentas à disposição do poder político para gerir o problema. Por isso, é normal que as relações que as fontes oficiais — porta-vozes, assessores de imprensa e os próprios responsáveis políticos — estabelecem com os meios de comunicação se alterem. “As orientações podem mudar radicalmente. Quando há uma crise, a orientação é não aparecer, ficar mais

---

<sup>227</sup> Entrevista a Susana Frexes.

low-profile”, destaca Paulo de Almeida Sande, que entre 2004 e 2012 dirigiu o gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e trabalhou na comunicação institucional daquele organismo. “Claramente”, garante o antigo responsável pelo Parlamento Europeu em Portugal, a crise impactou a forma como as instituições europeias se relacionaram com a imprensa. No entender de Paulo de Almeida Sande, essa mudança de estilo foi particularmente significativa após o início da crise do Euro. Na altura, o presidente da Comissão Europeia era Durão Barroso, que cumpria o segundo mandato (2009-2014) à frente da Comissão após um primeiro mandato entre 2004 e 2009. “A Comissão Barroso teve pelo menos duas fases muito distintas. Uma fase de grande ativismo comunicacional e, depois, uma fase de low-profile, motivada pela crise”, destaca o académico. Essa segunda fase foi caracterizada por “uma atitude mais defensiva” e isso pode identificar-se nos discursos dos porta-vozes, “que são quem transmite em primeira mão aos jornalistas a informação”: enquanto numa primeira fase os porta-vozes eram “muito mais agressivos e muito mais pró-europeus”, numa fase posterior apresentavam-se “muito mais recatados” com uma “comunicação muito defensiva”, segundo Paulo de Almeida Sande<sup>228</sup>.

A ex-jornalista Isabel Arriaga e Cunha concorda que durante o período da intervenção da *troika* em Portugal foi muito difícil para os jornalistas obterem informações sobre o que se passava. Ainda para mais tratando-se de uma área particularmente sensível — economia e finanças — em que “as fontes foram sempre muito fechadas”<sup>229</sup>, afirma a ex-jornalista, que recorda o desafio que foi cultivar fontes que lhe fornecessem informações relevantes, já que os canais oficiais se fechavam muitas vezes em copas. A ex-jornalista acabou por contar com o auxílio de fontes portuguesas “bem colocadas” no processo para conseguir fazer uma cobertura exaustiva dos anos da *troika*: fontes que tinham e passavam informação relativa à negociação do memorando de entendimento e, posteriormente, à execução do programa. Aliás, se é verdade que a maioria dos jornalistas portugueses relata experiências difíceis com fontes portuguesas por oposição às comunitárias (Susana Frexes destaca mesmo: “Qualquer correspondente português em Bruxelas vai dizer que é mais fácil [obter informação] se as fontes não forem portuguesas”<sup>230</sup>), a verdade é que também são unânimes em reconhecer os méritos nacionais neste período no que toca à comunicação institucional. “Penso que houve uma

---

<sup>228</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.

<sup>229</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>230</sup> Entrevista a Susana Frexes.

evolução positiva das fontes portuguesas. A Reper organizava mais briefings e informava melhor os jornalistas portugueses”<sup>231</sup>, relata o ex-correspondente da agência Lusa Fernando Paula Brito.

Não obstante esta gradual abertura da esfera política portuguesa ao escrutínio, Portugal permanece um dos países da União Europeia mais fechados no que toca à divulgação de informação aos jornalistas, afirma a jornalista da SIC e do Expresso Susana Frexes. “Há países mais abertos do que outros e há países mais herméticos do que outros. Acho que Portugal é dos mais fechados e não dos mais abertos”, declara a correspondente, destacando que é entre os nórdicos e os países da Europa central que se encontram os agentes políticos mais comunicativos. Paradoxalmente, essa realidade acaba por prestar um bom serviço ao jornalista português, obrigando os correspondentes nacionais a procurarem fontes entre as representações permanentes de outros países — e não só nas instituições europeias — para saberem muitas vezes quais as posições tomadas por Portugal em determinados assuntos. “É importante não ter só fontes portuguesas, até para termos uma noção mais global”, destaca Susana Frexes. Obviamente, num período tão sensível da vida da União Europeia como é uma crise das dimensões daquela que se viveu nos últimos anos, deve imperar entre os jornalistas a cautela no que toca à escuta das fontes. “É preciso perceber quem tem o interesse em pôr a notícia cá fora”, adverte Susana Frexes<sup>232</sup>.

Além disto, há também um conjunto de regras que os jornalistas devem cumprir quando recebem informações da parte das suas fontes, nomeadamente no que diz respeito à forma como se cita a informação: em *on* (quando a fonte aceita que a informação lhe seja publicamente atribuída); em *off* (quando a fonte aceita dar a informação sob condição de não ser referida pelo nome, mas apenas de forma genérica); ou ainda em *background* (quando a informação pode ser utilizada mas não atribuída a nenhuma fonte, nem mesmo de forma genérica). No que toca às fontes que aceitam ser citadas em *on*, as mais comuns são os porta-vozes das instituições europeias. Por exemplo, numa notícia publicada no *site* da SIC Notícias em abril de 2011 a propósito da chegada dos técnicos da Comissão Europeia, do BCE e do FMI, a informação de que os responsáveis se iriam reunir também com os partidos da oposição e não apenas com o Governo era atribuída ao “porta-voz da

---

<sup>231</sup> Entrevista a Fernando Paula Brito.

<sup>232</sup> Entrevista a Susana Frexes.

Comissão Europeia para os Assuntos Económicos e Financeiros<sup>233</sup>. Já as fontes que falam em *off* são habitualmente citadas sem ser pelo nome. Um exemplo é esta notícia da agência Lusa publicada em março de 2011 no *site* da RTP e que dava conta de que a crise política em Portugal poderia “minar a estabilidade financeira não só de Portugal mas de toda a Zona Euro”<sup>234</sup>. Neste caso, a informação era atribuída a uma “fonte da Comissão Europeia” não identificada, o que se entende dada a sensibilidade da informação e a forma como esta compromete as entidades envolvidas. Outro exemplo de fontes em *off* pode ser encontrado numa notícia de Susana Frexes no semanário *Expresso* em julho de 2016, que dá conta de que o Ecofin — Conselho dos Ministros das Finanças da União Europeia — “deverá concordar com a Comissão e cancelar a multa a Portugal e Espanha” no âmbito do procedimento por défice excessivo<sup>235</sup>. Neste artigo há informações atribuídas a “fontes comunitárias e diplomáticas”, ou seja, fontes no interior das instituições europeias e entre as representações diplomáticas dos Estados-membros. Naturalmente, as informações não tinham todas origem em fontes de Bruxelas. Num artigo assinado por Isabel Arriaga e Cunha no *Público* em fevereiro de 2011, lia-se que o primeiro-ministro português José Sócrates se iria reunir com a chanceler alemã Angela Merkel para “negociar resposta à crise da dívida”<sup>236</sup>. Naquele texto, a informação era atribuída a uma “fonte do Governo português”. Tudo depende, sublinha Susana Frexes, de qual é a instituição adequada para dar cada informação e que instituições estão “disponíveis” para falar com os jornalistas. “Se é o Conselho, se é a Comissão. Eles depois também têm as agendas deles e também gostam de empurrar as questões para um lado e para o outro da rua”<sup>237</sup>, afirma a jornalista.

Já no campo da transparência institucional, parte fundamental da abertura ao escrutínio mediático, houve uma evolução muito significativa por parte das instituições europeias, considera a ex-jornalista Eva Gaspar, que trabalhou os assuntos europeus entre o início da década de 90 e 2014. “Acho muito difícil comparar os dois períodos, porque

---

<sup>233</sup> «Técnicos da Comissão, BCE e FMI também terão contactos com a oposição», SIC Notícias, 8 de Abril de 2011, <https://sicnoticias.sapo.pt/pais/2011-04-08-tecnicos-da-comissao-bce-e-fmi-tambem-terao-contactos-com-a-oposicao4>.

<sup>234</sup> Agência Lusa, «Crise política em Portugal pode minar estabilidade financeira da Zona Euro - fonte comunitária», RTP, 24 de Março de 2011, [https://www.rtp.pt/noticias/economia/crise-politica-em-portugal-pode-minar-estabilidade-financiera-da-zona-euro-fonte-comunitaria\\_n427079](https://www.rtp.pt/noticias/economia/crise-politica-em-portugal-pode-minar-estabilidade-financiera-da-zona-euro-fonte-comunitaria_n427079).

<sup>235</sup> Susana Frexes, «Ecofin deverá concordar com a Comissão e cancelar a multa a Portugal e Espanha», *Expresso*, 29 de Julho de 2016, <https://expresso.sapo.pt/politica/2016-07-29-Ecofin-devera-concordar-com-a-Comissao-e-cancelar-a-multa-a-Portugal-e-Espanha>.

<sup>236</sup> Isabel Arriaga e Cunha, «Angela Merkel e José Sócrates vão negociar resposta à crise da dívida em Berlim», *PÚBLICO*, 26 de Fevereiro de 2011, <https://www.publico.pt/2011/02/26/jornal/angela-merkel-e-jose-socrates-vaio-negociar-resposta-a-crise-da-divida-em-berlim-21430069>.

<sup>237</sup> Entrevista a Susana Frexes.

estamos a compará-los com os olhos e com o enquadramento legal que temos hoje. Hoje, é obrigatório uma série de leis estarem disponíveis e serem explicadas”, afirma a antiga jornalista. “A Comissão Europeia teve de pôr muita coisa cá fora e hoje até as atas da Comissão Europeia são públicas. Duas ou três semanas depois das reuniões, estão cá fora. Nunca tinha havido isso. Antes, íamos sabendo, mais ou menos, o que é que estava na agenda. Depois, começou a pôr-se no papel o que ia na agenda. Depois, às vezes, alguém que lá tinha ido passava algumas informações, quando os debates eram mais acalorados”, recorda a ex-jornalista do Diário Económico e do Jornal de Negócios. Hoje, remata Eva Gaspar, “não se faz melhor jornalismo, mas não é por falta de documentos e de informação, como nos faltava antes”<sup>238</sup>. De seguida, após uma análise da capacidade jornalística para o escrutínio do poder político e da disponibilidade do poder político para ser escrutinado, analisamos a opinião pública portuguesa sobre a União Europeia durante o período em questão, para perceber se foi mais ou menos exigente com os agentes políticos do que havia sido em períodos anteriores, procurando dos *media* mais ou menos escrutínio dos mesmos.

### 3. A opinião pública portuguesa face à UE

No final da tarde de 2 de março de 2013, os responsáveis do movimento “Que se Lixe a Troika”, formado no verão de 2012 para contestar as políticas de austeridade implementadas no país sob a intervenção da Comissão Europeia, BCE e FMI, anunciavam um número sonante: mais de um milhão de pessoas tinham aderido ao protesto marcado para aquele sábado contra a austeridade, cujo lema era precisamente a expressão que dava nome ao grupo<sup>239</sup>. Um milhão. O número impressionava. Até ali, alguns protestos tinham juntado algumas centenas ou milhares de pessoas em vários pontos do país. Mas naquele sábado, uma parte mais do que significativa da população portuguesa mobilizou-se para um protesto de dimensões raras em 40 cidades — incluindo em cidades estrangeiras onde muitos emigrantes se juntaram à manifestação. Só pelo Terreiro do Paço, em Lisboa, terão passado perto de 800 mil pessoas, que encheram por completo a praça e as ruas adjacentes. A mensagem era clara: o país não queria a *troika* e não queria as medidas de

---

<sup>238</sup> Entrevista a Eva Gaspar.

<sup>239</sup> Ana Peixoto Fernandes et al., «Mais de um milhão de pessoas nas ruas, segundo o movimento “Que se lixe a troika”», *Jornal de Notícias*, 2 de Março de 2013, <https://www.jn.pt/politica/interior/mais-de-um-milhao-de-pessoas-nas-ruas-segundo-o-movimento-que-se-lixo-a-troika-3085050.html>.

austeridade, que passavam essencialmente pela redução dos rendimentos e pelo aumento da carga fiscal.

Um olhar pelos protestos de rua durante o período mais grave da crise diz-nos mais do que qualquer estatística ou sondagem de opinião, porque nos conta, de facto, sobre o sentimento que se respirava nas ruas de Portugal durante o tempo em que as contas do país estiveram sob intervenção externa. As três entidades que constituíam a *troika* eram demonizadas e Bruxelas estava no centro do alvo da indignação, até porque as principais forças políticas por detrás dos protestos eram partidos com relações complicadas com o projeto europeu, como o Partido Comunista Português ou o Bloco de Esquerda.

Ainda assim, alguns números serão úteis para caracterizar de forma concreta a opinião pública dos portugueses face aos assuntos europeus durante o período da crise. Por exemplo, um estudo de opinião que foi feito para o Parlamento Europeu em novembro de 2011 dava conta de que 61% dos portugueses consideravam que a pertença à moeda única tinha agravado os efeitos da crise<sup>240</sup>. Ou seja: no entender de dois terços dos portugueses, a pertença à moeda única fez com que os efeitos da crise fossem piores, o que, naturalmente, aumentou a animosidade dos portugueses contra a União Europeia. Ainda assim, não se pode dizer que o descontentamento com a ideia de Europa motivado pela crise tenha afetado particularmente o europeísmo dos portugueses: no mesmo estudo, mais de 70% dos portugueses inquiridos concordavam que as instituições europeias devem ter uma palavra a dizer nos orçamentos nacionais e 66% estavam de acordo com a aplicação de sanções aos Estados-membros que não cumprissem os critérios referentes ao défice e à dívida pública. Percorrendo os relatórios do Eurobarómetro dos anos anteriores à crise, uma conclusão salta à vista: a percentagem de portugueses que consideram positiva a pertença à União Europeia tem por norma sido superior a 50%, aproximando-se frequentemente dos 70%. Em 2013, em pleno pico da intervenção da *troika* em Portugal, 59% dos portugueses sentiam-se cidadãos europeus, de acordo com outro relatório do Eurobarómetro<sup>241</sup>. E, de acordo com os números do Portal de Opinião Pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a percentagem de portugueses a favor

---

<sup>240</sup> Rita Oliveira, «Dois terços dos portugueses acreditam que o euro agravou os efeitos da crise», *PÚBLICO*, 11 de Novembro de 2011, <https://www.publico.pt/2011/11/11/economia/noticia/cerca-de-66-dos-portugueses-acredita-que-euro-agravou-efeitos-da-crise-1520487>.

<sup>241</sup> Félix Ribeiro, «Portugueses são os que menos conhecem a UE e os que menos querem saber», *PÚBLICO*, 25 de Fevereiro de 2013, <https://www.publico.pt/2013/02/25/economia/noticia/portugueses-estao-entre-os-que-menos-conhecem-da-ue-mas-sao-os-que-menos-querem-saber-1585728>.

da pertença de Portugal à moeda única tem vindo sempre a aumentar<sup>242</sup> — após um pico negativo em maio de 2011 com 47% dos portugueses a favor da pertença ao Euro — tendo atingido em março de 2018 os 80%.

Estes números, que são apenas alguns dos muitos que poderão ser citados num trabalho que se dedique apenas à questão da opinião pública dos portugueses em tempo de crise, mostram uma tendência: mesmo estando contra as medidas de austeridade e a *troika*, acabando de certa forma por manifestar algum descontentamento com as instituições europeias, Portugal não perdeu o seu europeísmo. Aliás, manteve-se na metade cimeira da tabela dos Estados-membros mais euro-otimistas durante todo o processo. Neste contexto, os jornalistas esforçaram-se por mostrar as diferenças entre ‘Bruxelas’ e a *troika*, tendo sido esta distinção um dos principais desafios da cobertura mediática deste período. É um “problema eterno”, classifica a ex-jornalista Isabel Arriaga e Cunha: “Os governos, quando as coisas correm bem, dizem que o mérito é deles, mesmo que seja a construção de uma ponte financiada por fundos europeus. Inauguram a ponte como uma grande obra nacional. Quando as coisas correm mal, aí foi a União Europeia”, conta a jornalista. “Quando eles diziam ‘é Bruxelas’, eu escrevia sempre que ‘Bruxelas’ não existe. Existe um Conselho de Ministros e um Parlamento Europeu. No Conselho de Ministros estão os governos todos. O ministro português também votou esta medida”<sup>243</sup>, acrescenta Isabel Arriaga e Cunha. A correspondente da SIC e do Expresso, Susana Frexes, conta uma história semelhante: “Às vezes eu pergunto-me: ‘Será que as pessoas sabem, quando nós dizemos Bruxelas, o que é Bruxelas?’”. “Nunca mais me esqueci de uma coisa que a Isabel Arriaga e Cunha uma vez disse: ‘Para que é que tu vais escrever Conselho? As pessoas sabem lá o que é o Conselho. Escreve Estados-membros’”<sup>244</sup>, recorda Susana Frexes. Este trabalho de simplificação e de explicação das diferenças entre o que podia ser imputado às instituições da União Europeia, ao projeto europeu e à *troika* foi fundamental no esclarecimento de uma opinião pública “muito dividida”, como descreve Paulo de Almeida Sande<sup>245</sup>. E também, de certa forma, uma resposta àquilo que eram as exigências da população, que, mantendo-se pró-Europa, pedia um escrutínio dos processos que estavam a mergulhar Portugal na austeridade e que também tinham origem

---

<sup>242</sup> «Portal de Opinião Pública: Posição acerca da moeda única», acedido em 9 de Janeiro de 2019, <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/posicao-acerca-da-moeda-unica/pt/?colors=pt-0>.

<sup>243</sup> Entrevista a Isabel Arriaga e Cunha.

<sup>244</sup> Entrevista a Susana Frexes.

<sup>245</sup> Entrevista a Paulo de Almeida Sande.



na União Europeia. “Eu tenho os portugueses como europeístas. Mal ou bem, acho que são europeístas”, resume a jornalista Susana Frexes<sup>246</sup>.

Em suma, a opinião pública portuguesa face à União Europeia e aos assuntos europeus durante o período da intervenção da *troika* foi, ainda que favorável à continuidade do projeto europeu, de descontentamento face à situação económica do país, com o descontentamento a ser dirigido muitas vezes para a União Europeia já que dois dos três organismos que formavam a *troika* eram instituições comunitárias. Segundo os testemunhos ouvidos para este trabalho, esta dualidade refletiu-se no trabalho de alguns jornalistas portugueses em Bruxelas, que procuraram ativamente separar os assuntos que diziam respeito à *troika* e à intervenção financeira em Portugal daqueles que diziam respeito ao funcionamento da União Europeia, nomeadamente explicando e simplificando o que estava em causa em cada problemática, esclarecendo termos dúbios como ‘Bruxelas’ e clarificando os organismos responsáveis por cada decisão que afetava Portugal.

### *Síntese*

Chegados à fase mais recente da história comunitária do país, a relação entre os atores políticos e os meios de comunicação social não parece exatamente aquilo que se podia esperar tendo em conta a evolução registada desde a década de 80, em grande parte devido ao próprio tema central deste último momento: a crise financeira. O que a análise das três dimensões (*media*, esfera política e opinião pública) nos diz é que a própria crise impediu os jornalistas de terem mais recursos para levarem a cabo um escrutínio mais eficaz do poder político, forçou os atores políticos a fecharem-se mais a esse escrutínio e dividiu ainda mais a opinião pública face à UE.

Em primeiro lugar, os *media*. Apesar de esta se tratar da geração de jornalistas mais bem preparada de sempre para tratar os assuntos europeus, a falta de recursos humanos e financeiros dos meios de comunicação portugueses, motivada pela própria crise que estavam a cobrir, impediu os *media* portugueses de fazer um trabalho mais eficaz no escrutínio do poder político, a começar, naturalmente, pela incapacidade de chegar a todo o lado e de questionar todos os agentes políticos, por manifesta falta de pessoas. A complexidade dos assuntos económicos e financeiros que marcaram a

---

<sup>246</sup> Entrevista a Susana Frexes.

atualidade europeia durante a última década também levou a que muitos jornalistas tivessem de procurar formação adicional para os conseguirem entender e, por conseguinte, explicar ao público, o que nem sempre foi fácil, como relataram os protagonistas ouvidos para este trabalho.

Em simultâneo, a dimensão comunicativa da esfera política também não foi imune ao fenómeno da crise: por um lado, apesar de haver hoje uma cultura de maior transparência em relação à imprensa, a verdade é que as informações das fontes oficiais, os discursos dos porta-vozes, os comunicados e os *briefings* de imprensa e os próprios agentes políticos, durante o período da crise do Euro, refletiram essa realidade, adotando algumas precauções que, em determinadas circunstâncias, levaram a que a informação fosse mais fechada ou controlada. Ainda assim, do lado das instituições portuguesas houve uma maior eficiência comunicativa — quando comparada com a da década de 90 — que alguns jornalistas elogiam. Ao mesmo tempo, as instituições europeias melhoraram as suas políticas de transparência, designadamente na divulgação de documentação como atas de reuniões e legislação, o que permitiu aos jornalistas ter muito mais material em bruto para trabalhar, apesar da maior relutância das fontes em passar informação às redações — o que leva, por exemplo, a ex-jornalista Eva Gaspar a considerar que não foi por falta de matéria-prima que não se fez melhor jornalismo durante a crise.

Por fim, há que sublinhar que esta cobertura mediática decorreu num contexto muito particular na opinião pública portuguesa, que se refletiu na forma com os jornalistas cobriram a crise. Se, por um lado, os portugueses se mantinham pró-europeus por princípio e ideologia (como vimos, até no pico da crise, em 2013, a maioria dos portugueses — 59% — afirmavam sentir-se europeus), por outro lado, a presença de duas instituições europeias na *troika* levou ao surgimento de uma considerável animosidade direcionada à União Europeia: não só mostrando-se menos favoráveis à pertença do país à moeda única (em maio de 2011 apenas 47% dos portugueses defendiam o Euro), mas também confiando muito menos nas instituições europeias (o gráfico da figura 7, na página 30, mostra claramente como durante os anos da *troika* a confiança dos portugueses na Comissão e no Parlamento atingiu os valores mais baixos de sempre). Por isso, como relataram alguns dos profissionais ouvidos para esta dissertação, muito do trabalho jornalístico neste período envolveu um esforço significativo de explicação e

discernimento sobre o verdadeiro espectro de atuação das instituições da União Europeia em cada decisão que era publicamente conhecida.

No final de contas, este foi, dos três períodos analisados, o mais complexo no que diz respeito ao lugar que os *media* ocuparam no processo político. Os próprios protagonistas reconhecem que o trabalho de escrutínio do poder político podia ter sido ainda mais eficaz, mas as dificuldades financeiras que afetaram, sem exceção, todos os setores da sociedade deixaram os meios de comunicação sem recursos para fazer um melhor trabalho de escrutínio. Havendo mais recursos, a começar pelos humanos, é possível fazer mais investigação e dispor de mais tempo para analisar a atividade da esfera política indo além do relato diário das notícias. Este fator, aliado à maior dificuldade em ter acesso a fontes internas que expusessem as informações que as fontes oficiais divulgavam cada vez menos (mesmo com melhores políticas de transparência da Comissão Europeia), levou a que os *media* não tenham feito tudo o que se podia esperar num dos períodos mais conturbados das últimas décadas na vida económica e social do país, numa altura em que a opinião pública, dividida entre o europeísmo e as reticências à atuação das instituições europeias, precisava de explicações claras sobre o que estava em causa.

## CONCLUSÃO

Com este trabalho de investigação pretendeu-se perceber como é que, entre a adesão de Portugal à CEE e os anos recentes da crise, a relação entre a esfera mediática portuguesa (ou seja, os meios de comunicação de Portugal) e a esfera política (tanto os atores políticos nacionais como os comunitários) evoluiu no que toca à cobertura jornalística e ao escrutínio do poder político em assuntos relacionados com a pertença de Portugal à União Europeia. A investigação desenvolvida neste trabalho, que se focou maioritariamente na recolha e tratamento dos testemunhos diretos de profissionais da comunicação social que trabalham ou trabalharam na cobertura destes temas, permite concluir que esta relação evoluiu no sentido positivo — ou seja, tornou-se profissionalmente mais cooperante e próxima, com os atores políticos a reconhecerem hoje, mais do que antes, o papel dos *media*, o que permitiu um escrutínio mais eficaz da ação política por parte dos jornalistas —, embora com algumas nuances que se explicam neste bloco conclusivo da dissertação.

Importa recordar que a análise do material recolhido (quer testemunhal quer documental, como é o caso dos recortes de imprensa referidos ao longo do trabalho) foi feita através de um modelo com três parâmetros adaptado do modelo de análise dos sistemas mediáticos proposto em 2004 por Hallin e Mancini. Trata-se de um quadro analítico que foi buscar as bases a esse modelo — ao qual foi acrescentada a dimensão da opinião pública, contexto à luz do qual podem ser lidas as outras dimensões — e que se revelou de grande utilidade para compreender a evolução da cobertura jornalística dos assuntos europeus em Portugal. O modelo aqui seguido pretendeu olhar para esta relação entre *media* e esfera política através do ponto de vista de cada um dos dois intervenientes e enquadrá-la, posteriormente, no contexto da opinião pública — na qual a política se faz e à qual os meios de comunicação se dirigem. Por isso, os parâmetros usados foram (1) a especialização, profissionalização e recursos dos *media*; (2) as práticas democráticas e de transparência da esfera política, e (3) a opinião pública portuguesa face à UE. Para apurar em que sentido evoluiu esta relação, dividiu-se a análise em três momentos históricos, representativos da história europeia de Portugal: a adesão à CEE, as negociações para a moeda única e a crise dos últimos anos, entre 2008 e 2014.

A conclusão de que a relação entre a esfera mediática e a esfera política evoluiu no sentido da aproximação e do melhor escrutínio jornalístico assenta na perceção de que houve evoluções positivas e assinaláveis nos dois lados deste binómio ao longo dos três momentos. Por um lado, resulta claro que os meios de comunicação se tornaram mais profissionalizados e consolidaram e expandiram os seus recursos humanos e materiais. Os jornalistas tornaram-se mais especializados, desenvolveram novas competências e têm hoje uma maior capacidade de escrutinar o poder político. Por outro lado, a esfera política foi alterando as suas práticas de transparência, abrindo-se gradualmente ao escrutínio mediático e estabelecendo canais próprios para comunicar com os jornalistas.

Vale a pena recordar, para sistematizar e comparar, as conclusões de cada um dos três capítulos da segunda parte deste trabalho, em que foram apresentados e tratados os testemunhos. Vejamos, então, o que nos dizem eles sobre a especialização, profissionalização e recursos dos *media*. No primeiro capítulo, em que analisámos o período da adesão de Portugal à CEE, concluímos que naquele momento da história os meios de comunicação não cumpriram eficazmente o seu papel de escrutínio do poder político, em grande medida devido à assinalável falta de preparação dos jornalistas para cobrir o tema. Pouquíssimo tempo depois do 25 de Abril, não havia em Portugal jornalistas especializados em assuntos europeus — a bem da verdade, ainda não havia sequer o conceito de assuntos europeus bem definido na esfera nacional — e faltavam competências básicas, como, por exemplo, o domínio da língua inglesa, que impedia os repórteres portugueses de fazer algo tão simples como efetuar perguntas a responsáveis políticos estrangeiros durante as negociações e os obrigava, frequentemente, a ficar-se pela versão portuguesa. Naquela época, eram também escassos os correspondentes em Bruxelas (o primeiro, José Amaral, foi para lá em 1980 e ficou sozinho durante muito tempo), com os jornais a apostarem no envio esporádico de repórteres para cobrir os grandes marcos das negociações, embora sem grande profundidade e, sobretudo, sem fontes além dos responsáveis portugueses. Francisco Sarsfield Cabral, um dos grandes nomes do jornalismo português associados à cobertura dos assuntos europeus desde a década de 70, resume o fenómeno falando de uma “iliteracia” sobre os assuntos europeus a que as redações não eram imunes. Na década de 90, período estudado no segundo capítulo, o cenário já foi diferente. Embora naquela altura os jornalistas continuassem, na sua grande maioria, sem especial formação sobre assuntos europeus que lhes permitisse fazer uma cobertura aprofundada sobre os temas europeus, já tinham uma formação

jornalística muito mais avançada, estando as redações já bastante profissionalizadas. Aquela foi a década do aparecimento dos jornais económicos e das televisões privadas em Portugal, mas também dos primeiros cursos de jornalismo e da popularização dos correspondentes em Bruxelas — numa altura em que o grande dossiê em cima da mesa era a criação da moeda única. Embora não tenha sido possível recolher dados concretos sobre este fenómeno devido à falta de fontes, a verdade é que os vários intervenientes ouvidos para este trabalho lembram que durante aquela década houve mais de uma dezena de jornalistas portugueses a trabalhar no coração da União Europeia. Um desenvolvimento assinalável da indústria mediática possibilitou que a cobertura da adesão à moeda única fosse muito mais completa do que tinha sido a da adesão à CEE na década anterior. Finalmente, no último período estudado, relativo à intervenção da *troika* em Portugal, resulta claro que os jornalistas de hoje são a geração mais bem preparada para cobrir os assuntos europeus — por um lado, porque Portugal já tem uma história europeia suficientemente longa para que haja gente com muita experiência no assunto, e por outro lado porque vários repórteres optaram por formação específica, como pós-graduações ou mestrados na área. Porém, a crise também afetou — e de que maneira — os próprios meios de comunicação social. Despedimentos coletivos, fecho de títulos e redução do efetivo de correspondentes no estrangeiro têm marcado os últimos anos no que toca à imprensa portuguesa e essa realidade acabou por impedir que os *media*, hoje mais bem preparados do que nunca para entender e explicar a Europa, não conseguissem fazê-lo com a eficácia que seria expectável, essencialmente por falta de capacidade de chegar a todo o lado.

Relativamente ao segundo parâmetro em estudo, as práticas democráticas e de transparência da esfera política, também houve uma evolução significativa ao longo das últimas décadas. Vejamos: no período da adesão à CEE, a esfera política não tinha uma cultura de abertura e de transparência em relação aos meios de comunicação, como escrevemos na conclusão do primeiro capítulo. Mesmo abundando, como vimos, os comunicados oficiais e as declarações formais, a verdade é que a cobertura não passou muito da reprodução dessas declarações oficiais, também pela falta de disponibilidade dos atores políticos para o contacto direto com os jornalistas. Os profissionais ouvidos para este trabalho relatavam inclusivamente a falta de informação logística básica. Que reuniões havia e quando? Quem estava presente? A quem se podia fazer perguntas sobre o que acontecia nas reuniões? Os funcionários da administração pública “achavam que

era tudo segredo diplomático”, resumia Jorge Wemans, antigo coordenador de economia do *Expresso*, em declarações citadas no primeiro capítulo. Outro jornalista, José Amaral, lembrava que a cultura de fechamento se devia ao medo de que a publicitação das posições negociais do país enfraquecesse a capacidade de Portugal nessas negociações. Na década de 90, o cenário já era assinalavelmente diferente. Embora se mantivesse, de alguma forma, uma certa tendência para o fechamento da informação, a chegada de António Guterres ao cargo de primeiro-ministro permitiu melhorar a relação entre a esfera política e a imprensa. Jornalistas ouvidos no segundo capítulo contam, por exemplo, como antes do governo de Guterres a maior preocupação dos assessores de comunicação era garantir que as bandeiras se encontravam bem posicionadas no cenário das conferências de imprensa, e não comunicar e ajudar os jornalistas na produção noticiosa. Guterres, por seu turno, passou a encontrar-se pessoalmente com os jornalistas no bar do hotel quando participava nas cimeiras europeias, dispunha-se a esclarecer as dúvidas dos meios de comunicação social e falava com abertura e naturalidade. Nesta altura, a necessidade de maior abertura e transparência da esfera política portuguesa evidenciava-se cada vez mais devido ao contraste acentuado com a realidade das instituições europeias, já num nível muito mais avançado de comunicação com os *media*. Os jornalistas portugueses dependiam ainda muito das fontes que conseguiam cultivar fora do círculo nacional, junto de responsáveis políticos europeus ou, até, de outros Estados-membros com uma cultura de maior transparência. Já relativamente ao terceiro período histórico analisado, os anos da intervenção da *troika* em Portugal, os jornalistas entrevistados reconheceram os méritos da esfera política portuguesa no que toca a este assunto, sublinhando que eram organizados mais *briefings* de imprensa e era distribuída muito mais informação aos meios de comunicação. Também é de assinalar uma evolução notável nas instituições europeias, que normalizaram a publicação da esmagadora maioria dos documentos tratados na Comissão, no Conselho e no Parlamento, dando aos jornalistas de toda a União Europeia muito mais material em bruto para trabalhar. Há que sublinhar também que a evolução só não foi mais expressiva porque o próprio contexto de crise obrigou as instituições a serem mais defensivas e prudentes na divulgação de informação. No fim de contas, analisando os testemunhos de todos os entrevistados e olhando para alguns dos exemplos apresentados, é notório que a forma como os atores políticos se relacionavam com a própria ideia de falar com os jornalistas e de lhes dar informação mudou radicalmente ao longo dos últimos quarenta anos, passando de uma cultura de fechamento quase total e de medo do confronto com as perguntas para uma

cultura de maior transparência e de entendimento da missão dos jornalistas. Embora, sublinhe-se, os vários jornalistas aqui citados concordem que esta evolução está longe de ter chegado a um nível ótimo.

Aqui é também de sublinhar a questão das fontes: nas últimas quatro décadas, o número de fontes de informação à disposição dos jornalistas aumentou sempre. Isto aconteceu não só porque as instituições portuguesas criaram serviços de comunicação e informação em Lisboa e em Bruxelas, mas também porque as instituições europeias estabeleceram canais de comunicação diretos com os jornalistas dos vários Estados-membros e porque os meios de comunicação passaram, igualmente, a procurar informações junto de fontes ligadas às instituições políticas de outros Estados-membros da UE. Isto levou a uma crescente diversificação das fontes de informação a que os jornalistas podiam recorrer para noticiar o mesmo tema, o que se afigurou como um contributo importante para uma cobertura mediática mais completa e transparente, capaz de contornar os bloqueios eventualmente colocados por alguma fonte menos interessada na divulgação de determinada informação.

O modelo de análise seguido neste trabalho contempla, por fim, um terceiro parâmetro, a opinião pública portuguesa face à UE. Argumentávamos, na primeira parte desta dissertação, que num contexto de opinião pública mais dividida ou de contestação, o público esperaria um escrutínio jornalístico mais apertado sobre esse assunto do que quanto a um tema relativamente unânime ou pacífico entre a população.

A verdade é que na década de 80, na altura em que Portugal aderiu à CEE, a opinião pública portuguesa sobre o assunto era relativamente unânime: os portugueses queriam entrar na Europa unida, no clube da democracia, após quatro décadas de ditadura. A célebre canção dos GNR que pedia “Portugal na CEE” (1981) representava, de alguma forma, a ânsia coletiva de ultrapassar uma certa ideia de atraso acumulado durante a ditadura face aos outros países. Os históricos jornalistas entrevistados para esta dissertação lembram de forma consistente a ideia de que a adesão à CEE era a garantia de cristalização da democracia, prioritária para os portugueses naqueles anos que se seguiram ao 25 de Abril, pensamento que as sondagens da época, também analisadas neste trabalho, confirmam. A ter havido um referendo, não teria sido “muito entusiasmante, porque as pessoas iam todas dizer que sim”, comentava Jorge Wemans, citado no primeiro capítulo da segunda parte deste trabalho. À exceção do Partido Comunista, todas as forças políticas com assento parlamentar apoiavam a entrada na CEE,



e esta onda de apoio generalizado à adesão alastrou-se à imprensa, que se posicionou de forma muito evidente a favor da entrada de Portugal no clube europeu. Por isso, os vários jornalistas aqui citados, protagonistas da cobertura mediática daquele momento histórico, não têm dúvidas em assegurar que esse unanimismo quase generalizado na sociedade, na esfera política e na imprensa também contribuiu para que a cobertura jornalística da adesão fosse mais passiva e menos empenhada no escrutínio do poder político. A realidade viria, porém, a alterar-se na década seguinte. No processo de adesão à moeda única, a União Europeia era já uma ideia menos consensual entre os portugueses, como mostravam as sondagens da época, analisadas no segundo capítulo, embora continuasse ainda a merecer o apoio da grande maioria do país. Os testemunhos citados aqui lembram uma época de discussão mais acesa. Em causa não estava necessariamente a concordância ou oposição relativamente à entrada de Portugal no Euro, mas sim a forma como isso sucederia e os esforços necessários para que o país conseguisse cumprir os critérios de convergência, obrigatórios para a aceitação no clube mais restrito dos que partilhavam a mesma moeda europeia. A perspetiva da perda de poder de compra e das dificuldades que a transição para o Euro poderia causar motivaram um debate mais intenso entre os portugueses, já mais informados sobre a realidade europeia. Foi nesse contexto de opinião pública mais dividida, e com mais perguntas, que os jornalistas portugueses tiveram de cobrir o processo de negociação e de preparação da adesão do país à moeda única. E foi num contexto de ainda maior divisão que tiveram de acompanhar o período mais crítico da crise e da intervenção da *troika* em Portugal. Foi em 2011 que a avaliação feita pelos portugueses à pertença do país à União Europeia atingiu recordes negativos. Com duas instituições europeias (Comissão Europeia e BCE) a integrar a *troika*, a reputação da UE, pelo menos a nível institucional, foi muito abalada pelo período da crise, apesar de os portugueses se terem mantido entre os países mais europeístas. Multiplicaram-se os protestos nas ruas e ganharam força mensagens políticas anti-europeias. Um estudo de opinião de 2011 mostrava que 61% dos portugueses achavam que a moeda única tinha agravado os efeitos da crise. O ambiente de descontentamento generalizado face à União Europeia, de incerteza e de divisão sobre qual o caminho a tomar foi diametralmente oposto àquele que se verificava na década de 80 relativamente à adesão à CEE. Vários estudos de opinião analisados neste trabalho mostram esta evolução, embora seja difícil obter números comparáveis para os três momentos. No início da década de 80, uma sondagem publicada no *Expresso* apontava para que mais de dois terços dos portugueses apoiavam a entrada de Portugal na CEE, entendida como um objetivo nacional comum.

Já na década de 90, embora o europeísmo continuasse a prevalecer (9 em cada 10 portugueses apoiavam a permanência de Portugal na UE), não era unânime o apoio à entrada de Portugal na moeda única, com mais de 70% dos portugueses a defender a realização de um referendo à aprovação do Tratado de Maastricht. Mais recentemente, nos anos da *troika*, o panorama foi diferente. Como vimos logo no início, a confiança dos portugueses nas instituições europeias desceu para mínimos históricos. Em 2013, como também referimos antes, dois terços dos portugueses acreditavam que a moeda única tinha agravado os efeitos da crise, embora se mantivesse o apoio generalizado à UE, com a percentagem de portugueses a favor da pertença comunitária a atingir valores entre os 50% e os 70% durante aqueles anos. Para os jornalistas, responsáveis pelo esclarecimento da opinião pública, houve mais perguntas para fazer e mais respostas para obter. As informações e os testemunhos recolhidos confirmam, enfim, a associação feita entre a existência de uma opinião pública mais dividida e um escrutínio mediático mais apertado sobre os assuntos em causa.

Em suma, conclui-se da recolha testemunhal e documental feita neste trabalho que a relação entre a esfera política e a esfera mediática em Portugal no que diz respeito aos assuntos europeus evoluiu significativamente entre a época das negociações para a adesão à CEE e a crise recente, passando de uma relação de afastamento e falta de cooperação, que resultava num escrutínio pouco eficaz do poder político, para uma relação de maior preparação dos jornalistas e de maior transparência dos atores políticos, que permitia um melhor esclarecimento da opinião pública. A opinião pública, aliás, teve um papel importante nesta evolução. Ao tornar-se mais exigente e ao levantar mais questões, obrigou não só os atores políticos a serem mais transparentes, mas também os jornalistas a fazerem mais perguntas e a obter mais respostas. Contribuíram para esta evolução uma melhoria das condições, recursos e nível de formação dos jornalistas e dos meios de comunicação, mas também uma cada vez maior disponibilidade e transparência das instituições políticas e o aparecimento de novas fontes de informação disponíveis para os jornalistas portugueses.

Tal como referido no arranque do texto, este trabalho pretendeu ser um contributo para uma fase ainda muito inicial do estudo das relações entre a ação política e os jornalistas em Portugal no âmbito dos assuntos europeus. Ao recolher, apresentar e tratar os testemunhos (inéditos, pelo menos, na extensão e detalhe) de nove profissionais da comunicação que protagonizaram a cobertura jornalística das primeiras décadas da

história europeia de Portugal, atrevemo-nos também a esperar ter dado um contributo para o conhecimento científico maior do que o mero estudo e respetivas conclusões aqui apresentadas. Neste campo há e haverá ainda muita investigação a fazer e muitas perguntas por responder. Também a linha de investigação aqui seguida e as conclusões aqui retiradas poderão ser aprofundadas em trabalhos futuros em que possa ser feita uma exploração mais extensiva de recortes de imprensa e em que sejam sistematizados mais exemplos concretos ilustrativos dos fenómenos aqui descritos. Nesse sentido, o material aqui exposto, em especial os testemunhos diretos, pretendeu também ser um modesto contributo para a historiografia da integração europeia de Portugal, ao deixar registados e tratados os pontos de vista e as memórias dos jornalistas que contaram esta história ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

«60% concordam com Tratado de Maastricht... mas 74% querem referendo». *Expresso*, 16 de Maio de 1992.

«72% dos portugueses ainda querem o referendo». *Expresso*, 27 de Junho de 1992.

«A história da União Europeia - 1969 - EUROPA». União Europeia, 16 de Junho de 2016. [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969/1969\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969/1969_pt).  
Acedido em 16 de fevereiro de 2019.

«A História Da União Europeia - 1985 - EUROPA». União Europeia, 16 de Junho de 2016. [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1980-1989/1985\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1980-1989/1985_pt).  
Acedido em 16 de fevereiro de 2019.

«A História Da União Europeia - 2008 - EUROPA». União Europeia, 16 de Junho de 2016. [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/2000-2009/2008\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/2000-2009/2008_pt).  
Acedido em 16 de fevereiro de 2019.

«Access to the Official Journal - EUR-Lex». <https://eur-lex.europa.eu/oj/direct-access.html>. Acedido em 5 de janeiro de 2019.

«Aderir ao Euro: critérios, processo e próximos países». Parlamento Europeu, 15 de Julho de 2014.  
<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20140714STO52336/aderir-ao-euro-criterios-processo-e-proximos-paises>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.

Agência Lusa. «Crise política em Portugal pode minar estabilidade financeira da Zona Euro - fonte comunitária». RTP, 24 de Março de 2011.  
[https://www.rtp.pt/noticias/economia/crise-politica-em-portugal-pode-minar-estabilidade-financeira-da-zona-euro-fonte-comunitaria\\_n427079](https://www.rtp.pt/noticias/economia/crise-politica-em-portugal-pode-minar-estabilidade-financeira-da-zona-euro-fonte-comunitaria_n427079). Acedido em 9 de janeiro de 2019.

«Agregados privados com os principais equipamentos domésticos (%)». PORDATA.  
Acedido em 6 de Janeiro de 2019.  
[https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+privados+com+os+principais+equipamentos+dom%C3%A9sticos+\(percentagem\)++-191-565](https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+privados+com+os+principais+equipamentos+dom%C3%A9sticos+(percentagem)++-191-565).

- Aguiar, Nuno, e Rosa Castelo. «1997. O sprint final para entrar no clube do euro». *Jornal de Negócios*, 23 de Novembro de 2017.  
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/1997-o-sprint-final-para-entrar-no-clube-do-euro>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Almeida, J. R. «Eurodesconhecimento». *PÚBLICO*, 3 de Maio de 1998.
- «Após declarações de Giscard d’Estaing. Primeiro-ministro em França analisará adesão à CEE». *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1980.
- «Ascensão dos eurocéticos no Parlamento Europeu». *Euronews*, 26 de Maio de 2014.  
<https://pt.euronews.com/2014/05/26/ascensao-dos-euroceticos-no-parlamento-europeu>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «Assembleia da República». Assembleia da República. <https://www.parlamento.pt/>.  
Acedido em 5 de janeiro de 2019.
- «Ato Único Europeu». EUR-Lex. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0027>. Acedido em 6 de Janeiro de 2019
- «BASE:contratos públicos online». Acedido em 5 de Janeiro de 2019.  
<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>.
- Brito, Ana, Alexandra Campos, Ana Rute Silva, Luís Villalobos, Lurdes Ferreira, João Pedro Pereira, Margarida Gomes, et al. «Memorando da troika anotado». *PÚBLICO*. Acedido em 9 de Janeiro de 2019.  
<http://www.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>.
- Brüggemann, Michael, Sven Engesser, Florin Büchel, Edda Humprecht, e Laia Castro. «Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of western media systems». *Journal of Communication* 64, n. 6 (2014): 1037–65.
- Cádima, Francisco Rui. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Vol. 7. Editorial Presença, 1996.
- «Carlos Brito (PCP): “É muito cedo para falar de votações”». *Expresso*, 6 de Agosto de 1976.
- «CEE: ignorância sem indiferença». *Expresso*, 10 de Maio de 1980.
- Coelho, Beltrão. «Assinatura da Convenção dos Direitos do Homem». *Diário de Notícias*, 21 de Setembro de 1976.

- Comissão Europeia. «Qualitative study on the euro and sensitive population segments of elderly and of socio-economically vulnerable people», Julho de 1999. <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/surveyKy/1577>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- Cordeiro, Alexandre. «A Imprensa portuguesa em Bruxelas». *Expresso*, 24 de Setembro de 1976.
- Cunha, Alice da Conceição Monteiro Pita. «O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia: a experiência portuguesa», 2013.
- Cunha, Isabel Arriaga e. «Angela Merkel e José Sócrates vão negociar resposta à crise da dívida em Berlim». *PÚBLICO*, 26 de Fevereiro de 2011. <https://www.publico.pt/2011/02/26/jornal/angela-merkel-e-jose-socrates-vao-negociar-resposta-a-crise-da-divida-em-berlim-21430069>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- . «Portugal: seis anos de dúvidas antes de entrar no euro». *PÚBLICO*, 31 de Dezembro de 2001. <https://www.publico.pt/2001/12/31/jornal/portugal-seis-anos-de-duvidas-antes-de-entrar-no-euro-165886>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, Pub. L. No. 18/2008 (2008). <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/18/2008/01/29/p/dre/pt/html>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- EOS Gallup Europe. «Flash Eurobarometer 76. Euro introduction attitudes (step1)». DG Educação e Cultura — Comissão Europeia, Março de 2000. <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/FLASH/surveyKy/1221>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- F. Reis, Marta. «Medina adjudicou obras de 5,5 ME à TD depois de comprar casa da família». *ionline*. 13 de Setembro de 2017. <http://ionline.sapo.pt/580269>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- Ferreira, Antunes. «Formalizado o pedido de adesão à Comunidade». *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1977.
- Freire, Tiago. «2008: Lehman Brothers, o maior estouro da História». *Jornal de Negócios*, 30 de Maio de 2017. <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca--financas/detalhe/2008-lehman-brothers-o-maior-estouro-da-historia>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

- Freitas Ferreira, Paula. «Dois terços dos trabalhadores dos jornais “Sol” e “i” vão ser despedidos». *Diário de Notícias*, 30 de Novembro de 2015.  
<https://www.dn.pt/media/interior/jornais-i-e-sol-vao-fechar-4908784.html>.  
Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Frexes, Susana. «Ecofin deverá concordar com a Comissão e cancelar a multa a Portugal e Espanha». *Expresso*, 29 de Julho de 2016.  
<https://expresso.sapo.pt/politica/2016-07-29-Ecofin-devera-concordar-com-a-Comissao-e-cancelar-a-multa-a-Portugal-e-Espanha>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Gamson, William A., e Andre Modigliani. «Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach». *American journal of sociology* 95, n. 1 (1989): 1–37.
- Garrido, Helena. «PORTUGAL VAI PEDIR AJUDA EXTERNA». *Jornal de Negócios*, 6 de Abril de 2011.  
[https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal\\_vai\\_pedir\\_ajuda\\_externa](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal_vai_pedir_ajuda_externa). Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Hallin, Daniel C., e Paolo Mancini. *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge university press, 2004.
- Henriques, João Pedro. «Despedimento coletivo avança no jornal “Público”». *Diário de Notícias*, 10 de Outubro de 2012. <https://www.dn.pt/tv-e-media/media/ntv/interior/despedimento-coletivo-avanca-no-jornal-publico-2819631.html>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Hopkins, Daniel J., Eunji Kim, e Soojong Kim. «Does newspaper coverage influence or reflect public perceptions of the economy?» *Research & Politics* 4, n. 4 (2017).
- Jackson, Jasper. «Google and Facebook to Take 71% of UK Online Ad Revenue by 2020». *The Guardian*, 15 de Dezembro de 2016, sec. Media.  
<https://www.theguardian.com/media/2016/dec/15/google-facebook-uk-online-ad-revenue>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «Jornais e outras publicações periódicas: edições, tiragem, circulação e exemplares vendidos». PORDATA.  
<https://www.pordata.pt/Portugal/Jornais+e+outras+publica%C3%A7%C3%B5es+>

[peri%C3%B3dicas+edi%C3%A7%C3%B5es++tiragem++circula%C3%A7%C3%A3o+e+exemplares+vendidos-402-178788](#). Acedido em 16 de fevereiro de 2019.

«Leia o memorando da troika, finalmente lançado em português». *Expresso*, 23 de Maio de 2011. <https://expresso.sapo.pt/arquivo/leia-o-memorando-da-troika-finalmente-lancado-em-portugues=f650474>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

«List of Press Contacts in EU Institutions and Bodies». Newsroom - European Commission, 23 de Março de 2016. [https://europa.eu/newsroom/press-contacts\\_en](https://europa.eu/newsroom/press-contacts_en). Acedido em 5 de janeiro de 2019.

Lopes, Felisbela. «Uma Década de Televisão em Portugal (1993-2003) Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas». Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 2005.

Lourtie, Pedro. «Portugal no contexto da crise do euro». *Relações Internacionais (R: I)*, n. 32 (Dezembro de 2011): 061–105.

«Mário Soares insiste no cumprimento do calendário para a adesão à CEE». *Diário de Notícias*, 20 de Outubro de 1984.

Martins, Nuno André. «O resgate em datas». *Observador*, 17 de Maio de 2015. <https://observador.pt/especiais/o-resgate-em-datas/>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

McQuail, Denis, Carlos de Jesus, e Cristina Ponte. *Teoria da comunicação de massas*, 2003.

Mesquita, Mário. «A Educação para o Jornalismo-uma perspectiva sobre Portugal». *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* 17, n. 2 (1994).

Morais, Carolina, e Paula Freitas Ferreira. «“Diário Económico” encerra hoje a sua edição em papel». *Diário de Notícias*, 18 de Março de 2016. <https://www.dn.pt/media/interior/diario-economico-encerra-hoje-a-sua-edicao-em-papel-5083073.html>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

Morais, Maria João. «Os 15 anos da TVI». *Meios & Publicidade*, 15 de Fevereiro de 2008. <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/02/os-15-anos-da-tvi-2/>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.



- «Não me considero antifederalista — disse Vítor Martins em Encontro DN». *Diário de Notícias*, 7 de Fevereiro de 1991.
- «Nasce a moeda que vai combater o dólar». *Expresso*, 1 de Maio de 1998.
- Nobre, Adriano. «Vendas de jornais continuam em queda». *Expresso*, 30 de Dezembro de 2013. <https://expresso.sapo.pt/economia/vendas-de-jornais-continuam-em-queda=f848269>. Acedido em 5 de janeiro de 2019.
- Nobre, Adriano, e Pedro Santos Guerreiro. «“DN” é o mais afetado pelos despedimentos na Controlinveste, “O Jogo” é o menos». *Expresso*, 11 de Junho de 2014. <https://expresso.sapo.pt/economia/dn-e-o-mais-afetado-pelos-despedimentos-na-controlinveste-o-jogo-e-o-menos=f875147>. Acedido em 5 de janeiro de 2019.
- Oliveira, José Manuel Paquete de. «A integração europeia e os meios de comunicação social». *Análise Social* 27, n. 118/119 (1992): 995–1024.
- Oliveira, Octávio Lousada, e Diana Tinoco. «Donativos para Pedrógão Grande: 500 mil euros desviados para obras que não eram urgentes». *Visão*, 18 de Julho de 2018. <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2018-07-18-Donativos-para-Pedrogao-Grande-500-mil-euros-desviados-para-obras-que-nao-eram-urgentes>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Oliveira, Rita. «Dois terços dos portugueses acreditam que o euro agravou os efeitos da crise». *PÚBLICO*, 11 de Novembro de 2011. <https://www.publico.pt/2011/11/11/economia/noticia/cerca-de-66-dos-portugueses-acredita-que-euro-agravou-efeitos-da-crise-1520487>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «Página Oficial da Presidência da República Portuguesa». Acedido 5 de Janeiro de 2019. <http://www.presidencia.pt/>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- Peixoto Fernandes, Ana, Alexandra Figueira, Catarina Cruz, Carina Fonseca, Cristina Marques, Nuno Cerqueira, Nuno Miguel Ropio, et al. «Mais de um milhão de pessoas nas ruas, segundo o movimento “Que se lixe a troika”». *Jornal de Notícias*, 2 de Março de 2013. <https://www.jn.pt/politica/interior/mais-de-um-milhao-de-pessoas-nas-ruas-segundo-o-movimento-que-se-lixo-a-troika-3085050.html>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

- Pereira, José Santana, e Pedro Diniz de Sousa. «Media e política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado?» Em *Variedades de Democracia na Europa o Sul 1968-2016*, por Tiago Fernandes, 1ª. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- Pinto, Manuel. «Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo». *Comunicação e sociedade*, Série Comunicação, 14, n. 1–2 (2000): 277–94.
- «Portal de Opinião Pública: Avaliação da pertença à UE». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/avaliacao-da-pertenca-a-ue/pt/?colors=pt-0>.
- «Portal de Opinião Pública: Benefício em pertencer à União Europeia». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/beneficio-em-pertencer-a-uniao-europeia/pt/?colors=pt-0>.
- «Portal de Opinião Pública: Confiança na Comissão Europeia». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-comissao-europeia/pt/?colors=pt-0>.
- «Portal de Opinião Pública: Confiança no Parlamento Europeu». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-no-parlamento-europeu/pt/?colors=pt-0>.
- «Portal de Opinião Pública: Posição acerca da moeda única». Acedido em 9 de Janeiro de 2019. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/posicao-acerca-da-moeda-unica/pt/?colors=pt-0>.
- Portaria n.º 701-F/2008, Pub. L. No. 701-F/2008 (2008). <https://data.dre.pt/eli/port/701-f/2008/07/29/p/dre/pt/html>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «Portugal fundador do euro». *PÚBLICO*, 1 de Maio de 1998.
- «Portugueses consideram fácil a adaptação ao euro». *PÚBLICO*, 13 de Janeiro de 2002. <https://www.publico.pt/2002/01/13/economia/noticia/portugueses-consideram-facil-a-adaptacao-ao-euro-58497>.
- «Portugueses preferem o escudo». *Expresso*, 1 de Maio de 1998.
- «Conselho de redacção do DN lamenta despedimento colectivo». *PÚBLICO*, 15 de Janeiro de 2009. <https://www.publico.pt/2009/01/15/portugal/noticia/conselho-de->

[redacao-do-dn-lamenta-despedimento-colectivo-1356247](#). Acedido em 9 de janeiro de 2019.

Representação da Comissão Europeia em Portugal. «Guia para Jornalistas».

Representação da Comissão Europeia em Portugal, sem data.

«Resultados das Eleições Europeias de 2014». Parlamento Europeu. Acedido 8 de Janeiro de 2019. <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/election-results-2014.html>. Acedido em 5 de janeiro de 2019.

«Retardamento da adesão de Portugal é opinião de um país e não da CEE». *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1980.

Rezola, Maria Inácia. «Elementos para uma política externa do Portugal democrático: O legado de Medeiros Ferreira». *Relações Internacionais (R: I)*, n. 49 (2016): 27–45.

Ribeiro, Félix. «Portugueses são os que menos conhecem a UE e os que menos querem saber». *PÚBLICO*, 25 de Fevereiro de 2013. <https://www.publico.pt/2013/02/25/economia/noticia/portugueses-estao-entre-os-que-menos-conhecem-da-ue-mas-sao-os-que-menos-querem-saber-1585728>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

Ribeiro, Sara. «E assim acabou o monopólio na televisão». *Jornal de Negócios*, 5 de Outubro de 2017. <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/media/detalhe/e-assim-acabou-o-monopolio-na-televisao>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

———. «Google e Facebook dominam publicidade online». *Jornal de Negócios*, 23 de Março de 2017. <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/tecnologias/detalhe/google-e-facebook-dominam-publicidade-online>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.

Rosa Lã, João, e Alice Cunha. *Memórias da Adesão. À Mesa das Negociações*. 1ª. Book Builders, 2016.

«Rumo à moeda única: síntese histórica da UEM». EUR-Lex. Acedido em 6 de Janeiro de 2019. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A125007>.

Sandholtz, Wayne. «Choosing union: monetary politics and Maastricht». *International Organization* 47, n. 1 (1993): 1–39.

- Serrano, Estrela. *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Colibri, 2006.
- Shafer, Jack. «On the Trail of the Question, Who First Said (or Wrote) That Journalism Is the “First Rough Draft of History”?» *Slate Magazine*, 31 de Agosto de 2010. <https://slate.com/news-and-politics/2010/08/on-the-trail-of-the-question-who-first-said-or-wrote-that-journalism-is-the-first-rough-draft-of-history.html>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «SIC». Impresa. Acedido em 6 de Janeiro de 2019. <http://www.impresa.pt/marcas/sic/2014-07-23-SIC>.
- Siebert, Fred, Theodore Bernard Peterson, e Wilbur Schramm. *Four theories of the press: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do*. University of Illinois press, 1956.
- «“Sim” à lei do aborto e “Não” à regionalização». *Expresso*, 28 de Fevereiro de 1998.
- «Só PCP deverá opor-se a acordo com CEE». *Expresso*, 5 de Abril de 1985.
- «Sondagem RTP/Euroexpansão». RTP Arquivos, 12 de Junho de 1985. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sondagem-rtpeuroexpansao>. Acedido em 5 de janeiro de 2019.
- Soroka, Stuart N., Dominik A. Stecula, e Christopher Wlezien. «It’s (change in) the (future) economy, stupid: economic indicators, the media, and public opinion». *American Journal of Political Science* 59, n. 2 (2015): 457–74.
- «Técnicos da Comissão, BCE e FMI também terão contactos com a oposição». SIC Notícias, 8 de Abril de 2011. <https://sicnoticias.sapo.pt/pais/2011-04-08-tecnicos-da-comissao-bce-e-fmi-tambem-terao-contactos-com-a-oposicao4>. Acedido em 16 de fevereiro de 2019.
- Teixeira, Patrícia Oliveira. «O ensino do jornalismo em Portugal: breve história e panorama curricular, ao virar da primeira década do século XXI». *Estudos em Jornalismo e Mídia* 9, n. 2 (2012): 407–24.
- Teixeira, Pedro Braz. *O Euro e o crescimento económico*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.
- Tengarrinha, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Vol. 3. Portugalia, 1962.

- . *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Temas e debates, 2013.
- «Timeline: The Unfolding Eurozone Crisis». *BBC*, 13 de Junho de 2012, sec. Business. <https://www.bbc.com/news/business-13856580>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- «Transparência». Comissão Europeia. Acedido em 5 de Janeiro de 2019. [https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/service-standards-and-principles/transparency\\_pt](https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/service-standards-and-principles/transparency_pt).
- «Transparência». Parlamento Europeu. Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <http://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/transparency>.
- «Transparência e acesso aos documentos - Consilium». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.consilium.europa.eu/pt/general-secretariat/corporate-policies/transparency/>.
- «Tratado da União Europeia quase foi assinado em Portugal». *Diário de Notícias*, 9 de Fevereiro de 1992.
- «Tratado de Maastricht sobre a União Europeia». EUR-Lex. Acedido em 6 de Janeiro de 2019. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0026>.
- «União Europeia - Países - Relações Bilaterais - Portal Diplomático». Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/uniao-europeia>.
- Valente, Liliana. «Governo tem “software” há dois anos para controlar SIRESP e nunca o usou». *PÚBLICO*. 7 de Novembro de 2017. <https://www.publico.pt/2017/11/07/politica/noticia/mai-tem-software-para-controlar-siresp-ha-dois-anos-que-nunca-usou-1791539>. Acedido em 9 de janeiro de 2019.
- Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2012). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12012E%2FTXT>.
- «XXI Governo - República Portuguesa». XXI Governo - República Portuguesa. Acedido em 5 de Janeiro de 2019. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21>.

## **Entrevistas:**

Entrevista concedida ao autor, em 3 de abril de 2018, por Eva Gaspar, correspondente do Diário Económico em Bruxelas entre 1994 e 2002 e jornalista do Jornal de Negócios, em Lisboa, entre 2003 e 2017, hoje assessora de imprensa do Provedor de Justiça.

Entrevista concedida ao autor, em 21 de fevereiro de 2018, por Isabel Arriaga e Cunha, correspondente do Público em Bruxelas entre 1990 e 2014.

Entrevista concedida por correio eletrónico ao autor, em 9 de março de 2018, por Fernando Paula Brito, correspondente do Semanário Económico em Bruxelas entre 1988 e 1993, da TVI entre 1993 e 1999, da Renascença entre 1991 e 1999, e chefe da delegação da Lusa em Bruxelas entre 1999 e 2011; hoje delegado da Agência Lusa em Madrid.

Entrevista concedida ao autor, em 17 de novembro de 2017, por Francisco Sarsfield Cabral, jornalista do Diário Popular e da RTP durante o processo de negociação da adesão de Portugal à CEE, tendo-se depois tornado assessor do ministro dos Negócios Estrangeiros em 1985. Mais tarde, viria a ser diretor do gabinete da Comissão Europeia em Portugal.

Entrevista concedida ao autor, em 28 de novembro de 2017, por Jorge Wemans, coordenador de Economia do Expresso durante o período das negociações para a adesão à CEE, jornalista desde 1979 e hoje provedor do telespectador da RTP.

Entrevista concedida ao autor, em 4 de dezembro de 2017, por José Amaral, primeiro correspondente português em Bruxelas, tendo dado início à delegação da ANOP (antecessora da Agência Lusa) em 1980, e hoje administrador do BPI.

Entrevista concedida ao autor, em 12 de janeiro de 2018, por José Silva Pinto, diretor do semanário O Jornal (antecessor da revista Visão) entre 1976 e 1993.

Entrevista concedida ao autor, em 31 de janeiro de 2018, por Paulo de Almeida Sande, responsável pelo setor português de informação do Parlamento Europeu no Luxemburgo entre 1986 e 1988; administrador do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal entre 1988 e 2000; diretor do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal entre 2004 e 2012, responsável por implementar projetos de

envolvimento das instituições europeias com a imprensa, e hoje assessor do Presidente da República.

Entrevista concedida ao autor, em 3 de agosto de 2018, por Susana Frexes, correspondente da SIC e do Expresso em Bruxelas desde 2014.